

MARIA DO SOCORRO CIPRIANO

A ADÚLTERA NO TERRITÓRIO DA INFIDELIDADE:
PARAÍBA NAS DÉCADAS DE 20 E 30 DO SÉCULO XX.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação da
profa. Livre Docente Luzia Margareth Rago.

Este exemplar corresponde à
Redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

08/01/2002

Banca

Profa. Livre Docente Luzia Margareth Rago (orientadora)

Luzia Margareth Rago

Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares (membro)

Carmen Lúcia Soares

Profa. Dra. Maria Lúcia de Barros Mott (membro)

Maria Lúcia de B. Mott

Profa. Dra. Célia M. Marinho Azevedo (suplente)

Campinas, SP
Janeiro de 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

DADE 30
 CHAMADA 7/UNICAMP
C495a
 EX
 BO BC/ 49851
 C 16-837102
 DV
 CO R\$ 11,00
 A _____
 CPD _____

CM00170451-4

B ID 248396

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 495 a Cipriano, Maria do Socorro
 A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de
 20 e 30 do século XX / Maria do Socorro Cipriano. -- Campinas,
 SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Luzia Margareth Rago.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cultura – História. 2. Mulher – Comportamento sexual -
 História. 3. Adultério - Brasil. 4. Casamento. 5. Identidade sexual.
 I. Rago, Luzia Margareth. II. Universidade Estadual de Campinas.
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Aos meus pais, Severino e Lourdes Cipriano, pessoas fortes e sábias, nos quais sempre me espelhei e aos meus irmãos, Ronaldo, Romero, Romelson e Wellington pelo apoio incondicional e a feliz convivência.

Resumo

Neste estudo, abordo o adultério feminino na Paraíba, nas décadas de 20 e 30, do século XX, apontando para o emaranhado discursivo que dá visibilidade às práticas de infidelidade diante do surgimento de formas modernas de sociabilidades.

O cenário que possibilita a emergência do adultério feminino como uma preocupação social se constitui, a partir do investimento no controle dos códigos morais. Tento perceber assim, como a criminalidade de pessoas comuns e principalmente como os crimes de maridos traídos contra suas mulheres, antes banalizados, são reescritos, agora, pelo critério da higiene moral. Evidencio a necessidade que as autoridades têm em reforçar o discurso sobre as relações de fidelidade, analisando os modelos de masculinidade e de feminilidade, norteados, pela noção de civismo. Nesse sentido, a política é abordada como um dos temas centrais nesse estudo, ao denunciar os meandros de uma sensibilidade inscrita entre antigos e novos costumes morais, constituída, no período, a partir dos discursos sobre a traição.

Para abordar tais questões, discuto com a bibliografia que problematiza as mudanças sócio-culturais na modernidade. O trabalho está conectado com as discussões sobre vários temas ligados às relações gênero, tais como casamento, família, honra. Isso ajuda-me a alargar a concepção sobre o tema do adultério, a entender sua constituição e suas singularidades na Paraíba.

Abstract

This paper relates to female adultery in the state of Paraíba in the 1920s and 1930s during the 20th Century according to intriguing discussions which reveal multiple practices of infidelity before modern sociability patterns.

The scenario making up the adultery emergence as a social concern has arisen from our investing on moral codes. As investigated in this study, the criminality involving ordinary citizens, mainly the crimes of betrayed husbands against their wives, disregarded before, is now reassessed conform to moral principle criterium. Thus I focus on the need, on the part of authorities, of highlighting the discourse on fidelity relations considering the patterns of masculinity and femininity conducted by the civism notion. So, the policy is estimated as one of the central topics in our study for its exposing the features of a sensibility lying between old and new moral customs constitutes in that period from the discourses on betrayal.

To discuss such issues, a bibliography concerning the social-cultural changes in modern times was used. This study relates to discussions on topics regarding to gender relations such as marriage, family and honor and has helped me enlarge my concept on adultery, and to understand its constitution and singularities in Paraíba.

Agradecimentos

Felizmente, ao longo desta dissertação, pude contar com ajuda de muitas pessoas e, mesmo correndo o risco de esquecer algumas delas, gostaria de agradecer a:

Páll, por ter-se inscrito de forma tão alegre e apaixonada em vida;

Mary, Nalva e Selma que, mais do que primas, foram irmãs solidárias às minhas "lamúrias" ou minhas alegrias;

Alômia, Auricélia, Elisa e Rilma, tanto pela amizade como pelas incansáveis e ricas discussões teóricas; a Elisa, ainda, pela disponibilidade para a leitura e importante contribuição na última etapa do texto;

Mariângela e Marinalva, pela amizade que tornaram mais leve o percurso profissional;

Socorro Rangel, amiga solidária, pelas apaixonadas discussões e orientação na elaboração das questões iniciais do projeto que materializaram essa dissertação, e pelo constante apoio;

Sílvia Cristina, pela amizade, pelos alegres debates teóricos e o apoio logístico com que sempre pude dispor;

colegas de mestrado, especialmente a Renata, Cleusa, Fábio e Maria Claudia pela alegre convivência;

Fábio Gutemberg, pela disponibilidade para fazer uma leitura cuidadosa e pela generosidade de ceder alguns de seus documentos, importantes para este trabalho;

Eduardo Guimarães, amigo ausente, mas presente, neste texto, por sua energia contagiante;

Durval M. Albuquerque, pelas considerações fundamentais que fez no decorrer desse trabalho, bem como na Banca de qualificação;

Gervásio, Luciano e Marta Lúcia pelo apoio e incentivo;

Alexandre, Greidmar, Juliana, Rodrigo e Viviane pelo carinho, pela solidariedade, e pelas inúmeras ajudas com os "problemas do computador";

Instituições onde fiz pesquisa, especialmente ao Fórum de Campina Grande;

funcionários da secretaria da Unicamp, Marly, Cristina e Júnior sempre prontos a amenizar os percalços burocráticos;

professora Dra. Célia Maria M. Azevedo pelas importantes contribuições feitas na Banca de qualificação;

professoras Dra. Carmem Lúcia Soares e Dra. Maria Lúcia Mott, por terem aceito participar da Banca Examinadora;

minha orientadora, Professora Livre Docente Margareth Rago, por seu rigor e segurança teórico-metodológico e seu empenho na realização desse trabalho, principalmente na última etapa;

E finalmente à FAPESP, sem a qual este trabalho não seria possível.

Índice

| | |
|---|------------|
| Introdução..... | XI |
| <i>I - A infidelidade e a moralização da política.....</i> | <i>01</i> |
| 1 - A ruptura da fidelidade..... | 04 |
| 2 - A infidelidade na política..... | 18 |
| 3 - A "mulher macho" e a adúltera..... | 31 |
| <i>II - O fantasma da infidelidade e o casamento como oráculo da família.....</i> | <i>43</i> |
| 1 - A rua: "um bouquet de fisionomias" e as linguagens do amor..... | 44 |
| 2 - A moda e a moral social..... | 59 |
| 3 - Leituras e escritas: textos do feminino e sobre o feminino | 75 |
| 4 - Casamento: uma solução para a honra feminina..... | 90 |
| <i>III - As várias infidelidades.....</i> | <i>111</i> |
| 1 - A inscrição da infidelidade: de "honesta" a "adúltera"..... | 112 |
| 2 - Fidelidade vigiada: mulheres sós..... | 121 |
| 3 - Fidelidade na vida e na morte: o véu negro..... | 134 |
| 4 - Uma nova forma de falar sobre o adultério..... | 141 |
| IV - Comentários finais..... | 147 |
| V - Levantamento documental | 155 |
| VI - Bibliografia..... | 157 |

Introdução

Atualmente, em muitos países ocidentais e, inclusive, no Brasil, o tema do adultério é cada vez mais banalizado nas novelas da TV, nos filmes, na literatura nacional e até mesmo na Internet¹. Mas, como entender essa banalização, quando um olhar mais curioso para as primeiras décadas do século passado depara-se com documentos que abordam a infidelidade como ameaça à sociedade? Restringindo-me ao Estado da Paraíba daquele período², percebi como o adultério feminino tornou-se uma das grandes preocupações entre os juristas, médicos e políticos, ao ser concebido como uma ação de perigo para a sociedade paraibana, na medida em que atingia a "família moderna".

Tal problematização mostra como a história sobre a infidelidade não poderia se restringir às paredes do casamento. O labirinto em que se inscrevem as sutilezas dos jogos de sedução daqueles contemporâneos e os discursos regidos pela moralidade de então, extravasa os limites do matrimônio. O desejo manifesto de condenar mulheres traidoras e atitudes de políticos considerados infiéis, no contexto das sociabilidades modernas, denuncia a complexidade do tema.

É preciso iluminar as conexões entre os personagens e suas constituições morais e questionar a possibilidade de uma história, ao mesmo tempo ruidosa e regida pela arte da sutileza, pois a infidelidade é uma marca que atinge não só o corpo, mas também o incorpóreo: marca infamante. Sendo assim, o que mudou,

¹ Exemplo disso são a novela *O rei do Gado* e o filme *O quatrilho*. Quanto à Internet, as discussões e o número de *links* existentes mostram como o tema está na moda. Alguns como o "traída.com" "além de fornecer dicas de vingança sutis para os chifrudos", "faz uma lista de traídos famosos" e ainda possui uma sessão de "consulta jurídica", diz um artigo publicado no endereço eletrônico do *Correio da Bahia*. Existem, ainda, "Fóruns" sobre o adultério e artigos de advogados, discutindo sobre "o adultério virtual". Mas, apesar de nos últimos anos, o tema ser "ridicularizado pela ficção", a pergunta que ainda perturba aos *navegadores* é se pode existir "infidelidade" pela Internet.

² No decorrer do texto, usarei o termo Paraíba para designar o Estado da Paraíba e o termo *Parahyba* -ainda escrita com "hy"-, quando citar a capital do Estado. Somente usarei a denominação João Pessoa após contexto de 1930, quando da troca do nome da capital.

principalmente ao longo das décadas de 20 e 30? Que padrões de comportamento afetivo foram vivenciados? Que relações de gênero se constituíram? Que estéticas de vidas foram criadas na sociedade paraibana? E, ainda, como o tema da infidelidade foi usado como argumento para a constituição de um discurso moral de interdição para o comportamento feminino, para a família e até mesmo para o âmbito da política?

Ameaçada de destruição pela infidelidade, a família passa a ser investida por um discurso de moralização social que, por sua vez, também norteará a constituição da própria imagem da Paraíba. Nesse sentido, a problematização sobre o adultério feminino torna-se uma metáfora que extrapola as relações do matrimônio, para significar muitas outras relações sociais, incorporando a própria noção de modernidade. Segundo as autoridades paraibanas, os "novos tempos" teriam provocado a desmoralização dos antigos costumes. E, nessa perspectiva, tal desmoralização resultaria no falseamento da antiga sensibilidade. É o que afirma Jones Oliveri, em 1924:

...Tudo se transforma e se moderniza...O século XX é como um bizarro cartaz que anuncia os espectáculos escandalosos do futuro!(...) o momento é de sonho e tudo passa...

Adeus emoção!...Adeus sensibilidade...

O século XX é o século embriagado. A "jazz-band" é a cocaína de música. A dança é a sensibilidade carnal em perspectiva. O amor hoje é um veneno de uso externo.

Como o creme, o "rouge" e o pó de arroz, elle não transpassa os limites da pelle...Não penetra; não impõe; não vae ao coração...

Ama-se com a mesma impossibilidade indiferente com que se toma um sorvete e com a mesma paixão improvisada com que se vê uma fita de cinema...³

Mesmo levando em consideração os limites do termo modernidade, para o Estado da Paraíba, no período citado, não se pode negar que, principalmente a partir da década de 20, o tema é exaustivamente abordado, nas revistas e jornais de época, como um "viver" dos "novos tempos". Um viver de um tempo falseado, em

³ "Acaba o velho e o tradicional moro do castelo de me convencer que até as casas creadas pela natureza soffrem a influencia machinal da civilização...". *O Jornal*, Parahyba, 20 de julho de 1924.

que as relações amorosas tornavam-se efêmeras, ou, como sugere o contemporâneo Jones Oliveri, tornavam-se epidérmicas. Neste sentido, tento entender com que intensidade a sociedade paraibana materializou o fantasma da infidelidade. Como essa sensibilidade é transformada numa sinonimia entre o contexto de divulgação da modernidade na Paraíba e a suposta superficialidade feminina⁴.

A modernidade anunciava, então, uma crise de identidade para o masculino e para o feminino, não apenas no Brasil, mas também em outros países ocidentais. Uma crise que acentua discursos misóginos há muito estabelecidos, e que portanto, não constituem um fenômeno apenas da Paraíba. Discutindo a modernidade do século XIX na Europa, o historiador Howard Bloch mostra como os discursos misóginos daquele período fazem ressurgir muitos *topois* antigos e medievais, que associam os conceitos da efemeridade e artificialidade moderna à estética feminina. Segundo o autor, a "misoginia reteologizada" daquele momento, insere-se num contexto de "medo metafísico da carne", pois o temor em relação à mulher, associada ao "contingente" e à "confusão" - expressa em termos sociais -, levaria o homem ao caos civil⁵.

⁴ Gervásio Aranha, analisando a "modernidade" em Campina Grande na primeira metade do século XX, afirma que, enquanto "ritmo de vida" e em seu "modus vivendi" cotidiano, a modernidade não fora experienciada pelos campinenses até a primeira década do século XX. A chegada do trem, em 1907, provoca muitas mudanças na cidade como, por exemplo, novos padrões de velocidade, "uma nova dinâmica" que encurta o tempo e as distâncias. Atraídos pelos signos da vida moderna, as pessoas que, naquela época, não podiam viajar para Europa, viajavam para as cidades como Recife e Rio de Janeiro. ARANHA, Gervásio Batista. "Trem, Vida Urbana, Modernidade: Campina Grande na Primeira Metade do Século XX". Campina Grande agosto/1999, texto mimeografado.

⁵ A associação da estética do detalhe ao caos civil era defendida por muitos pensadores que escreveram sobre a modernidade. Baudelaire associava a "anarquia" e o "desaparecimento da hierarquia" da sociedade à arte dedicada ao "detalhe". Também Nietzsche, a partir da crítica da modernidade, definia a mulher como "superficial" e "fonte de desordem", caracterizando-a pela "falta de abstração". Ao se pronunciar sobre a verdade, Nietzsche dá o golpe final ao seu conceito do feminino, pois, segundo ele, à medida que a verdade foi sendo ocultada pelo cristianismo, ela "se torna mais sutil, mais mulher, torna-se cristã". BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval e a invenção do Amor Romântico Ocidental*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, 77-79. No início do século XX, Georg Simmel, ao discutir a possibilidade de uma "cultura feminina", aparece como uma voz destoante do discurso misógeno e anti-feminista. SIMMEL, Georg. *Filosofia do Amor*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

Nessa crise, a figura da mulher apareceu como agenciadora do desequilíbrio entre os sexos e, aí, impera o medo da substituição de uma sociedade do patriarcado por uma do matriarcado: a criação de um mundo invertido. Jacques Le Rider mostra como, na sociedade vienense, o medo de uma "feminilização" faz com que homens - ou personagens de ficção masculinos - busquem uma redefinição de sua identidade sexual, ora através de uma "afirmação viril", contra a feminilidade que descobrem em si mesmos e contra a feminilização da cultura moderna, ora através do culto do feminino, ligado à crítica e à desconstrução dos valores masculinos" ⁶.

O problema que a feminilização trazia para a sociedade vienense fora posteriormente agravado pelo medo da associação da mulher com o judeu⁷. Segundo Le Rider, isso se constituiu numa obsessão para Hitler que, ao promover a pureza da raça alemã, temia que a mulher traísse o sangue do povo alemão, pois, segundo ele, a figura feminina "introduziu o pecado no mundo, e a facilidade com a qual cede aos artifícios lúbricos do sub-homem próximo da animalidade é a principal causa da poluição do sangue nórdico". Assim, para os vienenses, tanto o medo de descobrir o sangue judeu em seu corpo, como o de descobrir que também em seu corpo poderia habitar uma parcela feminina constituíam a mesma traição.⁸

⁶ Esse medo da instituição da sociedade do matriarcado faz emergir discursos como os de Otto Wininger e Karl Kraus. Este último "desprezava a mulher moderna" e propagava a "restauração de uma virilidade intacta" e uma feminilidade pura, para "destruir a sociedade de homens efeminados e de mulheres virilizadas e instituir a sociedade verdadeira". Esse discurso antifeminista era perpassado por uma idéia presente, principalmente na Primeira Guerra Mundial, de desmoronamento das instituições e dos valores dos homens. Nesse sentido, a guerra e as novas posturas assumidas pelas mulheres possibilitaram a idéia de um "mundo invertido". LE RIDER, Jacques. *A modernidade vienense e as crises de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, 28.

⁷ Nos Estados Unidos, Elizabeth Badinter também identifica a crise da masculinidade no período em que as mulheres começam a ganhar visibilidade nos espaços públicos e a reivindicar seus direitos. Ela aponta para o surgimento de novos heróis que incorporam uma virilidade que os americanos acreditavam ameaçada. O *cow-boy* seria então essa figura emblemática, que representaria o "homem viril", "violento pero honorable, ese incasable luchador provisto de um revólver fálico, defiende a las mujeres sin dejarse domesticar por ellas". BADINTER, Elisabeth. XY: "La Identidad Masculina". Madrid: Cátedra, 1977, 43.

⁸ LE RIDER, Jaques, op Cit., 292.

No Brasil, a partir de fins do século XIX, o adultério passa a ser abordado exaustivamente por médicos e juristas em termos de desmoralização social. A historiadora americana Susan Besse, ao estudar a modernização da família patriarcal brasileira da primeira metade do século, não disfarça sua extrema curiosidade em relação à fobia das autoridades que denunciavam o tema, no decorrer da década de 20: "O adultério se tornou uma preocupação obsessiva para um número de críticos masculinos. O médico José de Lemos Britto expressou alarme pelo que viu como sendo uma espraiação da praga do adultério partindo das classes superiores em direção às classes médias: aquelas que haviam outrora 'aparecido imunes a este lamentável vírus'". Segundo a autora, ele protestava que "virgens" e "esposas" - "a coisa mais valiosa que possuímos na vida - estavam aprendendo as sutilezas da arte de atraiçoar um marido do cinema e do teatro".⁹

As autoridades temiam que, paralela à invasão das mulheres na sociedade, uma revanche feminina adotasse o princípio "do olho por olho" como dizia o jurista Augusto Cesar, ou seja, "trair em retribuição"¹⁰. Dessa forma, os discursos masculinos criavam a imagem de que o "vírus da infidelidade" se alastrava pela sociedade moderna. Uma sociedade que estaria se "fragmentando em suas junções" e provocando a derrocada das "hierarquias e ordem na sociedade e na política em geral".¹¹

O adultério assustava as autoridades por ser uma prática que fugia ao controle até da própria justiça, ao mesmo tempo que colocava em risco o estatuto da família moderna e da República. A mulher, responsável pela sustentação da família, garantiria a legitimidade dos filhos sadios e fiéis à Pátria. Entretanto, ao passo que a mulher ganhava relevância nesse papel "patriótico", ela também colocava em risco esse mesmo projeto balizado numa sociedade hierarquizada e

⁹ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil(1914-1940)*. São Paulo: Edusp, 1999, 50.

¹⁰ Idem, ibdem, 50.

¹¹ Idem, ibdem, 42.

regularizada pela idéia de fidelidade, ao sair para as ruas e ao reivindicar direitos jurídicos, almejando uma maior participação na política.

A mulher ganha visibilidade também na academia. Na década de 1970, como pressão do movimento feminista, ocorre um maior investimento sobre temas femininos inicialmente por parte de antropólogas e sociólogas. A historiografia brasileira amplia seu campo temático e insere entre seus temas o adultério. Essa inserção se dá, não só pelas influências de novas tendências teóricas, principalmente as francesas que possibilitaram estudar novos temas para além das questões do âmbito da política, mas principalmente, pelo contexto de efervescência dos grupos marginais, assim como o feminismo, emergentes no período em que, nas ruas, exigiam-se os direitos das mulheres. Direitos no sentido mais amplo do termo, inclusive, o direito à memória¹².

Apesar das mudanças efetivadas na história, o adultério ainda era um tema marginal pois, mesmo na década de 80, no primeiro momento, há uma preocupação em discutir a história das mulheres e a da família¹³. Ainda que inseridos nas recentes abordagens históricas, os primeiros trabalhos não tratam do adultério como tema central. Nesses estudos, o adultério sempre aparece vinculado a outros temas primordiais, tais como, o trabalho, a família, entre outros.¹⁴

¹² A obra de H. Saffioti contribuiu no sentido de preencher lacunas sobre a participação feminina no trabalho operário do Brasil, pois até a década de 60, havia poucas referências tanto em relação à participação feminina como à infantil. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Ed. Quatro Artes, 1967.

¹³ Ver, por exemplo, o trabalho de SAMARA, Eni Mesquita de. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Editora Marco Zero e SEC de São Paulo, 1989, 119-133.

¹⁴ Segundo Margareth Rago, somente a partir da década de 90, novas abordagens teórico-metodológicas ganharam espaço na historiografia nacional pautada na discussão sobre "as relações de gênero". RAGO, Margareth. "E se Nietzsche Tivesse Razão? A categoria do gênero no Pós-Estruturalismo". In: *Tecnologias reprodutivas: Gênero e Ciência*. São Paulo: Unesp, 1996, 31-45. Ao entender o gênero em termos relacionais, J. Scott questiona a categoria "mulher" desmontando a lógica binária do masculino *versus* feminino e propondo um estudo das "relações de gênero" ou o "gênero" como categoria de análise. SCOTT, Joan. 'Uma categoria útil de análise histórica'. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), jul/dez, 1990, 8. Teresita de Barbieri, que problematiza as «relações de gênero», afirma que "En América Latina y en general en sociedades plurales desde el punto de vista racial, es necesario construir el contexto étnico-cultural, bajo el supuesto que los géneros se construyen de manera distinta en cada uno de ellos. Pero también porque el relacionamiento entre personas de razas distintas redefine las relaciones entre los géneros(...). Muy escasos son en cambio los estudios sobre el relacionamiento interracial-intergénero y más

Mas, ainda em fins da década de 80, a partir da influência de Michel Foucault, o surgimento de trabalhos sobre o corpo, e novas abordagens que pensam na sexualidade agora como construção de saber e poder, apontam para outras formas de escrever sobre a figura feminina. Foucault mostra como, desde o século XIX, "nascia uma tecnologia inteiramente nova" no Ocidente. Nova, porque a temática escapava da exclusividade das instituições eclesiásticas e "através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas nociva ao Estado". Essas mudanças constituintes de uma tecnologia do sexo - o "dispositivo da sexualidade" - teriam atingido, primeiramente, as camadas econômica e politicamente privilegiadas e, somente depois, se espalhar-se-iam pelo restante da sociedade¹⁵.

A família torna-se o centro de preocupações médicas, pois trata-se de "higienizar a família", prescrevendo normas principalmente para a mulher e para a criança. Nasce, então, a ideologia da domesticidade que afirma ser a mulher a responsável pelo lar e pela família, tentando convencê-la de que a maternidade é sua vocação natural, e enfatizando a valorização do casamento higiênico, que garantiria o êxito das relações familiares, garantindo a saúde do corpo social.

A partir dessa concepção, vários trabalhos discutem o processo de submissão da elite brasileira à tutela médica no século XIX, e mostram como posteriormente, as camadas populares também são inseridas ao crivo médico, a partir de uma política sexual. Marta de Abreu Esteves, ao analisar os "processos sexuais" no período da *Belle Époque*, aponta como as camadas populares do Rio de Janeiro, nesse período, têm suas relações amorosas enquadradas numa dada norma sexual balizada nas concepções jurídicas que tentam por sua vez, controlar os nascimentos ilegítimos e ainda "afastar a possibilidade da mulher não

concretamente las relaciones varón-mujer, varón-varón y mujer-mujer entre personas de razas, etnias y culturas distintas". BARBIERE, Teresita de. "Sobre la categoría género. *Una introducción teórico - metodológica*". In: Direitos reprodutivos. Fundação Carlos Chagas, 35.

¹⁵ FOUCAULT, Michel *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, Op. Cit., 114-19.

higienizada constituir família"¹⁶.

Um outro trabalho que também segue essa direção é o livro de Magali Engel que analisa como o discurso médico sobre a prostituição e o adultério feminino inscreve essas práticas como uma "sexualidade pervertida". Este "novo falar sobre o sexo" ou essa "cientificação do sexo" significaria segunda ela, estratégias de controle adequadas à sociedade burguesa e, nesse sentido, o casamento higiênico aparecia como o único lugar reconhecido, nesse discurso.¹⁷

Discutindo a sexualização do casamento higiênico, Jurandir Freire analisa como o desempenho sexual do casal passava a determinar a "saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional. O direito individual de gozar torna-se, para a higiene, uma obrigação cívica."¹⁸

Também influenciada pelo pensamento foucaultiano, Margareth Rago questiona a idéia da vitimização ou da rebeldia feminina, e mostra, no livro *Os Prazeres da Noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo(1890-1930)*, como a prostituição e o adultério são construídos a partir dos saberes jurídico, higienista e médico da sociedade moderna¹⁹. A autora chama a atenção também, para a idéia de que esses discursos de poder não se constituem em interdição, mas ao contrário, apresentam-se como uma moral permissiva²⁰.

A partir da emergência, cada vez mais recorrente, de temas marginais e da contribuição em termos de ampliação teórico-metodológica desses temas, o adultério ganha um *status* nos meios acadêmicos e passa a ser discutido mais

¹⁶ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 31.

¹⁷ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro(1840-1890)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989, 72-73.

¹⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, 229.

¹⁹ Para Margareth Rago, foi o discurso médico, a partir de argumentos científicos, que procurou persuadir a mulher "tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e educação dos filhos". Em decorrência disso, o lar passa a ser o lugar privilegiado de formação do caráter das crianças, o futuro da nação. Rago, "Fábrica satânica/Fábrica higiênica", in *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: 1890-1930*. op. cit., 78.

²⁰RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo(1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, 20.

enfaticamente por outros historiadores. Mesmo assim, como tema central, apenas os artigos pioneiros de Ronaldo Vainfas²¹ e Eni Samara falam mais diretamente sobre o adultério, abordando-o em sua relação com a lei. O primeiro, no artigo "A condenação do adultério", tratando do tema na Colônia, mostra como os discursos inscritos nas Ordenações Filipinas e na Lei Eclesiástica, através do Concílio de Trento, tentam criar uma "ética moral" para aquela sociedade.

Ronaldo Vainfas, contestando o modelo de "família patriarcal", construído por Gilberto Freyre, explicita como através da antropologia e de outros documentos as confissões, os processos, os temas ligados à família foram questionados. Segundo o autor, durante muito tempo, a "reflexão sobre a família, a moral e a sexualidade no Brasil Colônia" foi "prisoneira do modelo de família patriarcal".²² Inscrevendo seu trabalho numa discussão da "moral sexual" do período colonial, o autor discute o adultério a partir do "discurso jurídico" tanto no âmbito legal como em sua "dimensão ideológica".

Também o artigo de Eni Samara, "Mistérios da fragilidade humana: adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX", aponta para a forma como o Estado português e a Igreja "legislavam, puniam, e tentavam evitar o adultério que atentava contra a ordem"²³. Ao mesmo tempo, a autora salienta a forma como as mulheres explicavam as práticas do adultério, a partir da justificativa da "fragilidade dos sentimentos".²⁴

Além desses dois artigos, o tema também aparece mesmo que de forma indireta, no livro de Maria Beatriz Nizza Silva, *Sistemas de Casamentos no Brasil Colônia*. A autora mostra que as obras moralizadoras da Igreja e os Códigos Filipinos eram constantemente transgredidos pelas mulheres paulistas, e que isso se justificava pela "ausência dos maridos": "os homens partiam e as mulheres

²¹ VAINFAS, Ronaldo. "A condenação do adultério". In: *Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, 33-52.

²² Idem, *ibidem.*, 35.

²³ SAMARA, Eni Mesquita de. Mistérios da Fragilidade humana: adultério feminino no Brasil, século XVIII e XIX". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1995, V. 15, nº 29, 66.

²⁴ SAMARA, Eni Mesquita de, *op. cit.*, 59-66.

ficavam sozinhas e, por vezes, em situações difíceis"²⁵. Um dado interessante é que eram as mulheres que recorriam aos tribunais para denunciar seus maridos por "maus tratos", sevícias e adultério²⁶.

Há outros dois estudos que igualmente tratam da relação entre o adultério e a justiça, dessa vez, para o século XX. O trabalho de Mariza Correia, *Crimes em família*(1983), e, principalmente, o artigo da americana Susan Besse, "Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940", atentam para o "problema" em que se constituíam os *crimes da paixão* para a modernização da sociedade brasileira. Tais abordagens acabam por iluminar mais uma vez o adultério feminino, à medida que essa prática se constituía uma das justificativas mais comuns dos crimes de assassinato das mulheres casadas.

Dessa forma, embora o tema do adultério feminino seja amplamente referenciado por muitos trabalhos de gênero, creio ser necessário explorá-lo no sentido mais amplo das relações sociais. Pois, ou ele é abordado a partir de temas da família, do casamento, da prostituição, ou, quando é tratado de forma mais específica em artigos, aparece de forma compartimentada, ou seja, apenas como transgressão no casamento. Pretendo então, problematizá-lo nas primeiras décadas do século XX, não só dentro das fronteiras do casamento, mas também como uma prática no interior de uma rede de múltiplas relações sociais inscritas num universo cultural que acionam um pensar sobre a própria modernidade.

O próprio dicionário revela uma fluidez no conceito: *adultério* significa "infidelidade conjugal"²⁷; *adulterar* significa falsificar, contrafazer, mudar, alterar, corromper-se, deturpar-se. Durante a pesquisa, encontrei a palavra adultério como

²⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistemas de casamento no Brasil Colônia*. São Paulo: Edusp, 1994, 181.

²⁶ Segundo Susan Besse, Os "crimes da paixão" eram definidos como "homicídios resultantes de conflitos ligados a relações amorosas e/ou sexuais. "Na época, geralmente tratava-se de um crime masculino, envolvendo o assassinato de mulheres - ou de seus parceiros - por maridos, noivos, amantes, ou pais e irmãos". BESSE, Susan K. "Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940". In: *A mulher no espaço público*. Revista brasileira de história. ANPUH/Marco Zero. V. 09, n. 18 ago/set de 1998, 182. CORREA, Mariza Correia, *Crimes em família*, Rio de Janeiro: Graal, 1983.

²⁷ BUARQUE, Aurélio. *Minidicionário*. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1987, p11.

sinônimo de relações extraconjugais e as palavras traição, falsidade e infidelidade tanto como adultério, quanto como um ato de *traição* vivenciado nas relações sociais, não necessariamente relacionada ao casamento.

Discutindo o sentido etimológico da palavra "traição", o psicólogo Aldo Carotenuto a define como "passagem", como "entrega a outrem, a qual sempre se traduz em confissão de fraqueza e um pedido de ajuda e, portanto, inclui sempre o risco da perda, do abandono". Procurando entender a "vida como traição", o autor afirma que esta concepção constitui a própria sociedade ocidental e cristã, na qual, o próprio nascimento do homem significaria um ato de trair, uma transgressão do "pacto natural", ao tornar-se um sujeito responsável pelos seus atos. E, nesse sentido, a idéia "inconsciente" da traição acompanharia o homem por toda sua vida²⁸.

Neste texto, o tema da infidelidade será entendido no mais amplo das relações sociais: tanto problematizando o tema da transgressão matrimonial de mulheres casadas, bem como a infidelidade atribuída pelos discursos masculinos às transgressões de mulheres dos demais estados civis, ou seja, traidoras de seus ex-maridos, de seus maridos defuntos, de seus pais. E, ainda, discutirei as relações de infidelidade vivenciadas de forma mais ampla no âmbito social e por isso, abordarei não somente a política, mas a moda, a vigilância nas nos espaços públicos, o controle sobre o novo comportamento feminino. Para perceber assim, a singularidade do tema da infidelidade, circunscrevo a análise - como anotei anteriormente -, nos limites da Paraíba da primeira metade do século vinte. Nessa perspectiva, tentarei entender como, dentre os medos que os "tempos modernos" trouxeram para os paraibanos, a infidelidade, corporificada na figura do feminino, constituiu-se num dos maiores.

Inserida nesse contexto de moralização pública, agravada pela crise das relações coronelísticas face às capitalistas, a infidelidade é entendida, então, como metáfora da modernidade. Modernidade esta que, no contexto da Paraíba é inscrita

²⁸ CAROTENUTO, Aldo. *Amar Trair: quase uma apologia da traição*. São Paulo: Paulus, 1997, 9.

nas práticas sociais regidas por relações efêmeras e, portanto, falseadas, como consequência dos novos tempos em que as mulheres passam a transgredir antigas regras. A partir dessa perspectiva, o adultério feminino, visto pelos muitos paraibanos, como mal dos novos tempos, colocaria em risco não só a honra dos maridos e das famílias, como também a própria estrutura "moral" do Estado paraibano. E é nesse sentido que ele deixa de ser um problema do âmbito privado, para tornar-se um problema público. Concebido como um perigo pelas autoridades, ultrapassa os laços do matrimônio e é problematizado, também, em outros âmbitos das relações sociais, inclusive na política²⁹. Algumas autoridades políticas, desejosas de um lugar mais sólido na política nacional e investindo num discurso de "civildade" e "moralização" social acabam por dar visibilidade ao discurso sobre a infidelidade como problema. A partir disso, é acionada toda uma rede de vigilância, que vai desde o controle dos corpos femininos até a instrumentalização da punição à adúltera³⁰.

Nessa rede discursiva que constitui a infidelidade como um problema, outras pessoas, para além da "adúltera" e do marido "traído", também se inscrevem, emitindo julgamentos, dando sentido à trama e significando, também, uma rede discursiva da infidelidade. A infidelidade passa por uma ampliação conceitual, à medida que extrapola os limites do casamento e passa a ser agenciado no social.

Nessa perspectiva, principalmente, dois referenciais teóricos nortearam esta

²⁹Como diz Joan Scott, o "gênero" não é construído somente a partir do "parentesco", ou do espaço "doméstico"; ele é construído igualmente na relação com outras esferas sociais, o que inclui a "noção de política, bem como referência às instituições e à organização social", na educação, no mercado de trabalho. SCOTT, Joan. 'Uma categoria útil de análise histórica'. In: *Educação e Realidade*, op. cit., 15.

³⁰Sabe-se que as Ordenações Filipinas institucionalizadas no Brasil, desde o início da colonização, conferiam ao marido "traído", o direito de matar a mulher adúltera e seu amante. Essa lei somente foi extinta, no Brasil, com a mudança do código penal de 1830. Ver VAINFAS, Ronaldo, op. Cit., 33-52.

pesquisa: as conceitualizações de Michel Foucault sobre o poder e a disciplina³¹, assim como as de Michel de Certeau sobre as anti-disciplinas³².

Como já apontei anteriormente, a obra de Foucault trouxe uma grande contribuição para esta dissertação, ao trabalhar o discurso como prática instituinte e criadora do real, e não como reflexo de uma suposta realidade previamente constituída. Isso permite pensar sobretudo, conceitos como poder, verdade, saber como construções históricas, enquanto criação de realidades no plural.

Daí, conceber os próprios corpos como efeitos de poder e saber. Corpos codificados, disciplinados através "de um princípio de controle da produção do discurso" em que são fixados os limites do jogo de uma identidade através da reatualização permanente das regras, investida nas práticas sociais, capturando o indivíduo e inventando próprio homem³³.

Mas, para Foucault, isso não significa entender o poder em termos de repressão e sim, em termos de relação, uma vez que ele "possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade"³⁴ inserida numa rede de relações vivenciadas no cotidiano que se constituem a partir de uma microfísica, para além da política institucional.

Igual contribuição é a concepção de "dispositivo da sexualidade". Fundamentalmente para Foucault o sexo foi codificado, no século XIX, pelas elites a partir de uma complexa tecnologia muito mais positiva do que o efeito de uma proibição. Ao apontar pelo menos quatro conjuntos de estratégias que possibilitam um pensar sobre o sexo, como a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do "prazer perverso", ele mostra como estas constituiriam a produção da

³¹ Sobre essa discussão, ver, principalmente FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; *História da sexualidade I: a vontade de saber*, op. cit.; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1993.

³² Sobre a questão da anti-disciplina, ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. V.1. Petrópolis: Vozes, 1994.

³³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de Frande, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, 36.

³⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, op. Cit., XVIII.

sexualidade como dispositivo histórico, operacionalizado como "uma grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder".³⁵

Essa operação de saberes definidores de uma tecnologia do sexo na sociedade moderna, revelou a aparente inocência dos saberes médicos, e nos permitiu pensar na desnaturalização de conceitos historicamente cristalizados, ao analisar a constituição da sociedade burguesa, como sendo fundada pela disciplinarização. Através da discussão sobre a "medicalização da sociedade", mostrou a maneira como o dispositivo atuou na sociedade, ao codificar as práticas sexuais e ao estabelecer uma dicotomia na suposta sociedade higiênica, entre práticas normais e patológicas.

Michel de Certeau, na medida em que alarga a noção de disciplina de Foucault, a partir do conceito de uma anti-disciplina, mostra um campo infinito de possibilidades de apropriação, de "bricolagem" e de "trapaças" das pessoas comuns. Tais interferências ou "criações", como ele nomeia, seriam possíveis a partir do campo de autoridade do outro, isto é, nas instituições³⁶.

Certeau explicita com isso, como as pessoas se utilizam cotidianamente dos próprios lugares de produção de saberes e investimentos disciplinares para construir mecanismos de sobrevivência. Mostra como elas reinventam o cotidiano e a prática do consumo a partir de suas *artes de fazer*. Os conceitos de *estratégia* e de *tática* também serão operacionalizados aqui, para pensar a ação de determinadas mulheres e homens, que inventam formas de driblar, de criar possibilidades de sobrevivência (táticas), face às estratégias das instituições. Nessa

³⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*, op. cit., 100.

³⁶ A "bricolagem" é uma apropriação que Michel de Certeau faz da conceitualização de Lévi-Strauss que, por sua vez, analisa o "pensamento selvagem" como um "arranjo feito com *meios marginais* a partir de resíduos de construções e destruições anteriores". Certeau utiliza o conceito para pensar a "leitura" que seria, então, uma reutilização de elementos retirados de *corpus oficiais* e recebidos. Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. V.1. Petrópolis:

perspectiva, Certeau afirma que, na mesma medida em que existe um "dispositivo de poder", agindo de forma microscópica na sociedade disciplinar, também existe uma rede de ações "microbianas", que interagem constantemente nesse campo de forças, desautorizando essa mesma sociedade³⁷.

Assim, principalmente esses referenciais teóricos serviram aqui de base para a constituição deste texto. Ajudaram a posicionar-me frente ao texto histórico sem a preocupação de negar a subjetividade intrínseca ao historiador e sem a pretensão de dar vozes aos excluídos, uma vez que, pensar a escritura do texto é pensá-lo em termos de artefato. Um texto em que o historiador recorta seu tema, seleciona suas ferramentas e escolhe como trabalhar esse material. Foi trilhando esse caminho, que as escolhas teóricas e o recorte temático foram, ao longo do trabalho, constantemente reelaborados e, conseqüentemente, alargando a própria hipótese inicial sobre a problematização do adultério, à medida em que a pesquisa foi ampliada da cidade de Campina Grande para o Estado da Paraíba. Nesse sentido, já não trato somente do adultério feminino, mas da própria idéia de infidelidade, como campo de atuação possível para um pensar sobre o adultério em relação ao Estado.

A partir dessas questões, cruzei as referências teóricas com cinco fontes documentais: processos-crime, relatórios médicos, jornais, revistas e memorialistas³⁸.

Os processos que fazem parte da Primeira Vara de Campina Grande tratam de crimes variados e, nesse sentido, a escolha se deu a partir da leitura de casos que tratavam da prática do adultério ou de questões ligadas ao tema: as questões de ciúmes, defesa da honra, "brigas de mulheres", violência entre marido e mulher, estupro ou sedução, infanticídio. Embora a pesquisa sobre os processos-crime

Vozes, 1994, 92 -270.

³⁷ CERTEAU, Michel de, op. cit., 41.

³⁸ A relação dos arquivos e os nomes dos jornais consultados estão no final da Dissertação.

restrinja-se à Comarca de Campina Grande e seus municípios, visto que não seria possível para este trabalho, dar conta de todos os arquivos do Estado, entendo que tal recorte não compromete as inferências sobre o tema estudado, posto que as conceitualizações sobre honra, fidelidade, enfim, sobre as relações de gênero estavam regidas pelas mesmas condições socioculturais colocadas para a Paraíba do período abordado.

Quanto à imprensa, selecionei jornais tanto da grande imprensa, como os periódicos de curta duração e trabalhei com as três principais revistas impressas na Paraíba, na primeira metade do século, atentando para temas que problematizavam o feminino e o masculino: além da infidelidade conjugal, casamento, divórcio, amor, moda, educação, maternidade, flertes.

Os relatórios médicos emitidos pelo Hospital Juliano Moreira, da cidade de João Pessoa, muitos deles solicitados pela Justiça para que fosse verificada a sanidade dos delituosos, no período correspondente às décadas de 30 a 40, foram consultados no sentido de entender a prática médica e os conceitos, por eles operacionalizados, para definir as relações de gênero, nesse período.

As obras dos memoralistas paraibanos são diversificadas, pois utilizarei: tanto obras literárias, quanto as de Elpidio de Almeida e os de José Lins do Rego, até os manuscritos de D. Passinha Agra, que tratam da saga, de sua família desde o século XVIII, bem como, uma coletânea de depoimentos de pessoas ilustres campinenses e populares que viveram a primeira metade do século XX, de autoria do jornalista Ronaldo Dinoá.

Essa documentação e a problematização anteriormente apontadas nortearão os três capítulos que compõem este texto:

No primeiro, mostrarei como a infidelidade feminina é problematizada dentro de um contexto de crise dos antigos modelos de sociabilidade na Paraíba, nas primeiras décadas do século passado. Analisando a questão, na perspectiva das relações de gênero, portanto, é possível entender como o conceito de infidelidade pensado e praticado por homens e mulheres, nesse período, extrapola

o casamento civil e como sua legitimidade se dá no social, a partir de outras formas de vivência, inclusive, nas relações políticas do Estado paraibano. Nesse sentido, as querelas entre os partidos políticos e os conflitos entre as próprias parentelas que estavam no controle do governo, nos fins da década de vinte, são exemplares no sentido de entender a relação entre infidelidade e política.

No segundo, apontarei como as preocupações relativas às transgressões morais da figura feminina, ou à "honra feminina" estavam inseridas num raio de discussão mais amplo da moral disciplinar, na sociedade paraibana, o que propiciou a efervescência de três principais lugares de interdição para o adultério: a rua, a moda e a leitura feminina, mas também tentarei mostrar como esses mesmos lugares são reapropriados para a prática da infidelidade. Aponto para as práticas de uma anti-disciplina de homens e mulheres, que pulverizam, cotidianamente, os dispositivos disciplinares, mesmo em face do risco de ser enquadrados em conceitos prontos, pintados por signos do desvio: os loucos, os bêbados, os acusados de "gestos pornográficos", os meninos abandonados, como também as prostitutas e as adúlteras.

No terceiro capítulo, discutirei a infidelidade feminina, a partir das intrigas, das tensões praticadas no cotidiano paraibano, através da história de três mulheres tidas como adúlteras: Minervina, Maria do Amor Divino e Zefa Tributino. Tentarei assim, perceber como o adultério ultrapassa os limites das transgressões extraconjugais das mulheres casadas e abrange vários outros estados civis femininos: "separadas", "viúvas", "amantes" ; como o conceito de infidelidade também permite ressignificar e (re)inventar o passado da mulher tida como adúltera pelos maridos, parentes e vizinhos, num contexto de transformação das relações capitalistas na Paraíba.

I- *A infidelidade e a moralização da política.*

O sexo fraco não quer mais ser o beija-flor de vôo curto, quer ser a águia que vôa sobre os píncaros das altas montanhas, quer ser o condor altaneiro que eleva às grandes alturas, onde os olhos humanos não podem alcançar; ella não quer ser a herva rasteira, que o vento dobra com facilidade, e sim, o alto jequetibá que afronta a tempestade indomada, o frangor ingente do raio, o afiado machado do lenhador.

A.Santos (Revista *Ilustração*. João Pessoa, 1922, 8).

Desde o início do século vinte, quando as casas das ricas famílias ainda ocupam os centros das principais cidades paraibanas, e o processo de urbanização ainda estava se iniciando, alguns elementos da modernidade - como o trem, o cinema, a iluminação elétrica -, e o bonde já faziam parte do cotidiano dos paraibanos¹. É também nas primeiras décadas, que a presença feminina ganha mais visibilidade nos espaços públicos e com isso explicita-se toda uma preocupação dos moralistas, dos religiosos, dos higienistas e dos juristas com a mudança dos costumes morais e com os desvios da fidelidade feminina. Tal preocupação é traduzida nos muitos temas ligados à moralização social e ocupam largo espaço na imprensa.

Principalmente no decorrer das décadas de 20 e 30, a imprensa oficial da Paraíba - representada, prioritariamente, pelo jornal *A União*, por jornais de curta duração ou mesmo as revistas editadas pela elite intelectual da época, tais como a *Era Nova*, *A Ilustração*, a *Manaíra*² -, constitui um espaço de debate no qual se abordam vários temas ligados diretamente à mulher, como educação, casamento, moral, a moralidade da família, amor moderno, maternidade. Dentro dessa abordagem moralizante, um tema se torna um dos maiores problemas nesse período: o adultério feminino.

Para compor essa história da infidelidade, uma personagem é resgatada do Império pela imprensa paraibana e reescrita num contexto de crise das identidades de gênero e da política, em 1935: Carlota Joaquina, esposa de D. João

¹ As primeiras estradas de ferro surgem na Paraíba em 1886, interligando o brejo e a capital. Em Campina Grande, o trem chega em 1907. No início do século, outros elementos da modernidade chegam às principais cidades e, principalmente, na capital: em 1912, as principais ruas são pavimentadas, iluminadas e equipadas com o serviço de bondes elétricos; um novo palácio do Governo, uma escola normal, o "famoso Teatro Santa Rosa" foi inteiramente renovado. LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da Oligarquia de base familiar*. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, 77.

² O jornal *A União* era um periódico que circulava desde 1893, e enquanto órgão oficial, serviu como base de apoio, principalmente, para a divulgação do governo de João Pessoa; a *Era Nova* (1921-1926), uma revista fundada por Solon de Lucena - governador do Estado, de 1920 a 1924 -, dirigida à elite social da capital, mas abrangia o público regional: as revistas *A Ilustração* (1935-36) e *Manaíra* (1939-40) possuíam um estilo parecido com a *Era Nova*, tanto na qualidade da produção estética, quanto em relação ao público a ser atingido. Ver ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, Imprensa e*

VI. Ao ser descrita pelo autor E. Brito, da revista *Ilustração*, como uma mulher que costumava arrumar a frente de D. João VI com “enfeites esquisitos”, ela emerge, nos anos trinta do século XX, como metáfora dos desmandos do Império. Um Império, segundo o autor, sem o controle masculino, que teria provocado outros desmandos à política vigente no País. Nesse sentido, o artigo também significa um alerta para os possíveis “erros” para os quais os governantes do presente deveriam estar atentos, como explicita o próprio título “Lição de História”³.

Aprender com os erros do passado para não repeti-los no presente, parecia ser o conceito de história que o escritor da década de 30 ensinava aos seus contemporâneos. Mas escrever uma outra história, livre das astúcias femininas e da infidelidade, não seria uma tarefa fácil naquele período em que, para as autoridades paraibanas, instaurava-se um desmantelamento dos costumes. A imagem de Carlota Joaquina, irradiadora da infidelidade, inclusive para a política, não foi criada abruptamente em 1935, uma vez que o artigo inscreve-se num contexto de problematização da infidelidade, que parece se instaurar, no contexto paraibano, desde o começo desse século. E, assim como esse texto de E. Brito, em outros artigos escritos predominantemente por homens que tratam dessa questão, pode-se dizer que um discurso masculino fará da infidelidade feminina a maior vilã entre os males sociais: a degeneração da família, a desonra masculina, o desvirtuamento dos filhos, futuros cidadãos e, por sua vez, a destruição da Pátria, a partir de uma traição generalizada.

Nesse sentido, trata-se de saber em que condições históricas a infidelidade feminina foi encarada como ameaça na Paraíba. Como, a partir da política, foi possível pensar as relações de gênero legitimadas pelo discurso de fidelidade em oposição à traição generalizada? E como a figura da “mulher macho” foi articulada nessa construção de uma história da infidelidade na Paraíba?

Vida. João Pessoa: A União, 1983.

³ *Ilustração*, João Pessoa, junho de 1935, ano 1, nº5, 4.

1 - a ruptura da fidelidade

Gilberto Freyre, a partir de um discurso saudosista, elege o período, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como sendo de transição da sociedade "patriarcal" para uma sociedade individualista e/ ou burguesa. Uma transição, segundo ele, marcada pelo questionamento das antigas relações hierárquicas da sociedade, na qual, a figura do pai era hegemônica⁴.

Na Paraíba, embora muitas mulheres tenham assumido a direção dos negócios da família e, de certa forma, tenham fugido aos padrões da época, a imagem de família que ficou registrada na historiografia local, durante muito tempo, era aquela em que os homens proviam o sustento familiar, eram responsáveis por suas mulheres, filhas, irmãs, mães e estas, por sua vez, mantinham-se fiéis às ordens de seus tutores⁵.

No livro, *Uma cidade e quatro séculos* de José Octávio e Wellington Aguiar(1978), por exemplo, consta um relato de Osias Nacre - um contemporâneo que viveu na primeira metade do século e fora diretor do Jornal *A União* -, que menciona apenas a "passividade" das esposas diante das concubinas do marido e lembra que "tudo se passava em harmonia" e que

⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 159-160.

⁵ Linda Lewin aponta vários exemplos de mulheres paraibanas que, desde o século XVII, assumiam os negócios da família, muitas delas, viúvas que se tornavam a matriarca da família. LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da Oligarquia de base familiar*, op., cit., 170; também um outro estudo sobre a família em Pernambuco, no início desse século, mostrou como muitas mulheres assumiam a direção dos negócios, quando ficavam vúvas e os homens da família genro ou filho se mostravam "incapazes de administrar" as fazendas. Ver POTENGY, Gisélia Franco. "Família, relações de gênero e habitatus de classe na casa grande". Texto mimeografado, 25-26, S/D. No âmbito nacional, alguns historiadores repensam a chamada "família patriarcal". CORREA, Mariza. "Repensando a família patriarcal". In.: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; ALMEIDA, Ângela Mendes de. "Introdução". In: *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Co-Edição Espaço e Tempo da UFRJ, 1987; SAMARA, Eni Mesquita de. "Tendências atuais da História da Família no Brasil". Op. cit., p.25-36; VAINFAS, Ronaldo. *Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989; BESSE, Susan K. *Restrueturando o patriarcalismo: a modernização do gênero no Brasil, 1914-1940*, op. cit.

“algumas da proles legais e bastardas se relacionavam fraternalmente”⁶.

Assim, enquanto a fidelidade e a dedicação à família seriam virtudes exigidas, principalmente para a mulher rica, ao homem caberia dirigir os negócios da família e da política, cuidar da moralidade da família, decidir com quem os filhos deveriam casar - casamentos que, por sua vez, estavam ligados aos mesmos acordos interfamiliares que dariam sustentação às oligarquias. E tudo isso permitia à figura masculina, mais particularmente ao pai, uma hegemonia na economia e na política além do prestígio social. Ao contrário da mulher, o homem, definido por sua virilidade, poderia ter outras mulheres fora do casamento, pois, mesmo com a República o Código Penal de 1890 estabelece que, para que ficasse comprovado o adultério masculino, era indispensável ter provas de que o homem casado mantinha uma concubina.

Na Paraíba, o modelo de família endogâmica começa a sofrer mudanças a partir da modernidade⁷. Uma mudança que passa a ser legitimada pela própria Constituição republicana, à medida em que as prerrogativas dos "direitos iguais" para todos os cidadãos inseria-se num discurso de modernização da família. Nesta, a imagem da mulher aparece como guardiã do lar e da família, e nesse sentido, a infidelidade emerge como ameaça à antiga moralidade⁸.

⁶ AGUIAR, Wellington/OCTÁVIO, José. AGUIAR, Wellington. *Uma Cidade de Quatro Séculos*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978. Op. cit., 141.

⁷ Segundo Marshall Berman, a "modernidade" emergente no século XVI pode ser dividida em três fases ao longo de cinco séculos. Entretanto, é na terceira fase (século XX) que "o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento". Nesse sentido, essa modernidade em que a sociedade se insere num movimento norteado pela lógica do maquinismo, do dinamismo traz um paradoxo: "unidade" e "desunidade", pois coloca todos num "turbilhão de permanente desintegração e mudança". BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 16-17.

⁸ Para uma discussão da reelaboração da noção de casamento, de família e dos novos papéis do masculino e do feminino exercidos nas relações de gênero, ver BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil(1914-1940)*. São Paulo: Edusp, 1999.

Na Paraíba, artigos como o de Viril Gil, "Mulheres Pérfidas", escritos em 1909, são referenciais das críticas e do medo da generalização da infidelidade feminina. Como mostra o autor, esta era mais temida se praticada pela "mulher casada" do que por uma solteira, pois, "uma mulher pérfida é um demônio domesticado (...) É tudo quanto tem de pior nas diversas classes de mulheres" e explica que "a mulher perdida vive apesar de culpada e aqui está a diferença"⁹. A infidelidade feminina, interdita tanto para as mulheres casadas como para as mulheres casaduras, para as viúvas e até para as concubinas¹⁰, parecia incorporar a própria "natureza da mulher". E sendo assim, o autor alerta:

(...) Um conselho, pois, mulheres minhas, casadas, solteiras e viúvas:

Amai vossos maridos, vós que sois casadas, mais amai-vos com sinceridade, com fidelidade, com extremo, se puderdes. O juramento prestado ao pé dos altares deve ser a vossa égide. Cumpre não esquecê-lo se elle fora vossa primeira oração da manha e a última prece da noite, podes estar certa de que cahúres no crime que vos falo.

Solteiras - aos namorados falai com o coração: se não amardes, dizer-lhes, se os amardes não vos lembreis de outros.

- Viúvas...sêde viúva. ¹¹(sic)

Em seu texto, ele classifica a mulher adúltera como a "pior entre todas as classes de mulheres", para depois definir a fidelidade das mulheres casadas como um ato de fé, à medida que o amor ao marido ultrapassasse a relação matrimonial para se transformar numa devoção. Entretanto, o apelo de Viril Gil parece ser muito mais do que um apelo da fidelidade da mulher ao casamento e ao marido, pois indica que essa prática é materializada na figura feminina, uma vez que o adultério masculino era banalizado. O artigo é publicado num período em que se acreditava que o adultério além de "desonrar" o marido, também acarretaria a

⁹ Jornal, *O Campina Grande*, Campina Grande, 15 de agosto de 1909, ano I, nº 41, 3.

¹⁰ No capítulo III, discutirei a infidelidade atribuída a mulheres de estados civis e sociais diferentes, inclusive a concubina.

¹¹ *O Campina Grande*, Campina Grande, 15 de agosto de 1909, op. cit.

desmoralização de toda a sociedade. O pseudônimo "Viril"¹², nesse caso, parece traduzir uma tentativa de reafirmar uma masculinidade ameaçada por todas as "espécies de mulheres".

A masculinidade ameaçada, também, poderia ser percebida a partir das investidas das mulheres, nos espaços antes pertencentes aos homens. A imprensa paraibana vinha registrando, com curiosa atenção, os acontecimentos dos principais estados brasileiros, como Rio e São Paulo, em que a figura feminina, ora encarada com admiração, ora se torna centro de desconfiança, à medida que as mulheres intensificam suas reivindicações por uma maior participação política, se organizando em grupos feministas, escrevendo em revistas, acirrando a reivindicação pelo voto e pela educação. As propostas feministas são vistas como ameaçadoras, uma vez que o questionamento do casamento e da família representava o próprio questionamento da moralidade social¹³.

Principalmente a partir da década de 20, muitos termos como "feminismo", "mulher moderna", comuns naquele período, são respaldados por várias personagens como Tarsila do Amaral e sua pintura modernista, e a feminista e bióloga Bertha Lutz, que já havia "competido com êxito" por uma alta colocação no Museu Nacional das Belas Artes do Rio de Janeiro¹⁴. Em 1922, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino;¹⁵ em 1923, a paulista Alda Garrido "pintava o sete no palco", como dizia o crítico Mário Nunes, com uma peça cômica exibida no Cine Teatro do Rio e, para completar esse quadro de ousadia

¹² Acredito que "Viril" é um pseudônimo, pois não encontrei nenhuma outra referência sobre este nome em nenhum dos jornais dessa época.

¹³ Pelos anos vinte, feministas radicais como Maria Lacerda Moura, Ercília Nogueira, Patrícia Galvão também atacavam a instituição do casamento. "Elas se opunham ao matrimônio como um mal social, prostituição legalizada, um perverso arranjo econômico e uma imoralidade altamente desenvolvida que reduzia o amor de um ato sublime a um ato degradante". BESSE, Susan K., op. Cit., 43.

¹⁴ HAHNER, June. *A mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, 98.

¹⁵ Na Federação Brasileira pelo Progresso feminino (FBPF), de "121 mulheres 71% declara uma profissão fora do lar. HAHNER, June, op.cit, 110.

feminina nesse período em que a mulher parecia estar rompendo com o ditame da sociedade falocrática, em 1922, um avião de fabricação francesa, pilotado pela também paulista Anésia Pinheiro Machado, cruza o céu entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Na Paraíba, como no Rio e em São Paulo, muitos moralistas referiam-se à ousadia feminina para argumentar sobre o que acreditavam ser a degeneração da família. Uma argumentação, em que, sendo a mulher concebida como possuidora de uma "natureza" irracional e, por isso, "naturalmente desordeira", só poderia resultar na desmoralização social, como dizia num artigo o periódico *O jornal*, em 1924:

A natureza fez a mulher para casar, ter filhos, para cuidar de sua família, e fora da proteção da família, a mulher corre grande perigo moral. Mas algumas filhas de Eva se esquecem dessa dádiva divina e se lançam a competir com os homens. Essas doidivas trazem desordem à família que sofrem com os males da corrupção.¹⁶

Além dessa idéia de uma essência de irracionalidade, parecia ser consenso, nesse período, o reconhecimento de que a natureza também fizera da mulher uma infiel em potencial. Este argumento fora usado por José Lemos de Brito no livro *Psicologia do adultério*, em 1921. O autor afirma, através de *Montesquieu*, como "a natureza assinalou a infidelidade da mulher por sinais certos": "Ao passo que os filhos adúlteros da mulher se ligam necessariamente ao marido e ficam a cargo dele, os filhos adúlteros do marido não se ligam à mulher nem ficam a cargo dela"¹⁷

O adultério, ligado à ascensão do papel da mulher na sociedade, é concomitantemente relacionado a um certo medo da perda de autoridade masculina, face ao possível desmontar das antigas relações familiares em que o

¹⁶ *O Jornal*, João Pessoa, 24 de julho de 1924.

¹⁷ LEMOS, Brito, José Gabriel. *Psicologia do adultério*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, 98.

marido, o pai, o irmão condensavam a figura tida como controladora e moralizadora da honra social¹⁸. Isso era visto então, como o perigo de efetivação do reinado das mulheres e a iminência de uma disseminação generalizada da "traição".

Além da figura feminina que sai do lar e aparece como dominadora de todos os espaços considerados masculinos, a sociedade também parecia estar sendo tomada pelo temor da "desvirilização" social. O trabalho de Durval Muniz de Albuquerque que, problematizando a identidade nordestina, analisa a "invenção do 'Falo'"¹⁹ nos primeiros 30 anos desse século, a partir, principalmente, do discurso da elite açucareira, que vê na participação feminina nos espaços sociais uma decadência da sociedade patriarcal e desautorização masculina. Segundo ele, a isso Gilberto Freire chama de uma "horizontalização" da sociedade²⁰, isto é, um período em que as mulheres estavam dominando todos os espaços sociais e nesse sentido, desmontando as hierarquias e tornando-as horizontais.

Em 1923, um artigo intitulado "Maravalhas" (sic), escrito para a revista *Era Nova*, assinado por Jatyr Pindá, ridiculariza as apropriações que as moças faziam dos novos modelos de feminilidade da sociedade moderna, modelos como a melindrosa que, em sua opinião, acarretavam o desmantelamento das antigas

¹⁸ Problematizando o lugar que a "honra" ocupa na sociedade brasileira, ver: Dória, Carlos Alberto. "A tradição honrada". In: Cadernos do Pagú. IFCH, Unicamp. N.02. 1994; COULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro(1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

¹⁹ Segundo o autor, o "nordestino" surge em torno da década de 20, de diferentes formas: é um "bastião de uma sociedade artesanal e folclórica, que estaria desaparecendo"; enquanto "macho exacerbado" é colocado como a última reserva de virilidade. ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. "Uma invenção do 'Falo': Uma História do Gênero Masculino no Brasil". Texto mimeografado.

²⁰ Segundo Linda Lewin, a "revolta contra o patriarcado já vinha acontecendo mesmo antes do advento da República", que, "a partir de 1890 fecha o cerco aos casamentos entre casais de idades consideradas inadequados e casamentos consanguíneos". Acrescenta ainda que, os "raptos" constituíam um "desafio agressivo à autoridade patriarcal e aos padrões preferenciais de matrimônios consanguíneos". Pois, o rapto da noiva normalmente ocorria com o consentimento da mulher. LEWIN, Linda, op. cit., 166.

relações sociais. Ele conta a história de Francisca, filha de um coronel de uma certa fazenda de nome "Boi Perdido", e que se esforçava por imitar a "fala" e os "gestos" das moças da cidade; como diz o autor, se transformara em atração da fazenda. Sua estranha imagem de moça "campesina" e de moça da cidade fora percebida por um caixeiro viajante que a nomeou de "melindrosa sertaneja"²¹. Isto mostra como os valores estavam mudando, não somente na cidade, mas também no campo.

O próprio nome da fazenda, "Boi Perdido", insinuava o desmantelamento do antigo lugar do chefe da família. O artigo explicita o lugar de desautorização do pai, do dono da fazenda, à medida que ele perdera a rédeas da casa e, como insinua o próprio autor, tornara-se o próprio "boi perdido".

A desautorização da ordem paterna também era atribuída à divulgação do "amor romântico", no início no século XX, como um elemento desordenador da moralidade da família. Para os juristas e higienistas do início do século, o amor romântico conduziria as pessoas ao extremo de suas paixões, acarretando, principalmente para o homem, a perda de sua racionalidade, impelindo-o a ações violentas, como assassinatos de suas mulheres, atitudes que colocariam em risco a constituição da família moderna²².

Na Paraíba, embora o discurso higienista se esforçasse no sentido de propor um "casamento sadio" e "racional", regido por um sentimento conjugal "controlado" e livre das paixões que o amor romântico impulsionaria, as novas gerações da década de 20 distanciavam-se, cada vez mais, dos casamentos feitos por alianças, que envolviam interesses políticos entre as oligarquias paraibanas. A revista *Era Nova*, lida pela elite enriquecida com o comércio do algodão, mantinha quinzenalmente duas colunas - Vida Alheia e Notas Elegantes - nas quais eram divulgados os *flertes* mantidos entre os filhos dessa elite nas praças, nas festas, nos

²¹ Maravalhas. *Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1923, ano III, nº 40.

²² BESSE, Susan K, op. cit., 190.

cinemas, como explicita este comentário intitulado de "bilhete": "Nas soilés do Morse(sic) aquelle par de jovens namorados não vê os filmes mas faz tanta fita, meu Deus!"²³

Melindrosas, almofadinhas, rapazes e moças "desobedientes", muitas vezes, desafiavam os pais, mesmo sob pena de serem destituídos da herança, e mantinham namoros contra a vontade dos mesmos. Segundo o discurso dos moralistas, os "novos tempos" trouxeram o individualismo burguês e, assim, muito mais do que a preocupação com "alianças políticas", com a fidelidade em relação à parentela, os mais jovens estavam interessados em suas próprias escolhas e, desobedecendo ao pai, começavam a decidir, eles mesmos, com quem deveriam se casar.

Diante dessa imagem da desintegração social, as autoridades médicas e jurídicas voltam-se para o controle das relações amorosas. Através do discurso de civilidade, tais autoridades passam a considerar como ameaça à moral social todos os que não se enquadram nos seus preceitos morais e tentam estabelecer regras para o comportamento sexual diferenciadas para o masculino e o feminino.

Desde fins do século XIX, os juristas brasileiros começam a aprofundar o conhecimento sobre os crimes sexuais²⁴ e, não por acaso, um dos juristas que se destaca nesse tema, Viveiros de Castros, escrevendo o livro *Os delitos contra a honra da mulher*, dedica seu primeiro capítulo ao "Adulterio" e, no capítulo oitavo, insiste na questão com o título "Ainda o adultério". Nesse livro, o autor mostra como não sendo mais a mulher "recatada e tímida", "temos hoje", diz ele, "a mulher moderna, vivendo nas ruas, sabendo de tudo, sem refreio religioso (...) sendo preza fácil e se oferecendo à conquista do homem"²⁵. Essa fala de Viveiros de Castros é exemplar no sentido de entendermos como o discurso sobre o sexo é legitimado pela Justiça, ao apontar as conseqüências que o adultério feminino

²³ Revista *Era Nova*, Parahyba, 1 de novembro de 1922, ano II, nº36,.

²⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

²⁵ CASTROS, Viveiros de. "Ainda o adultério". In: *Os delitos contra a honra da mulher*. Rio de

acarreta para a dissolução da família e dos costumes.

O adultério ganha uma maior visibilidade na justiça por ser considerado, entre os "crimes sexuais"²⁶ talvez o mais perigoso para a constituição da família que comporá a "moderna sociedade" nacional. Para percebermos o grau de importância atribuído ao adultério, basta observar o deslocamento que se opera no Código Penal do Império e no Código Penal da República: no primeiro, o adultério é descrito como um "Crime contra a liberdade individual"²⁷ e no segundo, como "Crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias e o ultraje ao público pudor"²⁸, alargando assim, sua concepção de crime contra o indivíduo para crime contra a honra social.

Viveiros de Castros, um dos juristas mais citados pelos advogados paraibanos, no tópico de seu livro *Os delitos contra a honra mulher*, discute a penalização do adultério, mostrando como a moral social seria destruída pelo delito feminino, ao afirmar que:

Ninguém constesta as consequências desmoralizadoras do adultério. Degrada e corrompe a mulher, abala a família, torna incerta a paternidade dos filhos, destrói o amor conjugal, fere todos os sentimentos de honra e lealdade, ocasiona vinganças sangrentas, produz outros crimes, é enfim um cancro que corrói a sociedade e a família, aviltando a moralidade pública.²⁹

Esse "cancro" social que "ocasionava vinganças", provocando desordem social chama a atenção das autoridades jurídicas, pedagogas, médicas, principalmente no início do século, período em que se buscava formar uma sociedade civilizada, constituída por indivíduos "sadios". Um cancro que precisava

Janeiro: Livraria Ed. Bolsos, 1922, 21-23.

²⁶ Martha Esteves motrou como, em fins do século XIX e início do séculoXX, os grandes juristas se reuniram para aprofundar os conhecimentos sobre os "crimes sexuais", tendo se destacado Viveiros de Castros, principalmente a partir do livro *Atentado ao Pudor*. O livro, escrito a partir de conhecimentos "médicos europeus, foi pioneiro, na literatura jurídica brasileira, sobre as 'aberrações do instinto sexual'". ESTEVES, Marth de Abreu, *op. cit.*, 35-6.

²⁷ Sobre adultério, ver Código Penal do Império de 1831, art. 250, parte III, 250.

²⁸ Código Penal da República de 1890, Título VIII, cap. IV, art.279, 364.

²⁹ CASTROS, Viveiros de. "Adultério". In: *Os delitos contra a honra da mulher*, *op. cit.*, 1932, 46.

ser eliminado do convívio social, mas cuja eliminação, enquanto esforço da justiça institucional, somente deveria ficar a cargo da instituição e nunca da justiça privada.

Tanto nos discursos dos juristas como dos psicólogos do período, percebe-se como a fidelidade, a honra, a família e a sociedade aparecem ligadas entre si. Como expressa o médico José Brito Lemos, em *A Psychologia do Adultério*, ao citar o Código Civil: "a sociedade assenta na família; a família tem a sua base na honra. A honra doméstica alimenta-se da fidelidade. Se a fidelidade falha, sofre a honra; se a honra soffre, soffre toda a sociedade".³⁰

O adultério afetava tanto a "honra doméstica" como a "honra social", evidenciando-se que da primeira dependia a segunda, ou seja, era da fidelidade doméstica que dependia a honra da sociedade. Essa lógica da desonra também é concebida por Viveiros de Castros ao afirmar que a "ordem na família é a própria ordem na sociedade" e, em outro momento de seu texto, diz que "o adultério, nestas condições, não é somente uma lesão da moral, mas também da ordem social"³¹. Então, à "mulher fiel" era atribuído "um patrimônio moral que não é apenas seu", mas de toda a sociedade:

A fiel depositária de um patrimonio moral que não é apenas seu, mas do esposo, dos filhos, dos seus próprios ascendentes ou collateraes, e da sociedade(...) a honra doméstica se destaca dos demais typos de honra por constituir um bem público³².

Da mesma forma que a fidelidade era concebida como um atributo próprio da mulher, embora fosse um "bem público", a honra era um atributo do homem e, por sua vez, a ele caberia manter e reger a "ordem familiar", não permitindo que sua esposa maculasse a sua honra ou a ridicularizasse.

E esse campo simbólico personificado pelo medo do riso do adultério feminino ou da ridicularização da honra, é acionado também dentro do próprio

³⁰ LEMOS, José Brito. *A Psychologia do adultério*. Rio de Janeiro. Livraria Castilho, 1921, 82.

³¹ CASTRO, Viveiros de. *Os delitos contra a honra mulher, op. cit.*, 42-3.

espaço da justiça. O "riso" medonho do adultério ecoava também nos ouvidos dos juristas modernos, uma vez que eram esses próprios juristas, preocupados com a ineficácia da lei em relação a essa prática, que propunham uma "maior eficácia" quanto aos adúlteros. Para "adúlteros que riem-se delas(lei) como um brinquedo", uma providência teria que ser tomada, antes que a infidelidade virasse uma "epidemia", dizia Viveiros de Castros.³³

É interessante perceber como no discurso jurídico registrado nos processos criminais de Campina Grande, o termo "relações sexuais" é usado para se referir às práticas de adultério ao mesmo tempo em se intensifica a ação dos médicos higienistas na cidade³⁴. Isso mostra a crescente intervenção da medicina na sociedade e a estreita ligação entre esses dois campos de conhecimento médico e jurídico, no sentido de controlar as condutas morais principalmente no século XX.

Outra questão a ser considerada como tentativa de controle dos delitos morais refere-se a maneira como passam a ser tratados muitos dos conflitos, que antes resolvidos no âmbito privado, sofrem, cada vez mais, a interferência do Estado, a partir da Justiça: relatos sobre as atitudes encaradas como desonrosas são registradas sobre os inúmeros casos de "sedução" de mulheres casadas, de mulheres solteiras e de crianças, ou mesmo de sedução entre sogros e noras que,

³² LEMOS, José Brito. *A Psicologia do adultério*, op. cit., 99.

³³ CASTROS, Viveiros. *Os delitos contra a honra da mulher*. Op. Cit., 46.

³⁴ Certamente, a Paraíba das primeiras décadas do século mantinha-se mais próxima do dispositivo da aliança, mas as discussões colocadas, naquele momento, também mostram como as práticas em relação ao casamento, à família, às relações de gênero estavam mudando. Este deslocamento em termos de sensibilidade ocidental já foi analisado por Michel Foucault ao discutir a passagem do "dispositivo de aliança" para o "dispositivo da sexualidade", mostrando como os sistemas de matrimônio, transmissão de nomes e bens vão perdendo a importância "à medida que novos processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente", enquanto o dispositivo da sexualidade vai se impondo e se articulando a partir do corpo. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 100-110.

por vezes, acabavam em tragédia.

Em 1937, em Campina Grande, regista-se o caso de Manoel Alves, que assassina sua cunhada Maria Amélia, por esta não aceitar sua proposta "ilícita de natureza sexual"³⁵. Casos de "defloramentos", de espancamento de mulheres e, principalmente, os casos de "infidelidade feminina" acabavam em violentos conflitos e crimes de "limpeza de honra". Os casos de infidelidade chegavam ao conhecimento da Justiça, através de outros conflitos: assassinatos e espancamentos que, normalmente, eram denominados nos processos como "questões de ciúmes", "motivos frívolos", mas que vão sendo, aos poucos, incorporados na Justiça como atos desmoralizadores para a família.

Ao enfatizar relações entre sogros e noras, crianças e adultos e relações entre pessoas do mesmo sexo e, principalmente as relações extraconjugais, o Estado pretendia controlar com quem as pessoas estavam fazendo sexo e denominar de imoral tudo que não se enquadrasse nos novos modelos higiênicos das relações amorosas. Denunciava relações que, antes, eram livremente praticadas nas fazendas, na própria Casa Grande. Tal atitude dava a entender que um problema de desautorização da Justiça estava sendo efetivado pela sociedade e que precisava ser reparado no sentido de salvar a "família paraibana".

Os moralistas faziam alarde das promiscuidades existentes nos ambientes de trabalho e remetiam a um perigo do desmantelamento da família, das hierarquias de gênero e, por sua vez, da ameaça da infidelidade feminina.

Apesar da economia fortemente marcada pelo caráter agrário, ainda na década de 20, e as relações de trabalho baseadas nas tradições de "favores" e de "fidelidade" aos patrões, mesmo assim, tais relações estavam sofrendo alterações face ao aumento expressivo das indústrias³⁶. O trabalho de Eliete Gurjão mostra

³⁵ Processo de assassinato, Manuel Alves de Meneses, 8 de setembro de 1937.

³⁶ Além da empresa de beneficiamento e de exportação do algodão, existiam, nesse período, indústria de sabão, refinação de vinho, moagem de café, fábrica de calçados, indústrias de produtos químicos.

que, apesar das "limitações impostas pelo rigoroso esquema de poder da dominação coronelística e oligárquica", os trabalhadores paraibanos, incluindo as costureiras, efetivaram várias greves entre os anos de 1902 e 1930³⁷. Essas greves sugeriam a modernização das relações de trabalho, transformando as relações "patriarcais" em "exploração". O próprio surto de greves de 1917, que marca a atuação do Sindicato Geral dos Trabalhadores e as greves posteriores, explicitaria a emergência desse questionamento do antigo modelo de patrão.

Um outro agravante, referente às relações trabalhistas na Paraíba, que era enfatizado por alguns moralistas, principalmente no decorrer da década de 30, era que o ambiente da fábrica estaria provocando a "desonra das famílias", ao possibilitar a convivência entre homens e mulheres³⁸, que acarretaria não só uma ruptura das relações entre os membros da família, mas a perda do próprio conceito de "família". A criação da imagem da fábrica, como "vida de rebanho", "vida de escândalos coletivos", "lugares comuns", onde todos se encontram nos banheiros, banalizaria a "corrupção" e a infidelidade. Isso é o que sugere o artigo de Carlos Agra, "A degeneração da família moderna", escrito em 1938, para o jornal *Voz da Borborema*, que traduzia o medo da quebra de fronteiras sociais em que as pessoas encontravam-se inseridas num ambiente de: "Mistura de sexo, de idade, de raça, de cultura, de religião, de moral (...) se tornando despatriados do lar"³⁹.

O termo, "despatriados do lar", usado pelo autor para definir a mistura de pessoas no ambiente da fábrica, também define a fragmentação dos vínculos fraternais do lar, pois a fábrica "afastaria os laços de fraternidade, de amor

³⁷ Entre as greves ocorridas no período, estava a das "costureiras", no ano de 1917. As outras categorias em greve foram: cigarreiros, jornaleiros da Great Western, operários da Casa Kronde & Cia, Tecelões da Fábrica Tibiri, operários da Casa Lona & Cia, carroceiros, alfaiates, estivadores, operários da Fábrica Rio Tinto, foguistas e carvoeiros. GURJÃO, Eliete de Queiroz. "A Paraíba Republicana: 1889-1845". In: *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, 65.

³⁸ Sobre as diferentes imagens criadas sobre fábrica, concebidas pelos trabalhadores e patrões e higienistas, ver Margareth Rago, "Fábrica satânica/Fábrica higiênica", in *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

materno, paterno e filial", quebrando, enfim, todos os laços de solidariedade e de fidelidade familiar, à medida que "o *pater família*, como o pastor entristecido, em meio do campo, assiste ao dispersar do rebanho". E acrescenta: "A voragem em que submergiram os sentimentos de amor e de respeito entre pais e filhos traduz bem o declínio das tradições morais de uma civilização".⁴⁰

Diante das novas relações capitalistas, a infidelidade é entendida na época de forma plural, ou seja, como um questionamento do poder do coronel: infidelidade das mulheres à figura masculina, dos filhos em relação aos pais, dos trabalhadores em relação a seus patrões, eram referidas na imprensa, nas primeiras décadas desse século, como mudanças dos costumes que afetariam a constituição moral da família e, como já foi dito anteriormente, sugeriam a iminência de uma institucionalização da traição social.

Esse período da modernização das relações capitalistas, também, marca o fim do governo da oligarquia de Epitácio Pessoa e o começo da crise das relações coronelísticas, provocada, em parte, pelas próprias rupturas interfamiliares dessa mesma parentela, como afirma Eliete Gurjão⁴¹.

Há notícias de que as fraturas criadas dentro dessa parentela da família dos Pessoa em fins da década de 30, têm "raízes de animosidade" quando ocorre uma intrigante "história de adultério feminino e assassinato" que envolve os ramos da família Pessoa de Umbuzeiro e dos Pessoa, de Recife. É o que afirma a historiadora americana Linda Lewin, ao se referir às redes de poder estabelecidas pela parentela na Paraíba.⁴²

Sendo assim, o governo de João Pessoa pode ser um período emblemático para entender a emergência de um discurso sobre o adultério feminino. A

³⁹ *Voz da Borborema*, "A degradação da família moderna", Campina Grande, 28 de maio de 1938, 3.

⁴⁰ *Idem*, *ibidem*.

⁴¹ . GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana: 1889-1845. In: *Estrutura de poder na Paraíba*. op. cit. 36.

⁴² LEWIN, Linda, op. cit., 315-324.

problematização emergente no contexto de rupturas das fidelidades tem no governo de João Pessoa o seu ápice. Ápice, porque esse governo materializa a própria quebra da tradição oligárquica, à medida em que rompe com sua própria parentela e também porque seu governo é objetivado, historiograficamente, como símbolo máximo da modernidade paraibana. Sua prática, sempre voltada para a tônica do "moderno", da "civildade"⁴³ e de uma nova moralidade social, coloca, como prioridade política, a moralização da família, que aparece como sustentação das bases do moderno Estado paraibano.

O próprio discurso sobre a fidelidade é reelaborado, uma vez que agora, não se liga apenas à oligarquia, mas é descrito, a partir da idéia de civismo. Um "civismo" em que o Estado não mais aparece como algo abstrato e distante, mas como um território canalizador de todas as práticas sociais. E é nessa nova rede de fidelidade que os próprios conceitos do masculino e do feminino serão redefinidos.

Assim, enquanto para o feminino, a exigência de fidelidade era cobrada no campo da sexualidade, através de sua "honestidade" e "honradez" vinculada à moralidade sexual, para o masculino, a prática dar-se-á na esfera política, a partir dos compromissos junto aos parceiros partidários e à sua parentela.

2 - a infidelidade na política

Em meio às batalhas políticas, percebe-se como os conceitos masculino, feminino, valentia e fidelidade são reelaborados e como a prática de adultério feminino ganha força como transgressão, chegando a ser concebida como ameaça à própria constituição do Estado.

⁴³ Embora a Era Nova(1921-1926) seja responsável por toda uma propaganda sobre a "modernização" do Estado da Paraíba, é principalmente durante o governo de João Pessoa que se acentua o investimento no discurso sobre a civilização dos costumes e uma das formas desse investimento é materializada na tentativa do desarmamento da cidade de Parahyba do Norte.

O discurso da civilidade e de moralização da sociedade tornar-se-á a grande arma da política partidária. Mais particularmente, a partir do governo de João Pessoa (1928-1930), inclusive alguns políticos que o substituíram após sua morte, em 1930, se utilizará do discurso de moralização sobre as condutas sociais para tentar criar um Estado forte⁴⁴, porém, dessa vez, a partir de novas estratégias discursivas, propiciadas pelas chamadas Revolta de Princesa e a Revolução de Trinta.

A tentativa estratégica do governo de João Pessoa, para a criação de uma nova imagem para a Paraíba, que se enquadrasse nos projetos propagandísticos da política do período, não pode ser dissociada da idéia de civismo. Uma honra centrada em sua própria imagem: "homem que não se rende" ao Presidente da República, mas lutara com "honra", com "bravura" para defender o Estado da Paraíba, "homem que enfrentava os cangaceiros". A partir desse discurso da "força", de "coragem" e de fidelidade, que marca uma visível oposição ao presidente Washington Luiz em nome de um bem nacional, o jornal *A União* divulgará, cotidianamente, discursos de valorização ao governo:

...Todo o Brasil tem os olhos voltados para v.exc, que neste momento encarna a honra do Nordeste. Nesta hora de franco crepúsculo da dignidade, a figura varonil de v. exc. renova as esperanças dos que descreiam já da salvação da República. Como patriotas e admiradores sinceros, sendo v. exc. o último reduto do brio nordestino⁴⁵ (grifo meu).

A propaganda da "honra", entendida como "bravura" cívica e fidelidade integral, não poderia mais estar ligada à idéia de "violência", praticada arbitrariamente no decorrer do período. Isso remeteria ao cangaço, uma prática de

⁴⁴ Fernando Melo, ao escrever uma biografia sobre João Pessoa, mostra como esse presidente tenta construir um Estado forte, implementando medidas muitas vezes anticonstitucionais, a exemplo da "lei de impostos" efetivada em seu governo. Segundo esse autor, muitas de suas reformas fracassaram por "falta de cautela admisnistrativa". MELO, Fernando. *João Pessoa, uma biografia*, op. Cit., p117

⁴⁵ A consequência do banditismo na vida econômica do Estado, *A União*, Parahyba, 18 de março de

violência que o Estado queria extinguir de suas fronteiras civilizadas. Ao contrário, tenta-se criar uma idéia de bravura, esteticamente oposta a essa imagem de “barbarismo” e de “atraso” que tanto maculava o Estado paraibano, perante o resto do país. Criar-se-ia, então, a prática da honra pautada, numa valentia civilizada.

Nesse período, constitui-se, assim, um discurso a partir da formação de duas imagens opostas: de um lado, o governo da honra, da valentia, da fidelidade ao Estado; do outro, o banditismo, o cangaceirismo, os “traidores”. E, nesse contexto, as disputas partidárias constituem-se a partir do discurso de moralização política ampliada para todas as práticas sociais que, principalmente o órgão oficial do governo, o jornal *A União*, encarregar-se-á de divulgar, como fica explícito nesse artigo, publicado depois da invasão à casa de João Dantas, seu inimigo político:

A polícia examinou os papéis espalhados, notando que entre elles havia documentos profundamente comprometedores no que se relacionam com a ordem pública e a agitação política que separa, nos últimos tempos, os paraybanos dignos do grupo de aventureiros e traidores sem escrúpulos. A União começará amanhã a publicar, portanto os mesmos que contêm curiosas revelações sobre os miseráveis modos de agir dos inimigos da Parayba, dos quaes o tarado João Dantas⁴⁶ (grifo meu).

No projeto de criação de uma imagem política forte para a Paraíba, estava sendo definida, também, uma nova configuração das relações de gênero, uma vez que os valores eleitos, nesse período, sendo agenciados pela prática da honra e do “civismo”, acabavam transformando inclusive, o conceito de masculinidade. E, para que essa masculinidade fosse possível, era também necessário que se construísse uma imagem de “mulher paraibana”, moldada aos interesses desse projeto.

1930, nº 63, Anno XXXIX, p.1.

⁴⁶ Revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade de nossa terra, *A União*, Parahyba, 22 de julho de 1930, ano XXXIX, nº 168.

Informado pela idéia de moralizar a sociedade paraibana, o governo de João Pessoa foi marcado pela tentativa de controlar a violência no Estado, investindo em vários setores da sociedade: construção de grupos escolares de "ensino primário" e construção de uma casa para recolher menores das ruas, denominada Centro Agrícola de Pindobal e, principalmente, investindo na ordem familiar. Efetivaram-se, ainda, reformas nos prédios oficiais e investimentos na Escola Normal. O período econômico era propício para tais reformas, uma vez que, em 1929, a Paraíba era a maior produtora de algodão do país⁴⁷ e, com isso, o governo de João Pessoa conseguiu ganhar a simpatia dos paraibanos, o que o ajudou a construir um certo clima de "civismo", entre a população. Sem contar com o fato de ter o jornal *A União* como aliado, tendo João Pessoa ido morar no próprio prédio desse órgão da imprensa, no período em fazia a reforma do mesmo.

E foi a partir dessa política de moralização que ele também conseguiu estabelecer, em dados momentos, boas relações com a própria esfera religiosa do Estado. Em 1929, sua preocupação com a estabilidade da "família paraibana" levou-o, inclusive, a propor ao Arcebispo, D. Adauto, a efetivação do casamento religioso, precedido do casamento civil gratuito. Sua preocupação com a "ordem moral", através da família, é visível nessa carta enviada ao Arcebispo:

Observo não raro, que pessoas casadas religiosamente abandonaram a família constituída para continuarem o ato civil com outro cônjuge e vice-versa. É excusado assinalar os danos de ordem moral e econômica decorrentes dessa instabilidade (...) Haja vista o acôrdo tentado para a maior garantia da família com a efetuação do contrato civil juntos ao casamento religioso.⁴⁸

Essa foi uma tentativa de João Pessoa de unir as forças do Estado com a Igreja para assegurar a eficácia do casamento e a estabilidade da família, pois o Decreto nº 181, de 24 de 1890, acirrava os conflitos entre Igreja, Estado e fiéis. O Decreto do governo republicano instituía o casamento civil, monogâmico e

⁴⁷ A Paraíba produzia, em 1929, 25.451.680 fardos de algodão. Tal informação consta em Octávio, José. *João Pessoa: textos básicos e estudos críticos*, op. cit., 80.

indissolúvel e legitimado em detrimento do casamento religioso, fazendo com que as pessoas que eram casadas só no religioso fossem considerando como vivendo em concubinato⁴⁹. Entretanto, a proposta de João Pessoa, que pretendia interligar o casamento civil ao religioso, foi apenas um projeto ousado que não deu certo, pois, somente em 1939 foi implementado, pelo governo Federal, quando este cria a Comissão Nacional para a Proteção da Família.

Os investimentos políticos de João Pessoa mostraram como a família - que no contexto da política republicana ganha importância num projeto de constituição da cidadania, da Pátria - tem um papel primordial, no sentido de possibilitar a ordem social e assegurar a estabilidade no seu governo. Mas, controlar a moralidade das famílias, através do casamento civil, talvez não fosse suficiente para garantir a estabilidade da instituição familiar. Era necessário, também, impedir os excessos de violência cometidos pelos maridos contra suas esposas, criar novos modos de convivência, baseados, por sua vez, na relação de fidelidade.

Por isso, dentro desse contexto de abolição da violência, através de uma pequena coluna - "Noticiário" do jornal *A União*, 1930 - a polícia mantinha a população informada sobre as punições aos transgressores sociais, a exemplo da prisão dos homens que cometem "barbarismo" contra suas mulheres:

O indivíduo Augusto Joaquim, morador na usina Santa Rita, agrediu a foice sua esposa, ferindo-a de modo tão grave que a infeliz veio a perder um braço e uma mão. Agora o perverso criminoso foi preso pela polícia de Santa Rita.⁵⁰ (grifo meu).

A Noticiário referia-se, principalmente, aos acontecimentos da capital, chamada de Parayba do Norte e, conforme as próprias informações acerca dos flagrantes, assim como acontece em Campina Grande, muitas das violências cometidas contra as esposas davam-se nos espaços públicos. Os "Noticiários" são

⁴⁸ Octávio, José, op. cit. p. 73.

⁴⁹ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

⁵⁰ *A União*, Parahyba, 4 de fevereiro de 1930, Anno XXXIX, nº 37.

curtos e nunca detalham os motivos dos crimes; quando muito, restringem-se a dizer que o conflito aconteceu por “motivo de ciúmes”. Entretanto, já se podia perceber, pela própria publicidade dos casos, pelas prisões efetuadas e, principalmente, pela forma com que as manchetes se referiam aos maridos, que uma tímida crítica aos assassinatos das mulheres ou aos “crimes da paixão” estava começando a aparecer, pois esses homens eram sempre adjetivados pelo jornal *A União* como “bárbaros”, “estúpido indivíduo”, “perversos”.

As mudanças que estavam ocorrendo na Paraíba, nesse período, não podem ser explicadas apenas por uma ação do governo do Estado, pois a elite intelectual da Paraíba estava sintonizada com as novidades que circulavam pelo país, e não se pode desconsiderar os debates que estavam ocorrendo nos centros urbanos sobre “os crimes da paixão”. Susan Besse, ao discutir sobre “crimes passionais”⁵¹, informa que essa era uma preocupação das autoridades, que se reuniram em 1923, para tentar solucionar o problema que causava alto índice de mortes de mulheres, no Rio de Janeiro.

Mas, com base na documentação pesquisada, ao menos na Paraíba, pode-se dizer que o apelo para se pôr-se fim a essa “violência bárbara” cometida contra as mulheres, e as críticas aos maridos que as espancavam não significam uma valorização do feminino, como uma “igual” – apesar do discurso de cidadania de âmbito mais geral do governo no período. E também não significava que a “guarda” à honra masculina estivesse em baixa. O que ocorre é que as relações de gênero, nesse momento, estão sendo instituídas, a partir de outras relações de poder. A violência privada passa à tutela do Estado. Os maridos que assassinavam suas mulheres e que antes resolviam seus conflitos maritais no espaço privado, agora passam a responder por essas atitudes ao Estado, através da Justiça.

⁵¹ BESSE, Suasan K. “Crimes Passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940”. In: *A mulher no espaço público*, op. cit. 186.

Ser um homem honrado, portanto, não significava usar a violência no espaço doméstico, destruindo sua própria família, pois tal atitude não poderia ser considerada nesse momento como valentia. Ter honra não significava praticar a violência de forma arbitrária - a violência somente deveria ser efetivada em defesa e por fidelidade ao Estado paraibano. E essa era a forma de valentia que ajudaria a compor a imagem do político João Pessoa, perante a proposta do presidente Washington Luís, a respeito da candidatura de Júlio Prestes e a revolta de seus adversários, que se armaram contra ele na cidade de Princesa:

A causa da autonomia da Paraíba tornava-se para ele uma questão de honra. Estava disposto a defender, a todo custo, os princípios reformistas e moralizadores de sua administração. João Pessoa lutaria até vencer, no que não creio. Creio que ele morreria lutando, a morte gloriosa dos heróis⁵². (grifo meu)

Esse discurso sobre a honra, a valentia, o civismo em defesa do Estado, ao colocar a política no campo da moral, transforma todos os que compõem o grupo de oposição política em "cangaceiros" e "traidores" da Paraíba. Tal discurso será melhor percebido durante o contexto que envolve a morte de João Pessoa, uma vez que se promove, nesse período, principalmente através do jornal *A União*, um intenso debate sobre quem era ou não "fiel" à Paraíba.

Em 1930, o governo paraibano vive uma crise que vai desde os problemas nacionais, com a disputa à candidatura a vice-presidência, até a crise das próprias oligarquias paraibanas que colocam em risco a autoridade do governo do Estado. Em meio a essa pressão, constrói-se um discurso em que a Paraíba estaria vivendo um clima de traição e essa adulteração total do Estado é concretizada personagem de João Pessoa.

Uma carta enviada por ele à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal do

⁵² Depoimento de Severino C. Marinho, em *Uma Cidade de Quatro Séculos*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978, 236.

Rio de Janeiro, em 1930, traduz essa atmosfera de traição⁵³. Nela, o governador denuncia as várias "traições" de que estaria sendo vítima, tanto a "traição do chefe local" - ele se refere à cidade de Princesa que se rebelou contra a capital⁵⁴ -, quanto à "sublevação armada, invasão de cangaceiros" sob ordens de Princesa e, também, às "desordens existentes na Paraíba, que estão sendo praticadas por amigos de última ordem" que ele afirma ser "s. exc...traidores do meu partido". Eis um fragmento da carta:

Traição do chefe local nas vésperas do pleito de 1º de março; a seguir sublevação armada, invasão de cangaceiros sob suas ordens em outros municípios (...) as desordens na Paraíba estão sendo praticados por amigos de última hora de s. Exc., traidores do meu partido, por ele encorajados e por ordem dele auxiliados fartamente de todos os elementos de resistência (...) A Paraíba não se rende e o restabelecimento da ordem não se executa com a rapidez exigida, pretende-se derrubar o seu Governo para entregar o Estado a uma horda de salteadores.⁵⁵

Sem contar que, segundo o jornalista Fernando Melo, João Pessoa "mal sabia que estava sendo traído em pleno desenrolar da campanha" por Getúlio Vargas, quando de suas negociações feitas com Washington Luiz, para "salvar sua própria pele, quando percebeu que iria ser derrotado e à revelia dos Estados aliados - Minas Gerais e Paraíba -, firmou acordo com o presidente".⁵⁶

Mas como explicita a carta, todas essas traições que acarretam o "desmando" do governo paraibano, eram atribuídas a uma infidelidade maior e aponta como "único responsável, exclusivamente, o chefe da Nação" que lhe negava apoio e o fornecimento de munições para lutar contra os "sublevados". Além de negar apoio, o presidente Washington Luiz acionava a Alfândega e os Estados vizinhos para a fiscalização da entrada de armas no Estado da Paraíba com o argumento de manter

⁵³ A carta de João Pessoa ao Senado do Rio de Janeiro consta no livro de MELO, Fernando, op. Cit., 230-40.

⁵⁴ A Revolta ocorreu na cidade de Princesa Isabel, onde dominava o inimigo político de João Pessoa, Coronel José Pereira. Este, formou uma milícia particular e resistiu contra a Força Pública Estadual, durante cinco meses.

⁵⁵ MELO, Fernando. Idem, ibidem, 239-241

a "ordem"⁵⁷.

Em 1930, quando o governo da Paraíba negou-se a apoiar o candidato do presidente, Washington Luiz, num episódio que ficou conhecido como "NEGO", a Paraíba encontrava-se dividida entre dois grupos: os "liberais", liderados por João Pessoa, e os "perrepistas", oposição liderada por João Dantas. Essa cisão política era animada pelos discursos de João Dantas que, não tendo acesso ao jornal *A União*, fazia suas críticas através da imprensa pernambucana, que estava, por sua vez, contra a posição assumida por João Pessoa frente à política do presidente⁵⁸

Foi a partir dessa atmosfera de "traição", que o presidente João Pessoa, às vésperas de ser assassinado "traçoeiramente" - como dizia o jornal *A União* -, colocou-se como o político "varonil" que iria lutar, em nome do Estado, contra todas as traições que o cercavam. Em meio aos conflitos, a casa de João Dantas foi invadida por ordem de João Pessoa, e muitos de seus documentos e de suas cartas pessoais jogadas na rua, emergindo a imagem de um João Dantas "desmoralizado dentro do conceito de honra que então imperava" na Paraíba, como diz o historiador José Octávio, discutindo esse episódio que marca a historiografia paraibana. Uma desmoralização que aumenta com as ameaças que o jornal *A União* fazia a João Dantas, ao publicar suas correspondências pessoais. O desfecho: João Dantas acaba por assassinar, numa confeitaria de Pernambuco, o presidente João Pessoa⁵⁹.

⁵⁶ MELO, Fernando. *João Pessoa: uma biografia*. João Pessoa: Idéia, 2000, 163-164.

⁵⁷ MELO, Fernando. *Idem*, *ibidem*.

⁵⁸ OCTÁVIO, José. *João Pessoa perante a história: textos básicos e estudos críticos*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978, p.89.

⁵⁹ José Joffily afirma que as cartas trocadas entre João Dantas e Anayde Beiriz foram publicadas no jornal *A União* e que, por esse motivo, ocorre o assassinato. Entretanto, de acordo com as pesquisas realizadas no jornal *A União*, nenhuma carta de Anayde Beyriz foi ali publicada. José Octavio corrobora essa informação, acrescentando que foram encontradas na casa do político apenas correspondências que comprometiam a imagem do governo vigente. A despeito do assassinato de João Pessoa por João Dantas, esse projeto de moralização do Estado ou da construção da imagem da Paraíba "honrada" não cessou. JOFFILY, José. *Anayde Beyriz: paixão e morte na revolução de 30*. Rio de Janeiro: CBAG Editora, 1980.

Depois de sua morte, ainda na década de 30, a imagem de João Pessoa se fortaleceu como salvador da honra do Estado paraibano, a partir dos discursos tanto de seus aliados quanto de seus inimigos políticos. Com a morte de João Pessoa e a deflagração dos conflitos políticos, inseridos no contexto de política nacional do Golpe de 30, os noticiários da imprensa tenderam a legitimar uma discursividade política no campo da moralidade, pautada na imagem mitificada de João Pessoa⁶⁰. Esse investimento em sua imagem, como político da honra, da valentia e de "fidelidade" à Paraíba e à própria República, é indicado por Leitão, um cronista de época:

João Pessoa, homem símbolo da Paraíba e do Brasil; símbolo de nacionalidade; símbolo, senhor presidente, da honra, neste país de desonrados; símbolo de moralidade (...) símbolo da reação contra os escravizadores do povo e perturbadores do regime(...) ele era o povo e o povo aí está representando o seu ideal.⁶¹

Enquanto a imagem de João Dantas, também construída no campo da moral, será pintada como a de "o tarado", "o traidor", "o judas" ... "o presidente João Pessoa foi assassinado covardemente e perversamente por um braço que armara em Recife, uma braço de sicário e tarado"⁶².

Um outro contemporâneo, o poeta Severino C. Marinheiro associa o ato de João Dantas à traição de Judas: "Escolheu o sacrifício da própria vida - e suicidou-se. Fez como Judas".⁶³

A construção dessas imagens políticas, a partir dos espaços simbólicos da traição e da fidelidade, consistia numa estratégia discursiva, à medida que se queria mostrar que, na Paraíba, só havia duas práticas políticas: uma pertencente à boa moral e a outra ao "imoral". Uma imagem forte, se pensar como esse Estado é

⁶⁰ Durante todo o ano em que se deu o assassinato de João Pessoa, todos os exemplares do jornal *A União*, continham artigos divulgando o ocorrido, sempre no sentido de colocá-lo como "martir" e como "herói" que morreu pela Paraíba.

⁶¹ Fala de Leitão, em *Uma cidade de quatro séculos*, op. cit., 148

⁶² O Presidente João Pessoa: o assassinato ontem em Recife, do eminente e bravo parahybano, *A União*, Parahyba, 27 de junho de 1930, nº 173, 1.

culturalmente imbuído de um forte senso da “honra”, pautado nos valores de fidelidade e de princípios morais conservadores em relação à família⁶⁴.

Colocar Dantas como “tarado”⁶⁵ era reivindicar as construções de imagens carregadas de (pre)conceito que ameaçavam a “honra” das famílias da sociedade paraibana como um todo. Dizer que ele era um “traidor”, um “Judas”, era acionar outra imagem, a da *infidelidade*, que era, nesse momento, particularmente cara às figuras masculinas da Paraíba. E, por fim, o “assassinato” cometido por ele, um ato de “violência”, sinônimo de “cangaceirismo”, que o discurso do governo de João Pessoa tanto combateu. Portanto, imagens antagônicas estavam criadas: João Pessoa morreu por “fidelidade” à Paraíba *versus* João Dantas, o “infiel”, o traidor das causas do Estado e da moral das famílias paraibanas. Essa vitória de João Pessoa como homem honrado é legitimada, em 1935, pela criação da Praça João Pessoa, que tinha ao centro uma escultura do presidente feita pelo artista Humberto Cozzo, em granito e bronze.

A vitória dessa imagem de “homem honrado” é materializada em homenagens póstumas a exemplo da descrição de um monumento por Alberto Santos, em artigo da *Ilustração*, como “monumento em honra, à bravura e ao desprendimento cívico”, ícone que “tem como guardas as legendárias palmeiras, sentinellas mudas que estão rendendo homenagem àquelle que soube dignificar a honra de sua terra”⁶⁶.

Após a morte de João Pessoa, sua imagem heroicizada é mitificada, a partir

⁶³ Depoimento de Severino C. Marinho, op. cit., p.238.

⁶⁴ Segundo Fernando Melo, João Dantas não se suicidou. Ele foi “assassinado na prisão barbaramente no dia 6 de outubro” com a “Revolução de 30 já vitoriosa”. Os autores do crime teriam sido o médico Luís Góis e o Oficial de Justiça, Ascentino Feitosa. MELO, Fernando, op. cit., 267-68.

⁶⁵ João Dantas é denominado de “tarado” pela Imprensa, pelo fato de afirmarem ter encontrado “cartas pornográficas”, em sua residência, por ocasião da invasão da mesma. Entretanto, um outro depoimento registrado no livro, por Moreira Caldas, aponta a batalha discursiva criando imagens que contrariam a imagem do “imoral”: “seus atos não caracterizavam como homem violento e atrbiliário. Era polido no trato e de maneiras fidalgas. Alegre e comunicativo sem ser descomedido. Não tinha a espansibilidade de frequentadores de bordéis. Não vivia de seduções e sabia respeitar o lar alheio e o tecto dos ‘amigos’. Tinha moral e exigia respeito à sua dignidade”. Essa fala sugere outra imagem de João Dantas que distoa da imprensa oficial. OCTÁVIO, José, op. cit., p.144.

⁶⁶ *Ilustração*, setembro de 1935, ano 1, nº 10, 9.

da associação com Cristo. Mas não pelo aspecto físico e sim por sua trajetória de vida: assim como Cristo foi traído por Judas e morreu pelos cristãos, João Pessoa teria vivido e morrido pela fidelidade ao "povo paraibano", ao contrário do seu opositor político. Ele seria santificado, a partir da criação de vários símbolos: mudança do nome da cidade, a criação da bandeira do *Négo* e hinos em sua homenagem, construção de praças e, por fim, a própria mudança do nome do Palácio do Governo para o nome do Palácio da Redenção e construção do Altar da Pátria, enfrente à Escola Normal, onde foi colocado o retrato de João Pessoa "velado dia e noite"⁶⁷.

A *Via Sacra* de Cristo pode ser traduzida no "cortejo fúnebre" que conduziu o corpo de João Pessoa por vários Estados até sua chegada ao Rio de Janeiro. Morria, assim, o homem santificado pelo "povo" e o corpo santificado, como não poderia deixar de ser, era de um santo "varonil". Contudo, morrera ali o símbolo santificado que viria salvar a Paraíba da infidelidade? Não, é o que parece nesse trecho do Hino escrito por Oswaldo Santiago e musicado por Eduardo Souto:

João Pessoa, João Pessoa
 Bravo filho do Sertão
 Toda a Pátria espera um dia
 A tua ressurreição
 João Pessoa, João Pessoa
 O teu vulto varonil
 Vive ainda, vive ainda
 No coração do Brasil⁶⁸(grifo meu)

O discurso sobre João Pessoa, como representante dos interesses dos paraibanos, será encarnado na própria imagem da Paraíba, e a simbologia de

⁶⁷ MELO, Fernando. *João Pessoa, uma biografia*, op. cit., 305.

⁶⁸ MELO, Fernando. op. cit., 273.

honra/valentia e fidelidade é estendida a todos os paraibanos. De forma que, durante o período da Revolução de Princesa, "o povo", incluindo as mulheres ajudaram na coleta de munição: "moças e senhoras levavam, em estojos, algumas balas adquiridas clandestinamente", afirma Fernando Melo.

O depoimento de Luiza Targino também acentua a atuação do povo a favor de seu "ídolo", após a notícia do assassinato de João Pessoa: "o povo enlouqueceu. Os presos fugiam da cadeia - pois adoravam João Pessoa -, invadiram a cidade e muitos fugiram para o interior (...). Foi uma noite de terror. Invadiram as casa dos perrepiastas e as saquearam, incendiaram as casas que puderam e queimaram canaviais. A polícia não conseguia dominar o povo"⁶⁹.

A "mulher paraibana" coloca-se a favor do presidente e seu discurso pode ser percebido a partir de inúmeras homenagens dos "grupos das moças" e do "grupo das senhoras". Até mesmo aquelas mulheres que habitam os mais obscuros lugares sociais, as prostitutas, eram *fiéis* ao presidente João Pessoa. Durante os conflitos de Princesa, os bordéis serviram de ponto de encontro para discussão de estratégias da luta:

Em João Pessoa, entre as "donas de pensão" mais famosas, incluem-se Hosana e Antoninha. Esta, em sua "pensão", à época na avenida General Osório, fez da casa uma espécie de quartel general da revolução de 30. Ali se reuniam (...) os tenentes da revolução e dizem que até o major Matias Freire, palavra de fogo da insurreição a desencadear-se⁷⁰.

Mesmo depois da morte de João Pessoa, muitas mulheres continuaram fiéis ao mesmo. Segundo o contemporâneo Caldas Tavares⁷¹, coube a Analice Caldas, uma intelectual que, durante as campanhas da Aliança Liberal, se tornou "seguidora" de João Pessoa, preparar as "caravanas" na luta pela mudança do nome da capital que, posteriormente, passou a ter o nome do presidente falecido.

⁶⁹ TARGINO, Maria Luíza de Moraes. *De Senhora de Engenho a Primeira Dama: memórias*. João Pessoa, A União Superintendência de Imprensa e Editora, 1995, 59.

⁷⁰ Fala de Welington Aguiar, op. cit., 217.

⁷¹Fala de Caldas Tavares in, OCTÁVIO, José. *João Pessoa perante a história: textos básicos e estudos críticos*. João Pessoa : A União Cia. Editora, 1978, 170

Ela se empenharia também na luta pela adoção da bandeira do NEGÓ e na ajuda à criação do "Centro Cívico Presidente João Pessoa". Sem querer discutir o mérito dessa participação, percebe-se que tal mobilização permite a possibilidade da ação feminina no campo da política institucional, tanto que, em 1937, é criada pela mesma Analice Caldas, com o apoio de Albertina Correa Lima e Lígia Guedes, a "Associação Paraibana pelo Progresso Feminino", que "visava ao aperfeiçoamento cultural da mulher paraibana"⁷².

A partir dessas mudanças nas vidas dos paraibanos, novos papéis são elaborados para as relações de gênero. Assim, como há uma criação da prática da masculinidade, à medida em que conceitos articulados à valentia/honradez são efetivados, também há uma mudança no conceito de "feminilidade", uma vez que ser homem e ser mulher são conceitos historicamente construídos⁷³.

Mas, até que ponto essa participação feminina na política era vista como uma contribuição para o projeto moralizador do Estado paraibano?

3 - a "mulher macho" e a mulher adúltera.

Na imprensa paraibana principalmente na década de 1930, os discursos masculinos sobre a mulher se dividiam entre os que pensavam que ela ainda deveria ficar em casa e os que achavam que ela deveria ser não uma "emancipada feminista", mas uma "colaboradora do homem". O artigo "O século da mulher", de Agrycio Silvestre, publicado pela revista *Ilustração*, em 1935, parece resumir estas inquietações ao afirmar que "o século XX é o século das reivindicações, é o século

⁷² Idem, ibidem, p.171

⁷³ Segundo Heloisa Buarque de Holanda, baseada principalmente em Foucault, Derrida, Barthes, "se intensificam as discussões sobre a crise e o descentramento da noção de sujeito", introduzindo as noções de marginalidade, alteridade e diferença como "termos contrários" para o debate sobre a concepção de gênero. Essa afirmativa de Heloisa também é partilhada por Maria Izilda, no artigo "Outras histórias: as mulheres e estudos de gênero - percursos e possibilidades" quando fala da necessidade de "desfazer noções abstratas de "mulher" e "homem", como identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem como diversidades no bojo da

da mulher" e "lutar contra essas verdades é esforço vão, tentativa infrutífera, indígena".⁷⁴

A "mulher paraibana", ao ser inscrita no campo da política institucional desse período, possibilita o desdobramento de outras imagens. Uma delas é descrita a partir de uma "feminilidade masculinizada": a mulher macho. O verso do folclorista Guimarães Barreto⁷⁵, que se refere à "bravura" da mulher paraibana por ocasião dos conflitos da chamada Revolução de 30, mostra como essa participação feminina foi estrategicamente captada pelo discurso de poder⁷⁶. Um discurso que relaciona essa mulher "participativa" à imagem "da valente Paraíba", Estado cujo próprio nome se classifica no gênero feminino:

Paraíba não se rende,
 porque seu povo não quer;
 quando não houver mais homem
 quem vai brigar é mulher.

Nesse período, em que a sociedade parecia estar se "feminizando" e isso causava medo, versos como estes, que elogiam a ação política das mulheres devem ser analisados com certo cuidado.

É interessante observar como nos discursos masculinos paraibanos, a mulher só é citada como "sujeito" de ação, quando ela se coloca no espaço de uma luta política institucional de "fidelidade" ao governo e assume posturas que se entendiam e queriam como masculina.

Luíza Targino, como foi citado anteriormente, relata a participação das mulheres casadas, como grupo de apoio ao político João Pessoa, como também, na

historicidade de suas relações". HOLANDA, Heloísa Buarque. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 9.

⁷⁴ *Ilustração*, João Pessoa, 15 de julho de 1935, ano I, nº 7, 8.

⁷⁵ OCTÁVIO, José, op. cit. 145.

⁷⁶ Interessante observar como a figura feminina ganhou um lugar de destaque durante a França revolucionária, ao ponto de se tornar símbolo de liberdade. Mas após 1848, aos poucos, a mulher deixa de ser representada como figura belicosa e aparece a mulher amamentando duas crianças. No período da Terceira República, a figura de *Marianne*, nome popular na França, personifica a República e, nesse período, o governo intensifica o culto da Virgem Maria.

mesma cidade de João Pessoa, as “moças da Escola Normal” com seus “lenços vermelhos” “defendiam sua Pátria e seu presidente”. Essa defesa e essa fidelidade ao presidente João Pessoa mereceram um hino intitulado “Hino da mulher paraibana”, por ocasião da Aliança Liberal, como mostra o trecho a seguir:

A mulher paraibana (bis)
 E com ela toda gente
 Idolatra João Pessoa(bis)
 Adora seu presidente.
 (...)
 Quem amar a Paraíba(bis)
 Estará com João Pessoa
 Para ver mas tarde a glória
 Da terra Pequeninina e Boa.

Por ocasião do primeiro aniversário da morte de João Pessoa, quando foi estabelecido uma cronologia para os vários seguimentos sociais lhe prestarem homenagens, a programação incluía o dia da “Mulher paraibana”. Anos depois, ainda estavam elas se organizando para homenageá-lo. Em Campina Grande, por ocasião do oitavo aniversário da morte do presidente, o jornal *Voz da Borborema* anuncia: “O Comitê feminino Clara Camarão comparecerá, representado pela exma. Sra. D. Ester Azevedo, presidente do Comitê, d. America Procópio e senhorinha Apolônia Amorin”⁷⁷.

A partir da década de 30, a imagem de “mulher macho”, no sentido da atuação cívica, comporá uma geografia moral da Paraíba, chegando a inspirar uma música, composta por Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, da qual consta o seguinte verso:

Quando a lama virou pedra
 E mandacaru secou
 Quando ribaçã de sede
 Bateu asa e voou
 Foi aí que'u vim embora
 Carregando a minha dor

⁷⁷ *A voz da Borborema*, Campina Grande, 20 de julho de 1938, ano II, nº 42, 3.

Hoje eu mando um abraço pra ti Pequenina.
 Paraíba Masculina, muié macho, sim senhor!(bis)
 Eta, pau Pereira
 Que emPrincesa já roncou
 Eta, Paraíba, mué macho, sim senhor!
 Eta, pau Pereira
 Meu bodoque não quebrou
 Hoje eu mando um abraço pra ti Pequenina
 Paraíba Masculina, muiet macho, sim senhor!(bis)

Portanto, é assim que a figura feminina se inscreve na história da política institucional e na história da revolução, isto é, a partir de definições próprias do masculino que eram o da *valentia* ou, nas palavras dos autores, “Paraíba masculina, mulher macho sim, senhor”.

Mas, desenhar a mulher a partir de definições da masculinidade, reconhecer a possibilidade de ação da mesma, somente seria concebível quando essa “ação” estivesse sintonizada com os interesses do Estado, fosse como fidelidade ao presidente, fosse como fidelidade à Pátria⁷⁸. De outra forma, tais atitudes seriam consideradas desvios que deveriam ser controlados ou mesmo condenados.

Assim, à medida em que tal participação colocasse em xeque os papéis estabelecidos nas relações de gênero, tentava-se redimensionar as fronteiras dessa ação. É com base nisso que, sobretudo no decorrer da década de 30, as discussões acirradas sobre o voto e sobre o conceito de cidadania tratam de delimitar o campo de ação política da mulher, ou pelo menos nessa política que se acreditava e se defendia como, essencialmente, masculina. Por isso, ser “mulher macho” e até efetivar ações no campo da política não significariam, efetivamente uma apropriação da virilidade, nem muito menos sua transformação no gênero masculino, pois isso possibilitaria sua igualdade com o homem e a transposição de

⁷⁸ Algumas discussões sobre a formação da nacionalidade mostram como a mulher foi usada como símbolo nacional não somente na França, mas também nas Américas, a exemplo do Brasil, como mostrou o historiador Murilo de Carvalho, em seu livro *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. E a exemplo de Mary Louise Pratt em “Mulher, Literatura e irmandade nacional”, in *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, que discutiu o paradoxo da utilização do ícone de mulheres como símbolos nacionais no contexto de formação nacional da Argentina.

todas as fronteiras morais. Não era essa a idéia que se tinha em mente. Dessa forma, a imagem da "mulher macho" não poderia ser confundida com uma mulher sexualmente ativa, pois isso causaria um desequilíbrio nas relações de gênero.

Afinal, como conceder-lhe "direitos iguais", torná-la símbolo de equilíbrio da família e provedora de cidadãos, sem "masculinizá-la", sem transformá-la em "virago" já eram, nos anos 20, as questões problematizadas por José Euclides. Em seu livro *Ensaio e Conferências*, esse escritor paraibano, defensor do "desenvolvimentismo social"⁷⁹, discute a questão de forma exaustiva, procurando apontar caminhos para que a "mulher paraibana" não fugisse ao seu papel primordial de "sustentáculo da família".

A própria figura da mulher cidadã vai sendo, ao longo da primeira metade do século, formada por discursos aparentemente conflitantes, como explicita um artigo do jornal *Voz da Borborema* intitulado "A mulher e o júri", de 1939: "A Nova República entende de fazer da companheira do homem uma cidadã (...) Hoje em dia, a mulher é funcionária pública, empregada no correio, porteira, agente de polícia e até jurada"⁸⁰.

Nessa tentativa de criar nítidas fronteiras no campo de atuação das práticas das relações de gênero, em meio às imagens de "mulher cidadã", "mãe dedicada ao lar", "mulher fiel aos princípios sociais", outras imagens de mulher também são tecidas, e talvez resulte disso a recorrência às metáforas para compor a mulher adúltera, tais como: mulheres pérfidas, figuras de Lúcifer, Salomé, serpente, prostituta, mulher infame. Outras metáforas se referem à sua prática: traição, dor moral, punhalada. Nessa variedade de adjetivações registradas nos jornais, revistas -, e como se verá no próximo capítulo, nos processos criminais - observáveis desde

⁷⁹ EUCLIDES, José. *Ensaio e conferências*. Paraíba, 1922, ano 11, nº 4, 3.

⁸⁰ *Voz da Borborema*, Campina Grande, 21 de janeiro de 1939, nº 30, 10.

o início do século, quando a imprensa falava do perigo do adultério e mesmo no decorrer da década de 30, uma coisa não mudou: a dificuldade de dar visibilidade às práticas de adultério feminino nos discursos de autoridades. Uma dificuldade cada vez mais presente, quando a troca de lugares exercidos na relação entre homens e mulheres se banaliza aos olhos dos contemporâneos, principalmente quando estes lugares são assumidos pela figura feminina concomitantemente à política institucional.

Nesse contexto, a personagem da realeza, Carlota Joaquina, é articulada, nesse vasto campo de possibilidade metafórica, para dizer das conseqüências da infidelidade feminina, no campo da política. Um artigo de Viriato Correa, citado anteriormente, de 1936, intitulado "A mulher de D. João VI", descreve lugares do masculino e do feminino às avessas, à medida em que Carlota Joaquina é quem "preenche o ideal de masculinidade e apresenta-se como um 'cochilo da natureza'": "De homem tinha quase tudo: a energia, as maneiras, a desenvoltura de gestos, a linguagem solta, a ambição, o espírito de domínio, a coragem, a turbulência e até o rosto cabeludo e desgracioso(...) de mulher, muito pouco..."⁸¹

Por esses motivos, segundo Viriato Correa, Carlota era um "cochilo da natureza", e D. João, definido no texto como "o manso", só usava calças pelo mesmo motivo, ou seja, por um acaso da natureza. Descrita como um aleijão, Carlota fazia e dizia o que queria, incluindo a escolha de seus próprios amantes. Sua ação colocava a autoridade do marido no espaço do risível. O autor mostra, claramente, como a figura masculinizada da rainha estava associada à prática de adultério, da traição. Aliás, segundo o próprio autor, ela foi a primeira a "conspirar" contra o marido, uma vez que "pretendia dá-lo como doido e assumir a regência"⁸². Uma dupla "traição" que marcaria a história do Brasil?

O artigo sugere que a associação entre mulher masculinizada e política só

⁸¹ *A Ilustração*, outubro de 1936, ano 2, nº 50, 10

⁸² *Idem*, *Ibidem*.

poderia resultar em traição. A descrição dos papéis anacrônicos atribuídos à natureza para o casal real parece, ao mesmo tempo, explicitar os problemas de âmbito do Estado nacional existentes no período em que o artigo é escrito, e parece servir como um alerta ao Estado paraibano, no sentido de construir uma sociedade regrada por ações de virilidade masculina e não de uma virilidade feminina, como a "mulher macho". Em outros termos, o país arcou com a "fraqueza" de D. João, perante o desgoverno da postura de sua mulher. A figura de Carlota, como "aleijão", "traidora", "ser diabólico" é acionada na década de 30 contrapondo-se a outras figuras femininas desejadas, que são as companheiras e mães de família de uma sociedade, também desejosas de prosperidade. Dessa forma, a mulher masculinizada, a mulher macho confundia-se com a própria adúltera, pois, feminilizar a política era trazer para dentro desse universo, essencialmente masculino, a traição, uma vez que a mulher era considerada, por natureza, infiel.

Essa discursividade sobre o desejo de lealdade feminina foi, muitas vezes, mencionada em entrevistas ao "Álbum" de Analice Caldas⁸³, quando muitos dos homens entrevistados sobre seu animal de preferência respondiam ser o cachorro, por ser ele "símbolo da fidelidade". O investimento nesse discurso, assim como o deslocamento da postura que a mulher casadoura ou casada passava a assumir na relação com o homem podem ser também percebidos numa anedota publicada pela revista *Ilustração*, de 1936, em que um casal tematiza o casamento. No diálogo, o homem diz está procurando uma esposa "devotada, calada, amiga, e fiel". A esse respeito, responde a mulher: "então você precisa não de uma esposa, mas de um cachorro".⁸⁴

Mas, se por um lado, algumas metáforas apareciam em forma de anedotas,

⁸³ Analice era uma intelectual formada pela Escola Normal que morava na cidade de João Pessoa. O *Álbum de Analice Caldas* era um questionário, publicado regularmente pela revista *Era Nova* na década de 20, com aproximadamente 45 questões dirigidas, principalmete aos rapazes de status social relevante na Paraíba. As perguntas se referiam às preferências dos entrevistados: cor, comida, livros, sport preferido, ao tipo feminino, ao caráter tanto do feminino como do masculino, sobre o casamento, etc.

⁸⁴ Obediência Cega, *Ilustração*, 1936, n° 32, ano 2, 27.

ridicularizando a autoridade masculina, outras eram operacionalizadas para dizer da infidelidade, como simbologia da dor e da morte. Esta inscrição da mulher como símbolo da dor e da morte não se construiu de repente, pois, já em 1909, no artigo “Mulheres Pérfidas”, do jornal *O Campina Grande*, a prática da mulher “infidel” é análoga ao efeito de um “punhal” que penetra lentamente o corpo do homem: “um assassinato, lento, calculado, cruel, frio”, como diz o autor, Viril Gil. Essa mesma sensação de dor é lembrada por Christiano Pimentel em 1938, em *A voz da Borborema*, ao falar dos perigos da “tentação de Lúcifer” sobre a mulher casada que se desobriga de seus afazeres domésticos, pois, segundo ele, “a dor moral dói mais que um ferro no coração”⁸⁵.

O discurso masculino moralizante do século XX, mesmo inserido num contexto de legitimação do Estado, em detrimento da Igreja, aponta para uma certa continuidade do discurso religioso, ao se apropriar, estrategicamente de metáforas desse universo. Dessa forma, a história da traição, ontologicamente construída a partir de uma temporalidade linear, capitalizada do universo religioso, liga a história de um passado do pecado original à traição perpetuada no presente: “Desde que a serpente induziu a Eva a comer a célebre maçã vedada, como que lhe instilou o veneno subtil, de que mais as descendentes de Eva devam usar e abusar”.⁸⁶

Essa tradição também estava presente na metaforização da mulher que se “encanta”, que se transfigura, posta nestes versos publicados na revista *Ilustração* em 1936:

Mulher animal manhoso
quando se faz namorada
Mas se transforma em serpente
Depois que se vê casada
Mulher é como as castanhas
só presta sendo queimada⁸⁷

⁸⁵ Mulher Dona de Casa, *A voz da Borborema*, Campina Grande, 25 de janeiro de 1938, ano 2, nº 4, 5.

⁸⁶ Jornal *O Campina Grande*, Mulheres Pérfidas, agosto de 1909, anno I, nº 41, 3.

⁸⁷ ROMERO, José. Fonte Precisa da poesia popular, *Ilustração*, outubro de 1936, ano 2, n 30, 19.

A criação de uma imagem sobre o adultério feminino deve ser estudada como prática articulada a outras estratégias de poder. A ação de “fidelidade” compunha uma economia moral que será bastante divulgada, a partir de um modelo de “mulher” desejado e imprescindível para a sociedade: “dona de casa”, cidadã e mãe dedicada, que amamentaria os filhos “saudáveis”. Um artigo de 1938, escrito por Christiano Pimentel, intitulado “Mulher, Dona de Casa” pretende mostrar como é imprescindível à “economia do lar” a presença da “dona de casa” e, mesmo em casa, como ela deve se manter ocupada, voltada para a família e distanciada das “tentações”:

Na vida íntima do lar, usam as Donas de casa que são cuidadosas um processo de economia prática, o qual tem sua base na dispensa (...) É sabido que a mulher que é pura rejeita por instinto as artes de Lúcifer (...) a dor moral dói mais do que um ferro no coração. E é por isso que a mulher dona de casa deve ter sempre agarrada ao Espírito Santo⁸⁸(grifo meu)

O único lugar seguro para a mulher parecia ser o lar. Dessa forma, a “mulher macho” só poderia existir dentro das condutas desejadas pelos dispositivos disciplinares: o lugar de facilitadora da construção de um Estado forte. A existência da mulher macho seria até permitida, mas, apenas, para assumir um compromisso com a fidelidade patriótica, com o intuito de trabalhar no projeto de “moralização social”.

Assim, essa imagem de “mulher macho” não poderia existir de forma ambígua, ou seja, não poderia estar ligada a virilidade, pois isso possibilitaria a mesma liberdade sexual do homem; a imagem da “mulher macho” deveria ser articulada à idéia de fidelidade, e isto marcava uma diferença radical ao seu contrário, que era a adúltera. Nesse sentido, a prática do adultério feminino ganharia proporções ainda maiores, como afronta à honra masculina, uma vez que o “ato” de adulterar é colocado no âmbito de traição nacional. “Adulterar” não

⁸⁸ *Voz da Borborema*, Campina Grande, 25 de janeiro de 1938, ano 2, 3.

somente era atentar contra a honra do marido, mas "trair" o próprio Estado e a própria Pátria, uma vez que, além de desorganizar a estabilidade da família, contribuiria na formação de filhos indisciplinados e, portanto, igualmente "traidores" da Pátria. O jornal *A Imprensa*⁸⁹ exacerba o lugar de ação da "dona de casa", ao colocar o lar como único espaço possível para garantia da Pátria: "O lar é a escola da santidade e do patriotismo (...) a mulher-mãe é, no lar, anjo protetor em cujas asas se abrigam os futuros defensores das nacionalidades, os obreiros do bem, os architetos da grandeza mundial"⁹⁰.(grifo meu)

Um episódio interessante que problematiza o receio dessa ambigüidade da "mulher macho" pode ser percebido ainda na década de 50, quando Luiz Gonzaga e Emilinha Borba apresentam-se na Paraíba, com a música "Paraíba". A letra da música poderia ter sido lida durante o evento musical apenas como um elogio à bravura da mulher paraibana, em sua ação cívica de sair às ruas durante os conflitos de 30, inclusive porque o episódio da chamada Revolução de Princesa, metaforizada a partir dos versos "Eta, pau Pereira/Que Princesa já roncou"⁹¹ remetem à resistência do governo paraibano aos conflitos internos. Mas, a partir do contexto de disputa política entre "argemiristas" e "americistas", a música ganha outro sentido: à "mulher macho" é atribuído um sentido de virilidade, astuciosamente acionado pelos integrantes do Partido Socialista durante a campanha para governo do Estado, e eles argumentam que a letra é uma difamação da "mulher paraibana", no sentido da negação de feminilidade e não um exaltação à mulher. O debate sobre o evento é acirrado também, porque o ritmo "baião" já não era bem visto pela Igreja, naquele momento, por ser considerado sensual.

⁸⁹ O jornal *A Imprensa* era um jornal católico, doutrinário e noticioso fundado em 1897 por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henrique, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba. FÁTIMA, Araújo, op., cit., 42.

⁹⁰ *A Imprensa*, Quarta-feira, 10 de julho de 1930, anno XXVI, nº 89, 4.

⁹¹ Pau Pereira seria José Pereira da cidade de Princesa que se rebelou contra o governo do Estado da Paraíba, durante o período de João Pessoa; em seguida, o verso "Meu bodoque não quebrou", indicava que apesar da resistência à Paraíba, esta teria vencido os rebelados.

É claro que as concepções criadas estrategicamente pelo discurso moralizador para controlar as práticas de infidelidade das mulheres também foram reapropriados por elas. É possível perceber, a partir da documentação pesquisada, os conceitos que pretendem colocar as casadas apenas nos espaços domésticos, que lhes atribuem todos os valores de cidadania/cívica, a partir das obrigações do lar, começarem a ser questionados pelas próprias mulheres.

II - *O fantasma da infidelidade e o casamento como oráculo da família.*

Eu e meu marido vivemos numa perpétua luta íntima, enredados ambos numa mesma meada de amarguras, meada imperceptível para ti, mas de que não podemos fugir, à semelhança desses insetos, ricos de cores e tons, arremessados, na vertigem do seu vôo, de encontro ao tecido luminoso das telas, que as aranhas urdem, traiçoeiramente à sua espreita.

(Violeta, Era Nova, Parayba, julho de 1924, ano IV, n.36.)

O fantasma da infidelidade feminina, descrito pelos discursos masculinos como prática desorganizadora da família e da moral social, andava à solta pelas cidades da Paraíba. Materializava-se em alguns signos que os chamados "tempos modernos" possibilitariam aos paraibanos. Entre as criações desses signos de perigo, pelos menos três podem ser percebidos como sendo os mais temíveis: a rua, a leitura e a moda.

Tanto os passeios pelas praças, os encontros nos cafés, nos teatros, os cinemas, quanto as leituras consideradas perniciosas à boa moral ou, ainda, as possíveis transgressões causadas pela moda, em seu sentido mais amplo - modos de vestir, de viver as relações amorosas, de pensar o corpo e o lugar social -, eram perpassadas pela preocupação com a moralidade feminina e, por sua vez, pela problematização do adultério.

Talvez pela facilidade de acesso aos espaços públicos e às novidades criadas especialmente para as classes mais abastadas é que nesse período, também percebe-se, na imprensa, o surgimento da imagem da "mulher burguesa" que incorporará a adúltera. Logo a mulher burguesa, em quem fora depositada a responsabilidade pela edificação da família moderna?

Assim, os discursos masculinos moralizados rapidamente apontaram um lugar honrado para a mulher: o casamento higiênico. Este seria balizado por uma educação para a maternidade e por um novo sentido para a infância. Uma proposta de união conjugal, pautada em modelos higiênicos parecia, então, a solução viável para frear as práticas femininas consideradas degradantes.

1 - a rua: "um bouquet de fisionomias" e as linguagens do amor.

Ao visitar o consultório do seu amigo médico, um homem observa, de forma curiosa, um par de luvas femininas e um "saquinho" esquecido em meio às revistas. Como o médico demora-se para atendê-lo, ele mergulha numa fantasia, na

qual a cena de adultério é referendada: o médico e sua bela cliente casada. O contorno da mulher adúltera vai sendo traçado a partir das linhas do seu próprio desejo: uma bela mulher da “alta burguesia” indicava o “suave perfume de *Henre Blene*”; “de certo rica para poder comprar pérolas nos ourives de Londres, de 30 a 35 anos”, imaginava ele.⁹²

Apesar da cena do adultério ser desfeita quando, contrariando as expectativas do homem, quem sai do consultório é uma “senhora gorda”, a imagem criada apontava para um certo tipo de mulher casada transgressora de seu estatuto de esposa fiel.

Esta história foi retirada de um conto de Júlio Dantas, publicado em 1937. Mas, a imagem da mulher adúltera, associada à mulher burguesa começa a ser divulgada na imprensa, em fins da década de 20, e possivelmente está ligada a toda uma preocupação com a presença feminina nos lugares antes apenas visitados por homens ou - no caso do consultório médico - por eles acompanhados. Diz respeito, então, a um olhar ambíguo que envolvia tanto o terror quanto a sedução, principalmente dos homens, pela infidelidade feminina nesses “novos tempos”. Fantasia ou não, a divulgação da mulher burguesa como adúltera coincide com um período de higienização dos espaços urbanos das principais cidades.

Como foi dito no capítulo anterior, acabar com a criminalidade no sentido de modernizar o Estado paraibano significava não apenas matar os “cangaceiros”, acabar com os políticos que se utilizavam de práticas violentas, mas também neutralizar todos os tipos de criminalidade, mesmo aqueles delitos “menores” praticados por pessoas comuns. Significava higienizar o Estado paraibano.

Mas, para que essa higienização dos costumes fosse eficaz, outras providências foram tomadas no sentido de moralizar as ruas, torná-las mais “higiênicas”. Embora outras cidades da Paraíba também aparecessem na imprensa inseridas nesse processo de “modernização”, foram especialmente as cidades de Campina Grande e Parahyba do Norte os alvos desse discurso.

⁹²Odore Di, *Ilustração*, João Pessoa, abril de 1937, ano III, 19.

Empenhados nesse projeto de modernização, os dois prefeitos paraibanos que se apresentavam na época como “modernos”, tanto em Parahyba do Norte, na gestão de Walfredo Guedes Pereira, como em Campina Grande, no período de Werniaud Wanderley, dividirão opiniões no que concerne às reformas implementadas. Os antigos centros urbanos foram completamente desmontados para que se pudesse construir uma *urbes* moderna, a partir dos padrões higienistas.

Em Campina Grande, o prefeito provocou alguns dissabores para a própria elite local, ao insistir na “derrubada” de antigos casarões⁹³, como a casa de Demósthnes Barbosa, rico comerciante de algodão dono de uma residência situada onde hoje é o edifício dos Correioe Telégrafos⁹⁴. Mas, as maiores mudanças no centro urbano são marcadas pela retirada de casas de prostituição, como as que existiam na Rua do Rói Couro, hoje conhecida por Rua 4 de Outubro. No início da década de 30, o prefeito pavimentou a rua e retirou as casas de prostituição nela existentes e marcou uma cisão entre os antigos costumes e os “tempos modernos”.

Dessa forma, limpar as ruas era tirar do espaço público todos aqueles que, de alguma forma, interferiam nesse projeto modernizador. Além dos bêbados, crianças, “loucos” e “prostitutas”, havia também aqueles que se escondiam nos “recantos escuros” para cometer gestos despudorados. Mas, a intenção da higienização, à medida em que visava o controle dos paraibanos, não ficava restrita aos centros urbanos. Os discursos morais também se dirigiam às praias onde a “deleitação sensualista dos sentidos”⁹⁵ era exibida pelas mulheres, ou casais nas

⁹³ Depoimento do filho de Demosthnes Barbosa. DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Vol. I. Campina Grande. Editora Eletrônica, 1993, 33.

⁹⁴ O prefeito tinha a intenção de transformar a Praça da Bandeira, esquina com a rua Getúlio Vargas, numa rua comercial e, por isso, propôs a desapropriação do casarão. Tal proposta consolidou-se depois de grande resistência do comerciante.

⁹⁵ *Era Nova*, Parahyba, 7 de setembro de 1923, Anno. III, nº 50

praias de Tambaú e Jaguaribe, em Parahyba do Norte. Tais praias em tempos anteriores não eram freqüentadas e, segundo o depoimento de Wellington Aguiar⁹⁶, só começaram a ser freqüentadas em 1900, para banhos medicinais.

Assim, o Estado penetrava, cada vez mais, nos esconderijos da vida cotidiana, tentando filtrá-la, através da eliminação de qualquer ato de irracionalidade. O Jornal *A União*, órgão oficial do Estado paraibano na década de 20, ao longo da década de 30, ampliou, gradativamente, no seu espaço do "Noticiário", uma pequena coluna que versava sobre os desregramentos de pessoas que, por cometerem algum tipo de "delito", foram punidas, muitas vezes, por praticarem atos imorais. Os curtos "noticiários" resumiam, em breves palavras os desvios da população na cidade de João Pessoa:

O guarda Lindolpho, às 17: horas, intimou a comparecer à delegacia de polícia, os indivíduos J. B. de Oliveira, José Castro de Oliveira e as mulheres Maria da Conceição e Maria Luíza, por estarem praticando "actos libidinosos" naquela rua pública e terem ainda maltratado com palavras obscenas a senhora Gerunda Theofila.⁹⁷

Ser anunciada como "senhora" ou como "mulher" era inscrever-se em discursos opostos da moralidade social. O empenho das autoridades administrativas em punir as "actos libidinosos" nas vias públicas apontava para a preocupação em delimitar fronteiras morais, evitando a contaminação das "senhoras honestas" com práticas que as desvirtuariam. O recolhimento das pessoas poderia ocorrer, ainda, por elas estarem "abandonadas" e/ou porque "pareciam sofrer das faculdades mentais".⁹⁸

Sair na rua significava deparar com todo tipo de "perigo", de situação ou de

⁹⁶ MARIZ, Celso. *Cidades e Homens: Paraíba 400 anos*. João Pessoa: Edição do Estado da Paraíba/ GRAFSET, 1985, 89.

⁹⁷ *A União*, Parahyba, 28 de março de 1931, Anno. XL, nº 721, ano XLI, 3.

⁹⁸ *A União*, na década de trinta, traz no "Noticiário" - uma pequena coluna sobre conflitos cotidianos - muitas referências ao recolhimento de homens e mulheres por "sofrerem das faculdades mentaes", como por exemplo: no "movimento de alienados" do Hospital Juliano Moreira, na cidade de João Pessoa em 1931, havia 56 homens e 63 mulheres. Um número grande de mulheres, se pensarmos que, nesse período, era a presença do homem que ainda predominava nos

pessoa indesejada. Em 1924, um periódico de nome *O Jornal*, ligado ao governo do Estado paraibano, ao tratar da vida cotidiana da Parahyba do Norte, traz um artigo bem sugestivo, "Os bolinas"⁹⁹, em que o autor J. de Oliveira denuncia as práticas imorais de alguns casais no cinema. O autor dizia que o cinema, um lugar de diversão "moderna", freqüentado pelas "boas famílias" era também um espaço apropriado por alguns freqüentadores para práticas de "bolinismo": "é especialmente os cinemas que oferecem um campo vasto e de certo modo, propício para essas experiências do cynismo e da immoralidade"¹⁰⁰ diz o autor indignado. Para esse observador atento às mudanças de costumes de sua cidade, os bolinas representavam um perigo para o estatuto moral da "boa sociedade", ao expor, publicamente, uma sexualidade que só deveria ser praticada nos lugares demarcados, como os prostíbulos.

Mas apesar da indignação desse autor, o bolinismo continuava:

Efetivamente, burlando a ação da profhylaxia, a golpes de astúcia, o bolinismo introduziu-se, sorrateiramente, como um ladrão, cada vez mais em nossos habitos, contaminando...derrocando. E ahí está elle...victorioso sordido...tendo armado, ganhando batalhas, adquirindo proselytos e fazendo victimas.¹⁰¹

Mesmo assim, como relata o autor, a vigília às práticas morais não eram suficientes para interditar os "golpes de astúcias", criados por esse "ladrão de costumes", que ia ao cinema para "contaminar" a boa moral¹⁰². Como, então,

lugares públicos.

⁹⁹ "Bolinas" é o termo atribuído aos casais que namoravam e praticavam atos considerados "impudicos" em locais escuros, na época.

¹⁰⁰ *O Jornal*, Parahyba, 24 de julho de 1924, ano 2, nº 34, 3.

¹⁰¹ *O Jornal*, Parahyba, 30 de janeiro de 1924, ano II, nº34

¹⁰² M. de Certeau faz uma diferença entre *espaço* e *lugar*: o lugar constituiria num campo de visibilidade, constituído de uma base estabelecida através de ações de *estratégias*, ou seja, *postula o lugar circunscrito de "um próprio"* capaz de servir de base de uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta; ao contrário, o *espaço* não tem uma base própria, é móvel e se constitui a partir das *táticas, astúcias*. Como não tem um lugar definido, move-se no lugar próprio do outro e "joga com o terreno que lhe pé imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha". Portanto, criar um *espaço* dentro do lugar é ao mesmo tempo, criar toda uma forma de movimento e sobrevivência em lugares estabelecidos institucionalmente, é criar, através de "artes de dar golpes", campos de liberdade. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Op. cit., 1994, 46-100.

permitir que, num mesmo lugar, agrupem-se pessoas de moralidades tão diferentes? Nessa época, tentando evitar essa "contaminação" entre as mulheres "honestas" e as "mulheres de moralidade duvidosa" o cinema era assim dividido:

a primeira fileira do cinema era reservada para às "mundanas", "logo identificadas pelo porteiro que as distinguiam pelo uso do batom, característico das artistas e das prostitutas.¹⁰³

Apesar dessa divisão do cinema, nem todos os perigos eram neutralizados e tão controláveis. O cinema, que começava a se espalhar pelas cidades do Estado, localizando-se, normalmente, nas principais ruas, não era olhado com desconfiança somente por ser considerado propício a casais de moralidade suspeita ou de "mulheres mundanas". Se, por um lado, ele representava progresso, à medida que se tornava um requinte "moderno", por outro, os filmes apresentados poderiam suscitar maus exemplos para as pessoas em geral.

Na visão do jovem intelectual Adhemar Vidal, que escreveu para a *Era Nova* um artigo de nome "Caçadoras de Maridos", as mulheres se deixavam seduzir pelas histórias do cinema e acabavam por querer "experimentar" os "diabólicos desejos", esquecendo do seu papel de mulher-esposa, e entregando-se à depravação e ao adultério: "O cinema concorre poderosamente para a depravação dos costumes (...) os adultérios, as immoralidades de alcôva são seus temas".¹⁰⁴

O artigo dizia de seus medos sobre essas mudanças que teriam trazido alguns "males" à sociedade paraibana, pois, segundo ele, "a bôa ethica vae desaparecendo gradativamente" com "tanta falta de vergonha e desfaçatez" que os "antigos ficam de beijo pendurado".¹⁰⁵

¹⁰³ JOFFILY, José. *Anayde Beiriz: paixão e morte na revolução de 30*. Op. cit., 25.

¹⁰⁴ *Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1922, ano II, nº 2.

¹⁰⁵ Idem, ibidem.

Um artigo, ainda em 1930, do jornal *A Imprensa*, ao associar o cinema a esse universo fantasmagórico, aponta para um outro elemento: o risco das mulheres trocarem “a imagem da virgem santíssima pelas imagens das atrizes”.

A transposição do cinema para a “vida real” foi também denunciada por outro cronista, ao falar da forma como a figura feminina começara a se apropriar desses aprendizados do cinema, no artigo “Diabo de saia” escrito ao Jornal *Voz da Borborema*:

O cinema é, ao meu sentir, a mais perfeita escola prática de muitos assuntos hodiernos, tem sido, para a mulher de hoje, a fonte apreciável em que ela se está ilustrando, diariamente, no que diz respeito á arte sutil de conquistar por amor ou, mesmo, por mero esparecimento¹⁰⁶

Um outro problema, que alguns contemporâneos atribuíam à influência dos cinemas, era a escolha de seus maridos pelas próprias mulheres. Sendo o cinema concebido como criador de um mundo “irreal” para uma “realidade” diferente, tanto no “luxo requintado da vida de um galã”, quanto na estética dos atores que se apresentavam nas telas, também as relações entre homens e mulheres estariam ameaçadas, à medida que as moças casadouras e até as casadas trocariam os seus pretendentes, ou maridos pelos atores do cinema. Ilustrando em “casos” os males trazidos pelos filmes o inconformado M. Figueredo, através do artigo “Veneno do Celuloide”, escrito para a revista *Manaíra* em 1939, fala de uma moça que rompeu com um rapaz de “intenções sérias” e repete “eram mesmo sérias”, “por motivo profundamente razoável: o tipo dela era Clark Gable.”¹⁰⁷

O cinema era apenas um dos muitos perigos localizados na rua, visto como possibilidade de adultério e que poderia desvirtuar as mães e esposas “honestas”, pois, segundo um fotógrafo da revista *Ilustração*, as mulheres agora, estavam por toda parte, e chamavam a atenção de todos: “Sorriem. Acham graça em quê? E se

¹⁰⁶ *Voz da Borborema*, Campina Grande, 20 de julho de 1938, ano II, 3.

¹⁰⁷ *Manaíra*, João Pessoa, novembro de 1939, ano 1, nº1, 11.

agrupam, num bouquet de physionomias lindas".¹⁰⁸

Encantado, aquele fotógrafo parece perseguir as mulheres, pois "embora muitas não tenham uma beleza clássica, enfeitam a cidade",¹⁰⁹ conforme assinala Ariel Farias. Os flagrantes fotográficos são os mais inesperados: elas podem ser vistas "despreocupadamente, na estação de bonde, nos campos de futebol, nas praças". Os comentários feitos pelo escritor da revista *Manaíra*, ainda em 1940, também da cidade de João Pessoa, continuam explicitando uma extrema curiosidade ao vê-las em tão grande número e em bandos: "Quasi sempre elas, tem uma preocupação: o dentista! E graças ao dentista, a cidade se enfeita de tanta expressão feminina".¹¹⁰

Apesar de, na década de 30, a ação médica já se encontrar bastante difundida, o consultório médico, além de servir de "desculpas" para passeios femininos, como sugeriu no mesmo artigo, parecia também acionar a imaginação masculina, talvez pela pouca tolerância que aqueles homens tinham em permitir uma intimidade maior de suas mulheres com outro homem, mesmo sendo ele um médico. A desconfiança masculina em relação à paciente e ao seu médico é apontada pelo conto de Júlio Dantas, "Femininas", narrado no início deste tópico.

Na revista *Manaíra*, que circulou na segunda metade da década de 30, a visibilidade sobre o adultério feminino também é exacerbada, a partir das charges e anedotas que tratam desses casos. Por exemplo, numa anedota publicada na revista, um homem diz a seu amigo que sabe de "uma mulher que era infiel ao marido" mas que "não poderia avisar e nem mandar-lhe uma carta anonyma". O amigo pergunta por que e ele explica que o marido era ele mesmo.¹¹¹ Essa visibilidade marcaria uma diferença em relação às décadas anteriores, à medida que a ridicularização seria ao mesmo tempo, uma banalização da infidelidade

¹⁰⁸ *Ilustração*, João Pessoa, outubro de 1936, ano 2, nº 10, 25.

¹⁰⁹ *Idem*, *ibidem*.

¹¹⁰ *Manaíra*, João Pessoa, 1939, ano I, nº 5, 22.

¹¹¹ *Manaíra*, João Pessoa, julho de 1939, ano 3, nº 3, 31.

feminina, como prática corrente nos anos 30?

Assim, se havia um “lugar”, nas primeiras décadas do século, na sociedade paraibana, onde coexistiam todos os aspectos de perigo ou de sedução, esse lugar era a rua, não só os cinemas, cafés ou os consultórios médicos, mas também, as praças e as avenidas movimentadas. Nesse sentido, um verso bastante popular nesse período é impresso na *Era Nova* e serve de alerta à sociedade:

A mulher e a galinha
 Não se deixa passar
 A galinha o bicho come
 E a mulher dá que falar ¹¹²

Na capital, a praça, especialmente O “Jardim Público” e as principais ruas serviam de locais de encontros entre as pessoas de ambos os sexos de diversos níveis sociais. Em seus passeios, em seus trabalhos cotidianos cruzavam-se homens e mulheres de famílias abastadas com a doceira, com o engraxate, com a vendedora de amendoins. As mulheres que queriam evitar que sua imagem fosse denegrida pela “falação”, deveriam, pelo costume, sair acompanhadas “com o irmão para o comércio, as matinês de cinema, o dentista, com os pais para os clubes se fosse o caso” como diz José Octavio¹¹³ e, ainda, somente transitarem por lugares socialmente considerados “familiares”: afinal que famílias possuindo jovens donzelas casadouras desconsiderariam a afirmação de Paulo de Magalhães,¹¹⁴ o jovem jornalista que, em 1923, aos sábados, dava “um giro” em seu “auto” pela *Rua da Ponte* em Parahyba do Norte e que dizia ter como animal preferido “as galinhas adolescentes”¹¹⁵? Como não temer as praças onde a “multidão de bonecas de carne” se cruza com “uma legião de marmanjos” que “procura tirar partido para suas conquistas amorosas”¹¹⁶?

¹¹² *Era Nova*, Parahyba, 1 de setembro de 1922, ano II, nº 33

¹¹³ AGUIAR, Wellington/ OCTÁVIO, op. cit., 261

¹¹⁴ Paulo de Magalhães era jornalista que junto com Antonio Botto funda em 1915, o jornal literário e humorístico. ARAÚJO, Fátima, op., cit., 59.

¹¹⁵ *Éra Nova*, Parahyba, 1 de março de 1925, nº 74, ano V.

¹¹⁶ Também na década de trinta, a praça construída em homenagem ao presidente João Pessoa,

Em João Pessoa, a moralização dos espaços chegou a provocar a morte de um rapaz que tentou ultrapassar a *linha da decência*, entre o feminino e o masculino. Uma linha imaginária denominada “linha da decência” separava o Liceu Paraibano - escola de rapazes - e a Escola Normal - ensino para moças - proibindo-os de se encontrarem nos intervalos das aulas, “a fim de que se cumprisse inflexivelmente a ordem absurda transmitida em nome da ‘honrada família paraibana’”¹¹⁷: um rapaz, Sadi Costas Correa Lima, é morto quando tenta falar com a namorada, pelo policial encarregado da guarda da “linha” e, dias depois, a moça, Ágaba Gonçalves de Medeiros, se suicida.¹¹⁸

Essa preocupação com a rua, como perigo, também fora percebida em outras cidades brasileiras nas primeiras décadas do século. Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott, discutindo o “comportamento feminino”, naquele período mostram como a rua tornava-se um perigo, principalmente para as mulheres casadas. Estas não poderiam sair sozinhas, pois, “caso contrário, iriam expor-se à maledicência, comprometendo não só sua honra, como a de seu marido”.¹¹⁹

Em João Pessoa, a Rua Nova, onde acontecia a festa das Neves e outras festas religiosas, era considerada a rua mais familiar. Era nas festas religiosas, inclusive, que os jovens podiam se conhecer, observando, é claro, alguns códigos de sociabilidade morais. Como observa Carlos Romero, um contemporâneo, atento a essa sociabilidade, nessas festas, enquanto as famílias mais abastadas participavam, ocupando lugares de privilégio, o “povo só participava ocupando a bagaceira, lugar subalterno”, numa mistura de fronteiras sociais com as fronteiras morais.

Parte da rua Maciel Pinheiro e outras como a Mandchúria, contudo por

tornou-se nas palavras de Alberto Santos, um colaborador da *Ilustração*, “a vitrine da cidade”. *Ilustração*, setembro de 1935, n.º 10, ano 1, 10.

¹¹⁷ JOFFILY, José, op. cit., 21.

¹¹⁸ Idem, ibidem.

¹¹⁹ MARIANA, Maluf/ MOTT, Maria Lúcia. “Recôndito do mundo feminino”. In: *História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 369.

serem áreas de meretrício, eram consideradas impróprias para o trânsito feminino. Entretanto, esses eram os lugares mais freqüentados por “homens casados” em João Pessoa. Na cidade baixa, os locais de “meretrício médio” eram visitados pelos homens da “alta sociedade”, “casados que temiam publicidade dos seus amores e assim se valiam da calada da noite” nas pensões onde existia “alta roda de casados”¹²⁰. Era, pois, nestes locais que o adultério masculino era naturalizado.

Mas, e as “adúlteras”, como identificá-las? Um conjunto de regras didáticas sobre o comportamento feminino em público já pode ser percebida, desde o início do século. Ainda em 1916, Flora - provavelmente, um pseudônimo -, em artigo denominado “A graça de nossos gestos”, com minúcias de detalhes, determina como deve se portar uma mulher para manter a nobreza de postura: “evitando-se os movimentos bruscos, procurar uma atitude em que ella possa inclinar-se graciosamente de um e de outro lado, o que daria uma expressão sedutora de timidez”.¹²¹

Nos anos vinte, uma outra forma de linguagem que invadiu os meios sociais de época e dividiu opiniões e apareceu como uma ameaça aos limites morais entre os solteiros e os casados foi o *flirt*. Na definição de um contemporâneo, Paulo de Magalhães, o *flirt* é uma “espécie de saques a 90 d/vista”. Mas, se o *flirt* se resumisse à troca de olhares por que, então, causaria tanta polêmica?

Um artigo de Peregrino Júnior, “Amigos e adversários do *flirt*” refere-se à opinião de uma “grande dama” que o definiu assim: “o *flirt* é o aperitivo de um banquete cujo *menu* nem sempre chegamos a provar”.¹²² Sendo um “aperitivo”, o *flirt* não poderia, então, ser oferecido a qualquer um, ou melhor, a qualquer mulher, independente de seu *status* civil?

A partir de um discurso misógino, o próprio Augusto Forel, em 1929, tentando dar ao *flirt* um conceito científico, descreve-o como uma “atividade”, uma “linguagem polymorfa” para atrair o “erotismo de uma pessoa, como para

¹²⁰ OCTÁVIO, José. op. cit., 217.

¹²¹ A *Notícia*, Parahyba 1 de junho de 1916, nº 1, 2.

excitar as outras" - beijos, carícias, abraços, contatos impudicos -, podendo então, uma mulher, de "formas exuberantes", levar um homem ao "espasmo sem coito".¹²³

Na Paraíba, apesar desse discurso masculino e conservador, que estabelecia regras para a prática do amor, entre os solteiros e casados, as fronteiras dessa linguagem nem sempre foram respeitadas, deixando por um fio a fidelidade das mulheres casadas, pois eram muitos os que se arriscavam a flertar com a mulher alheia. Uma crônica de Adrien Very, da revista *Era Nova*, parodia a história de um marido que procura um homem de quem sua mulher teria recebido um "cartão" com endereço, num Café da capital, onde estivera o casal, no dia anterior. O marido interpela o suposto amante de sua esposa: ...'Namorou a minha mulher...Sahiu ao mesmo tempo que nós e aproveitou-se da confusão para passar-lhe o bilhete...' "¹²⁴

O suposto amante consegue convencer seu interlocutor de que não se tratara de "namoro" e que ele estava enganado. O título irônico deste artigo - "O triunfo da inocência" - seria uma paródia à situação dos maridos enganados?

Outros, mais ousados, não tiveram a mesma sorte e nem mesmo tomaram o cuidado de saber se seus galanteios teriam reciprocidade, pois ao abordarem as mulheres em público, foram parar na delegacia. Em 1922, na *Lagoa*, lugar de passeio público da capital, que mantém o mesmo nome até hoje, um rapaz foi chamado à delegacia por abordar uma senhora casada que ali passeava, como relatado nesse trecho do jornal *A União*:

É comum indivíduos dados a galanteios, escolher de preferência as margens da Lagoa para campo de sua ação. Ontem porém, o guarda alli de pronto, intimou para comparecer à polícia ao indivíduo Severino Gomes que havia

¹²² *Manaíra*, João Pessoa, novembro de 1939, ano 1, nº 1, 5.

¹²³ E embora ele admita diferenças entre o *flirt* intelectual e o *flirt* "bruto", bem como assinala a diferença dessa atividade para homens e mulheres, sua definição geral é de que o *flirt* é uma "conversa muda do desejo sexual". FOREL Augusto. *A questão Sexual*. SD. C&A Editora Nacional, 1929. 94.

¹²⁴ *Era Nova*, Parahyba, 1 de junho de 1923, Anno III, nº 47

dirigido gracejos a uma mulher, que não os recebeu de boa cara.¹²⁵

Mas, o que acontecia quando quem atacava era a mulher? Nesse mundo das relações amorosas, não era fácil entender os jogos de sedução, muitas vezes estabelecidos de forma tão sutil, pois, enquanto uma mulher casada, ao ser abordada na rua, conduzia seu admirador à polícia, outras eram destratadas na imprensa, por flertarem com os rapazes nos locais públicos. Adhemar Vidal, um escritor da revista *Era Nova* dizia, em 1922, dos dissabores dessas “sem vergonhas” que, “vendo uma calça só faltam derreter-se de alegria”, mas de uma “alegria dissimulada” e “criminosa”, que se empenhavam na “política do enganar” e que “explora, ri e tripudia sobre a sinceridade de um amor”.¹²⁶ Essas afirmações mostram que apesar dos cuidados em relação à mulher casada, a rua se tornava um lugar propício para que muitas delas estabelecessem suas preliminares para uma relação amorosa e extraconjugal.

Adhemar Vidal, atento às mudanças de costumes da sociedade paraibana, em seu artigo intitulado “Elle, ella e o outro”, observa como as mulheres “sem vergonhas” estavam provocando a decadência de antigos valores morais:

Quanto à mulher não tem mais linha, tão flácida, tão gata, tão sem vergonha que é. Vendo uma calça, só falta derreter-se de alegria, mas, compreenda-se uma alegria muito íntima, escondida, dissimulada, alegria muito criminosa¹²⁷.

Ao longo do artigo, além de classificar os novos modelos femininos que encontra nos locais públicos, finaliza falando de seu “nojo” e indignação diante do crescente número de personagens “desavergonhadas” no período:

...Ainda um dia destes surpreendi, com desgosto, com nojo até, o valor dessa alegria, nos olhos e na boca de uma, duas, três nem sei mais o numero certos dessas dodivanas que me atormentavam no momento¹²⁸.

¹²⁵ Noticiário, *A União*, João Pessoa, 17 de fevereiro de 1932, nº 37, 3.

¹²⁶ Elle, ella e o o outro, *Era Nova*, Parahyba, 15 de maio de 1922, ano II, nº 26.

¹²⁷ Idem, ibdem.

¹²⁸ Idem, ibdem.

Certamente, os flertes, os galanteios "atormentavam" homens e mulheres, talvez, pela simples ameaça de que acarretassem a prática de adultério. Mas, para desespero de alguns contemporâneos, esses temas estavam longe de serem extintos, pois a reelaboração dos espaços públicos parece indicar um deslocamento ou, pelo menos, a criação de outros locais para a prática das relações amorosas, nos quais o controle sobre as práticas de fidelidade feminina tornara-se cada vez mais impreciso.

A Praça João Pessoa, por exemplo, é descrita, em 1935, por uma contemporânea, Beatriz Ribeiro, como um lugar onde se escutava as últimas notícias: quem quer conhecer o último caso de amor, solicita informação a um "assinante da praça".¹²⁹ Mas, em João Pessoa, além da praça, havia outros locais de atração, como a própria rua Beaurepaire Rouhan, descrita por um certo Wilson Madruga em 1940, como a "a rua que não dorme" (...) "uma exibição da vida moderna", onde estavam instaladas as lojas, os cafés, os cinemas, as casas da "roda da fortuna", as barbearias e os quiosques¹³⁰.

Segundo o autor, naquele local "misturavam desabafos de sentimentos", de "pilhérias", de "histórias apimentadas" com as músicas que os "rádios berram chamando a atenção com ruídos de amor, sambas do carnaval". Mostra ainda, como ela também era ponto de encontros fortuitos de amor e de sedução, uma vez que por ali, "passavam todos":¹³¹

Moças apressadas, senhoras isoladas em seus automóveis, marinheiros e soldados, meninos do grupo escolar, parasitas que decoram sambas, empregados públicos, jogadores da roda da fortuna, tudo se mistura, se envolve...¹³²

¹²⁹ Rabiscos. *Ilustração*, João Pessoa, maio de 1935, ano I, nº 3, 21.

¹³⁰ Em 1935, a revista *Ilustração* traz um anúncio convidativo do Bar Aliança, situado à rua Beaurepaire Rouhan, em João Pessoa. O anúncio atrai os clientes afirmando que dispõe de "grandes sortimentos de bebidas nacionais e estrangeiras" e "comida a toda hora".

¹³¹ Onde a cidade não dorme. *Manáira*. João Pessoa, 1940, ano, II, nº7, 16.

¹³² Idem, idem.

Nesse lugar onde “senhoras isoladas em seus automóveis” cruzavam com marinheiros e soldados; onde, nos quiosques, alguns “homens lançavam pilhérias tanto às moças “cheseis” como às senhoras”¹³³, como dar conta dos encontros amorosos e dos adultérios femininos?

Um exemplo sobre o discurso da banalização do adultério feminino, nesse período, pode ser percebido no depoimento de um outro contemporâneo, Jaconias da Silva, ao narrar um episódio que lhe acontecera, quando era cobrador de impostos da prefeitura de Campina Grande. Em fins da década de 30, cumprindo sua função de cobrador, deparou-se com uma rua sem nome, ao lado da Câmara de Vereadores -prédio que existe ainda hoje, no centro da cidade- e, não conseguindo identificar a mesma, perguntou a uma senhora que passava no local, se ela conhecia o nome da referida rua e a mulher respondeu:

Meu senhor, essa rua aqui, não tem nome não” . Ai eu disse a ela que tinha me informado que essa rua se chamava Rua do Chifre. Então ela disse que era uma rua que as mulheres botavam muitos chifres nos maridos. E terminou me apontando uma mulher que estava na janela e disse: “tá vendo aquela ali? Tem pouco tempo de casada, mas já danou galho no marido”¹³⁴.(grifo meu)

Também nos contos narrados, principalmente nas revistas da década de 30, os casos de adultério feminino dos grupos sociais mais elevados ocorrem normalmente nos espaços públicos, seja nos cafés, seja nas praças ou nas ruas. Principalmente nas revistas de época, dirigidas para a elite social, o adultério feminino era cada vez mais banalizado, tanto nas anedotas, quanto nos contos e crônicas. Algumas revistas, como a *Ilustração*, sabiam reconhecer esse interesse do seu leitor e apostava na “propaganda”...

O autor anônimo da revista *Ilustração*, querendo enfatizar o poder de persuasão de vendas desta revista, conta como a publicação conseguiu um “milagre”, fazendo com que um “sovina” comprasse um de seus números. O tal

¹³³ Idem, ibdem

¹³⁴ DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Vol. II. Campina Grande: Editora Eletrônica, 1993, 354.

sovina passeava despreocupado no Ponto Cem Réis, lugar onde costuma saber das "últimas novidades", quando um garoto lhe oferece a revista. Ele pensa em recusar, mas é atraído por um tema que observa em uma de suas páginas que falava sobre "narrativa da odisséia do judas da Senhora Alcoforado e do Adherbal", e compra imediatamente a revista¹³⁵. Esse exemplo mostra como a traição feminina é um tema que atrai a atenção da sociedade em geral naquele período, pois consegue a proeza de fazer com que até um "sovina" gaste seu dinheiro.

Mas se a rua se tornara, cada vez mais, o lugar de encontro entre pessoas de diversos grupos sociais, e apesar da tentativa de disciplinarização, possibilita algumas transgressões mesmo que por breves momentos, não é difícil imaginar que aumentaria, também, a preocupação com a forma com que as pessoas se apresentavam em público. Nesse sentido, a *moda* foi um dos eixos de inflexão para que se discutisse mais uma vez, na imprensa paraibana, as condutas morais do masculino e do feminino. E também, mais uma vez, os olhares se dirigirão, especialmente, para o chamado "sexo fraco", no sentido de assegurar sua fidelidade...

2 - a moda que ameaça a moral social

Por que a moda incomodava tanto a uma determinada elite intelectual paraibana? Que relação era feita entre a moda e a moral da mulher, que pudesse colocar em risco a fidelidade feminina e, por sua vez, a estabilidade das relações de gênero nas primeiras décadas do século XX?

A propósito dessas questões, Violeta, que se apresenta como uma mulher casada e é colunista da revista *Era Nova*, pronuncia-se, em artigo de 1921, na sessão *Cartas de Mulher*, mostrando como as roupas não significavam somente uma forma de se livrar do frio, mas uma maneira de "expressão da alma", a partir

¹³⁵ Rabiscos, *Ilustração*, João Pessoa, maio de 1935, ano 1, nº 3, 21.

da "relação entre a moda e a moral pública"¹³⁶. Nesse sentido, as maneiras de vestir não poderiam ser pensadas em separado dos valores morais, pois "elas enfeitam os desvios com a simetria das cores, arrancam do feio a beleza postiça", diz um outro artigo também intitulado "A moral da moda"¹³⁷, dessa vez, escrito pelo romancista José Lins do Rego. Para esse autor, a moda era a expressão do disfarce, da dissimulação, ou seja, da falsidade. Uma falsidade que mascarava o comportamento do masculino e do feminino, que mascarava as relações entre homens e mulheres. Uma falsidade que, nos "novos tempos", seduzia a "orgia da elegância", que atraía as pessoas à morte. Não é à toa que o autor desse artigo definirá o século 20 como "o século da morte".

O debate sobre a moda explicitava, mais uma vez, os conflitos entre os valores tradicionais e os valores modernos, uma vez que aqui estava em jogo o aspecto das trocas de lugares nas relações de gênero. Nos discursos masculinos sobre a moda, além da preocupação com a subversão da identidade de gênero feita pela mulher, havia também uma preocupação com "a efeminização do masculino", à medida em que o homem que adotava a prática da moda imitaria a mulher e perderia não somente o controle sobre a figura feminina, como contribuiria também para o "aniquilamento moral de nossa raça, para a efeminação do carácter masculino" e para "o hermaphroditismo social". Isto é o que diz um outro intelectual misógino, Horácio de Almeida, em 1921, do artigo "O poder da moda".¹³⁸

O que estava em jogo, na Paraíba, era o questionamento das próprias relações de gênero: a mulher, respaldando-se na moda, e cada vez mais apropriando-se da imagem masculina, o homem por sua vez, enfraquecendo, não só ao tornar débil sua postura de másculo diante das figuras femininas, mas ao feminilizar sua imagem com apetrechos próprios da "delicadeza" feminina.

Os próprios modelos do masculino e do feminino divulgados pelo discurso

¹³⁶ Cartas de Mulher, *Era Nova*, Parahyba, 1 de janeiro de 1921, Ano I, nº 5..

¹³⁷ A moral da Moda, *Era Nova*, Parahyba, 1 de janeiro de 1921, Ano. I, nº 5.

higienista na década de 20, para conter o perigo da feminização poderiam ser reelaborados e apropriados por novas figuras que começavam a aparecer nesse período: as melindrosas, os almofadinhas, os próprios bolinas, os gigolôs e, ainda, "as mulheres sem vergonha" que flertavam, despudoradamente, com os rapazes nos lugares públicos.

Em seus modos de ser, homens e mulheres de diversos grupos sociais transitaram nos mesmos lugares públicos, e muitos desses se apresentaram, como alternativas de vidas, questionando não somente as formas de vestir, mas os próprios conceitos criados para o feminino e o masculino, as próprias formas de relações amorosas, no período. Era nesse sentido que muitos moralistas paraibanos condenavam os comportamentos modernos por se distanciarem de antigos modelos comportamentais, cristalizados para o ser homem e ser mulher. Suas falas de saudosismo diziam de um tempo quando os namoros efetivam-se apenas como um "acordo entre famílias", como mostram os estudos de Marisa Tayra em "Família e poder na Paraíba"¹³⁹, ao estudar as estratégias endogâmicas da família Maia na Paraíba, na qual os sobrenomes se juntavam para fortalecer suas fortunas. Diziam de uma época em que as mulheres estavam restritas aos espaços do lar e se dedicavam apenas aos interesses do marido e dos filhos.

A denúncia de um cronista anônimo em 1922, no periódico, *O Jornal*, ao contrapor as "criaturas de mármore" que ele vê, as mulheres que ele acredita existirem, não fala apenas da forma como muitas delas estão se vestindo e se "pintando", mas como esse "fazer" implica na efetivação de uma "moral transfigurada":

A degeneração de nossas filhas tem por alvo a civilização moderna, a tirania da moda (...) é o microbio corredor de muitas moçinhas que vede frequentando nossos jardins, nossas avenidas e nossos theatros com aquella moral transfigurada (...) mas ainda existem famílias onde encontram esposas, mães e

¹³⁸ O Poder da Moda, *Era Nova*, Parahyba, 1 de maio de 1921, Ano. II, nº 3.

¹³⁹ TERUYA, Marisa Tayra. "Família e poder na Paraíba, os Maias de Catolé do Rocha/PB: um estudo de caso sobre práticas endogâmicas". *João Pessoa: dissertação de mestrado em Ciências Sociais do CCHLA - UFPB*.

filhas que para tudo isso olham com um sublime desdém, com um nobre desprezo, mostrando que sabem o que é ser mulher.¹⁴⁰

Uma "moral transfigurada" causada pela "civilização moderna" e pela "tirania da moda", expressões que atestam como muitos dos discursos de interdição sobre as práticas adúlteras estavam, ao mesmo tempo, colocados nos debates sobre a dança, sobre a moda, sobre a beleza e sobre a própria redefinição do corpo como espaço do saber moderno, à medida que a moda, entendida pelo autor como um "micróbio" que se infiltrava, sorrateiramente, entre todos os espaços sociais, levando consigo o signo da falsidade, que impelia as mulheres a se comportarem de maneira igualmente falsa.

Esse debate, acirrado principalmente a partir dos anos 20, parece controverso, visto que é contemporâneo de outros discursos médico-higienistas e mesmo políticos, ao colocar em evidência os corpos da mulher e da criança, em nome de uma família harmoniosa a partir da compreensão de "corpos sadios". Nesse período, também outras recriações, a partir de outros "usos" nas relações de gênero, terão desdobramentos: o "corpo", desenhado pelas produções de saber, o corpo saudável da "ginástica" que, em certa medida, até reforçava a estética sertaneja, é apropriado por novas figuras como os almofadinhas, as "melindrosas sertanejas" e as "amantes da moda".

O corpo "austero" das antigas senhoras de engenho, dos "homens valentes", das moças bem comportadas; o corpo, lugar da doença ou da melhoria das raças, ganha uma nova plasticidade a partir da *dança* e da *moda*. Dessa forma, muitos contemporâneos, a partir de um discurso sobre o que denominavam de vida moderna, viam, na dança, uma possibilidade de infidelidade feminina, uma forma de transgressão moral e um perigo tanto para as moças casadoiras, como para as mulheres casadas, pois a prática de certas danças despertaria a "sensualidade" entre os casais. E esse elemento era particularmente percebido, em muitos ritmos dançantes tais como o maxixe, o tango argentino e o fox-trot, é o que diz a cronista

¹⁴⁰ *O Jornal, Itabayana, 15 de agosto de 1922, ano I, nº1.*

Violeta, ao emitir sua opinião sobre essa moda. De acordo com ela, a dança deixou de ser uma “arte casta” para se tornar uma “arte de pecar”, pois:

Hoje se atraca a dama; não se roça a epiderme assetinada com aquella timidez quasi religiosa de então, mas aperta-a, expreme-se, belisca-se, como outrora fazia às creadas de quarto. Não é um flert, mas uma luta romana, corpo a corpo, em que só a mulher tem a perder...¹⁴¹

Essa visão negativa sobre a dança, pautada num risco da infidelidade, pode ser reafirmada por outro cronista, Gomes Carrilo, no artigo “O perigo trágico do Baile”, que, citando um “cathedrático em gynecologia”, de nome Alberto Leclercque, argumenta como não somente este, mas “cincoenta, cem outros sábios” empenharam-se em mostrar como as danças poderiam fazer das futuras esposas, mulheres de “moral perversa”. Danças que colocavam em “risco a própria conservação da espécie humana”. Segundo o cronista, as moças “casadoiras”, examinadas pelo médico, apresentavam os seguintes sintomas:

Atraso do desenvolvimento normal, inapetência, delírios, perturbações circulares, phenomenos de auto-intoxidação, neurosis anomalias de memória, incoerência de character, perversão moral.

E acrescenta: “uma senhorinha que executa danças modernas será physicologicamente, uma detestavel mãe de família.¹⁴²

No entanto, nas revistas da elite social, muitas danças populares, que existiam na época, e que também possuíam ritmos sensuais, não são mencionadas como parte desse discurso sobre a infidelidade feminina. Ritmos como samba, forró e baião que eram apreciados por mestiços, talvez por serem danças que “apareciam somente em meios freqüentados pela escória social” não ofereciam risco à fidelidade das mulheres mais abastadas¹⁴³. Considere-se, nesse contexto,

¹⁴¹ *Era Nova*, Parahyba, 15 de maio de 1925, Anno. V, nº 79 .

¹⁴² *Era Nova*, Parahyba, 25 de dezembro de 1923, Ano. III, nº 55.

¹⁴³ Em seu livro sobre Campina Grande, Epaminondas Câmara - um intelectual que viveu entre 1900-1958 -, ao falar sobre os “usos e costumes” da cidade, aponta para uma discriminação entre os ritmos praticados pelos grupos sociais populares e os mais abastados no século XIX, ao mostrar como as danças populares já apareciam como ritmos sensuais e “degradantes”, enquanto que a

também as quadrilhas em que se faziam “requebras rítmicos” e trocavam-se “expressões mútuas”. Nessas danças, o casal se tocava mesmo que “rapidamente”, de modo que eram consideradas as “mais baixas e degradantes expressões coreográficas da época”, vulgarmente chamadas de “chã de barriguinha”¹⁴⁴.

Mas, se para alguns a “dança moderna” se apresentava como uma prática imoral, um outro discurso sobre a dança, também registrado pela mesma revista, pareceria contraditório, se não fosse entendido dentro de um contexto de valorização da imagem da Paraíba. A dança poderia ganhar outra conotação, que não o da “perversão moral” quando enredados em discurso de valorização da imagem “moderna” da Paraíba: ... “a arte da dança consiste em fazer do corpo, um instrumento plástico para exprimir as emoções mais profundas da alma”¹⁴⁵.

Para os aliados da melhoria estética, as novas concepções fazem do corpo um “espaço de liberdade da alma” e assim, a dança deixa de ser mera diversão ganhando o sentido de liberar as “energias primitivas” como dizia a revista *Era Nova*¹⁴⁶. A dança contribuiria então, para a delineação de um novo corpo, mais saudável e mais próximo da estética moderna. Nesse sentido, se para alguns mais

“dança figurada” pertencente ao “baile”- festa das famílias abastadas -, era, em suas próprias palavras, “a mais chic” nesse período. CÂMARA, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila(1697-1864)*. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Educação Núcleo Cultural Português/Edições Caravela, 1999, 95-96.

¹⁴⁴ CÂMARA, Epaminondas, op. cit., 97.

¹⁴⁵ O que exprime a dança, *Era Nova*, Parahyba, 26 de março de 1922, ano II, nº23.

¹⁴⁶ A significação da dança, *Era Nova*, Parahyba, 26 de março de 1922, ano II, nº23.

conservadores, a dança era um perigo, por sua possibilidade de expansão da sensualidade feminina, para outros, ao contrário, era somente uma “liberdade de expressão” que dignificava a alma humana.

O discurso moralista de alguns intelectuais masculinos que se colocavam contra os transtornos morais trazidos pela moda e, por sua vez, pelas danças modernas, paradoxalmente, fazia parte de uma estratégia da mesma elite intelectual que delineava na Parahyba uma imagem de estado moderno.

Segundo a historiadora Linda Lewin, “a urbanização alterou a moda, o discurso e a identidade das elites durante a década de 1920, reforçando freqüentemente percepções dos interesses geo-econômicos diferenciadas entre o litoral e o interior”. A “modernidade”, numa capital de ares provincianos como a Parahyba, significava ainda dançar as músicas européias - valsa e polca -, embora o samba já houvesse começado a conquistar a elite social da nação, no Rio de Janeiro, como a dança brasileira moderna”. Para a autora, essa atitude “desatualizada”, principalmente, dos políticos da capital paraibana era uma tentativa de se diferenciarem dos “primos caipiras” do interior que, ainda nesse período, apreciavam os “desafios”- cantorias repentistas - e dançavam as músicas populares tradicionais dos antepassados do século XIX¹⁴⁷.

Foi nesse sentido que, muitas vezes, sobre uma Paraíba provinciana, se construiu uma Paraíba “moderna”. E foi a partir desse discurso, aparentemente controverso, que o elogio da dança, a preocupação com o corpo, com a aparência, com a beleza feminina, no Estado, levam muitos contemporâneos ao limite de fazer do concurso de beleza uma ação patriótica. Das muitas fotos impressas na revista, algumas jovens, com sorte, tinham suas fotografias escolhidas como “a mais bella” do estado da Paraíba. Normalmente, as moças eram de família abastada, mas outras de nível social menos abastado, a exemplo de Anayde Beyriz, filha de um jornalista, antes de seu envolvimento no escândalo com o político João Dantas, também chegou a ser eleita.

A revista *Era Nova*, editada em Parahyba do Norte, é a primeira no Estado a explorar as fotografias de homens, mulheres e crianças da elite regional, que se orgulhavam de ver suas imagens publicizadas. Propagadora e também criadora das idéias de “progresso” e “modernidade”, a *Era Nova*, como afirma Bertrand Lira em seu livro *Fotografia na Paraíba*¹⁴⁸, era de consumo da elite social. Portanto, ter sua fotografia impressa nessa revista – cujo editor, Severino Lucena, era filho do então Presidente do Estado, Solon de Lucena - era uma questão de *status* para as pessoas e criava a ilusão de pertencimento aos grupos dominantes.

Quase sempre as fotografias impressas na revista não tinham conexão com os textos aos quais estavam coladas, e eram, na maioria, tiradas dos álbuns de família, o que denota um movimento do corpo que saía da intimidade familiar – de um círculo fechado - para se expor no espaços abertos do público: “não bastava mais ser apenas fotografado, se essas imagens não saíssem do círculo familiar para o espaço público”.¹⁴⁹

Contudo, considerando-se as multiplicidades de interesses e as posições sociais, nem todos concordavam com os mesmos conceitos do belo. As disputas ainda se davam entre as belezas ditas “naturais” e as “artificiais”, ou seja, aquelas que se distanciavam dos cosméticos e aquelas que se entregavam despudoradamente às pinturas dos lábios e das faces, aos cortes de cabelos, aos cortes ousados das novas roupas. E era essa estética, muitas vezes, que dizia sobre a fidelidade ou infidelidade de uma mulher.¹⁵⁰

Uma amostra de que essas preocupações com a moda norteavam também uma “estética” moral pode ser constatada a partir do episódio ocorrido no Colégio

¹⁴⁷ LEWIN, Linda. Op. cit., 1993, 313-314.

¹⁴⁸ LIRA, Bertrand de Souza. *Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato(1858-1950)*. João Pessoa: editora universitária, 1997, 145.

¹⁴⁹ LIRA, Bertrand de Souza, op. cit. 123.

¹⁵⁰ Já na Antiguidade, o artifício da pintura associava a mulher à falsidade. Segundo Clemente de Alexandria, as mulheres que se pintavam insultavam o Criador “que, na opinião delas, não as fez suficientemente bonitas”; seus corpos modelados não são mais bonitos, mas ostentam os sinais exteriores de uma doença interna - as marcas do adultério comparáveis às tatuagens que traem o fugitivo”. BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval e a invenção do Amor romântico Ocidental*. Rio

das Neves, envolvendo uma colega de Irineu Joffily, quando a mesma “sofreu penosos constrangimentos” ao ter que lavar o rosto perante os colegas da turma, por estar usando “batom e rugem”.¹⁵¹

Denise Bernuzzi Sant'Anna¹⁵², ao discutir a história do corpo e do “embelezamento” no Brasil, também nesse período, diz que a única vaidade aceita pelos padrões sociais, para as mulheres brasileiras resumia-se ao “uso de jóias, chapéus e luvas. Fora deste uso, e para além das prescrições médicas, que incluem a higiene do corpo e a cultura física, o embelezamento corre o risco de denotar uma moral duvidosa”¹⁵³. Apesar das muitas propagandas, nos jornais e nas revistas, sobre os remédios milagrosos para o “embelezamento” feminino, o lugar possível para as discussões e trocas de receitas sobre o assunto, restringia-se aos encontros femininos, “longe da vigilância, familiar e médica”¹⁵⁴, pois a beleza, nesse período, era considerada um “dom” de Deus.

Mesmo diante dessas divergências que também existiam na Paraíba, o “Concurso de beleza”, como já mencionado anteriormente, fora transformado num acontecimento disputado pelos Estados do país a partir de 1923¹⁵⁵. Na intenção da elite, principalmente política, construir uma nova feição moderna para a Paraíba, significava destruir a Paraíba dos “matutos” e dos ritmos populares para exacerbar traços sociais das grandes metrópoles.

Os discursos dos moralistas sobre a estética, iluminam, dessa forma, outras figuras que ameaçavam a fidelidade feminina. As melindrosas, os almofadinhas, os *gigolôs* são figuras novas que provocam um deslocamento da ordem da moral e dos bons costumes, num período em que o ideal de masculinidade aproximava-se

de Janeiro: editora 34, 1995, 60

¹⁵¹ JOFFILY, José, op. cit., 26

¹⁵² SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. “Cuidados de si e embelezamento feminino : fragmentos para uma história do corpo no Brasil”. In : *Políticas do corpo*. São Paulo : Estação Liberdade, 1995.

¹⁵³ Idem, *Ibidem.*, 125

¹⁵⁴ Idem, *ibidem.*

¹⁵⁵ *A partir de 1921, A Revista da Semana e o jornal A Noite, ambos do Rio de Janeiro, recebem fotos de todos os estados brasileiros para que fosse escolhida a mais bela moça do Brasil. As fotos são transformadas em caricaturas por artistas brasileiros e, depois de três anos, é escolhida "Zezé*

do “sertanejo”.

Um artigo de Adhemar Vidal¹⁵⁶, “Elle, Ella e o Outro” na *Era Nova*(1922), denota a irritação com essas novas figuras que transitam pela cidade ainda na década de 20. Observando a tipologia do gigolô, como o “typo mais miserável” por suas “cynicas” intenções de chegar ao “ponto final” de suas atitudes imorais, Vidal descreve esse personagem como um perigo para as mulheres, ao mostrar sua operação de conquista:

vulgo ligeiro, fininho, pallido, de olheiras, simulando irritante tranquilidade, falando meloso, dando ares de perfeito cavaleiro, pagando miseráveis despesas, como sejam passagens de bondes...E depois chegam ao “ponto final”¹⁵⁷.

Fica clara a analogia que o autor faz entre o “ponto final” do bonde e o “ponto final” das relações amorosas. Uma sugestão que indica o ato arriscado de algumas mulheres que se envolviam com o gigolô. Embora na Paraíba desse tempo, fosse culturalmente aceito que o homem tivesse várias mulheres - como indica o ditado popular “prenda sua cabras que meu bode está solto” -, é visível que o gigolô se inscrevia em outro território moral. Para os defensores de um gênero viril e forte, ele não era “macho” e não se relacionava com as mulheres para garantir seu *status* de masculinidade, mas ao contrário, ele era visto como um “ex-homem, mais mulher do que homem”¹⁵⁸. Sua postura fugia à moral de época, seu “modo de agir” era diferente: sua prática era condenada por possibilitar também relações amorosas com um outro homem, o que era inadmissível para a ética masculina, culturalmente instituída na Paraíba.

Leone”, criando-se, depois disso, o concurso de “Miss Brasil”.

¹⁵⁶ Adhemar Vidal é personagem presente nas disputas políticas do período e em 1930, colocar-se-á ao lado do político João Pessoa.

¹⁵⁷ *Era Nova*, Parahyba, 15 de maio de 1922, Anno II, nº 26

¹⁵⁸ A Indústria Nova, Parahyba, 1 de dezembro, 1921, ano 1, nº 17.

E os almofadinhas? Se estes foram alvo de críticas em cidades como o Rio de Janeiro e em São Paulo, por significarem, normalmente, uma ameaça à figura masculina, como deve ter sido a reação dos homens paraibanos que, nesse período, inspiravam-se pelo modelo do “sertanejo”? Sua maneira de vestir, seus ternos apertados e seus “chapéus de abas curtas” desafiavam os antigos ternos de linho dos senhores das fazendas, ou mesmo os refinados ternos dos ricos homens que se vestiam a rigor para freqüentar os grandes cassinos como o Eldorado, em Campina Grande. O almofadinha era uma ofensa à masculinidade dos homens da Paraíba que, particularmente no início desse século, é pautada pelo signo da macheza e da “valentia” sertanejas, à medida em que se personificava na descrição de Euclides da Cunha: o “homem sertanejo é antes de tudo um forte”.

Essa célebre afirmativa de Euclides da Cunha era aceita por pessoas como José Gomes Coelho, um jovem que compunha a elite social e cultural da capital. Em 1925, ao ser entrevistado por *Mlle Analice Caldas*, sobre “qual deve ser o typo masculino?”, ele responde: “o sertanejo de Euclides da Cunha, esclarecido pela sciencia”¹⁵⁹. Outros jovens entrevistados também deram a essa pergunta respostas similares, ou seja, sempre enfatizavam características tais como força, coragem e inteligência. Dessa forma se o conceito de masculinidade estava sendo flexibilizado, para a grande maioria deveria ser em torno da idéia da macheza sertaneja, com o acréscimo da “inteligência”, referenciada pelos “tempos de progresso”. O almofadinha seria então, figura desviante, colocando em xeque a macheza e a honra da sociedade masculina, ou de toda uma estética de machos acostumados com a “dureza das feições” de seus homens e com a delicadeza e “suavidade” dos gestos femininos. Eles eram vistos como a decadência do macho, “criaturas efeminadas” que “precisavam se fazer gente, homem com nome”, como

¹⁵⁹ Do Album de *Mlle Analice Caldas*, *Era Nova*, Parahyba, 15 de Abril de 1925, Ano V, nº 75.

diz Adhemar¹⁶⁰.

As entrevistas de Analice Caldas eram dirigidas exclusivamente aos rapazes da cidade. O questionário era composto, normalmente, de 44 perguntas sobre casamento, comportamento feminino e masculino, gostos pessoais dos entrevistados, *flerts* e outros assuntos afins. Esse questionário informa, embora de modo fragmentado, sobre a sensibilidade masculina de uma sociedade, como também sobre a sensibilidade feminina, uma vez que fora elaborado por uma moça dessa sociedade que, portanto, partilhava das mesmas inquietações morais e sociais. A partir dessas falas percebe-se uma intencionalidade, por parte de grupos de elite, formados agora por jovens intelectuais, quanto à reelaboração do homem paraibano: se por um lado preservam no novo homem características de forte, macho (bem ao estilo do homem euclidiano) por outro são incluídos agora outros elementos como o racional, a inteligência, o gosto pelo requinte intelectual exigidos pela moderna sociedade.

Tanto nessas entrevistas como em artigos publicados pela *Era Nova*, também as "melindrosas, mulheres que não serviam para casar", eram olhadas com desprezo pela maioria dos homens que se pronunciavam naquela revista¹⁶¹, mesmo por aqueles cujo comportamento se diferenciava da maioria, como é o caso de Paulo de Magalhães. A postura dele escapa aos padrões de seriedade dos demais jovens de época, ao responder o questionário de Alice Caldas falando sobre as melindrosas ele as definiu como "um colibri, que me dá vontade de agarrar...e depois...e depois...soltar"¹⁶². Um outro entrevistado respondendo ao questionário do álbum de *Mlle.*, sobre a mesma questão diz: "Lindas, mas perversas vocês!"

As próprias mulheres encaravam as melindrosas com desconfiança, ao se

¹⁶⁰ Indústria Nova, *Era Nova*, Parahyba, 1 de dezembro de 1921, Ano I, nº 17.

¹⁶¹ Margareth Rago, em seu artigo "o prazer no casamento", fala do medo que figuras como a "nova mulher", as "melindrosas" e a "coquette" provocaram no início do século, por imaginar-se que elas poderiam se recusar a contrair o matrimônio e, mais do que isso, além de praticar o 'amor livre', "se negavam a sua natureza essencial?". RAGO, Margareth. "O prazer no casamento". In: *Idéias*. São Paulo, Unicamp. Ano, 2n.2 jul/dez/1995, 72.

¹⁶² Álbum de *Mlle.* Analice Caldas, *Era Nova*, 1 de março de 1925, nº 74, ano V

sentirem ameaçadas por novas concepções estéticas que abriam clivagens dentro de antigas normas¹⁶³. Isso porque, mesmo que muitos homens criticassem essas novas figuras, elas não deixavam de chamar a atenção de todos, por seu colorido, por suas roupas ousadas. Esse modo de vestir implicava, também, na ousadia de viver novos códigos morais e novas formas de relações amorosas: nos namoros rápidos, nos flerts descompromissados dos bailes, no comportamento que expunham nos cinemas e nas praças. Implica também em banalizar a infidelidade nas relações amorosas. A prática desses novos comportamentos do feminino e do masculino representava “perigo” às pessoas ditas “de bem”. A fluidez das relações amorosas sugerida pelos novos personagens era vista como um desequilíbrio dos antigos valores morais aceitos na sociedade.

São muitos os artigos que na revista *Era Nova* e jornais de época, atribuíam à moda os desvios morais. Uma vez mais é a própria Violeta, com sua linguagem metafórica, quem irá descrever os males que a moda representa para as mulheres:

A mulher desnuda-se e perde o pudor. Os seus vestidos são dignos de uma Salomé. Através da transparência impudente dos tecidos com que se vestem nítidas e claras as formas harmoniosas (...) empregadas de sensualidade despertam essa violência de instintos originários que subsistem no fundo de todo homem¹⁶⁴.

O artigo termina com a história de uma noiva que já estava no altar quando perdeu o marido e a bênção do padre por usar trajes licenciosos, semelhantes às “vestes dos cabarés”. Não por acaso a imagem bíblica de “Salomé” é invocada nesse artigo pelo discurso de Violeta, trazendo à tona a idéia de traição, a

¹⁶³ O trabalho de Renata Thereza mostra como dentre as figuras modernas que emergem nas primeiras décadas do século XX, em Curitiba, principalmente duas delas, a “coquete” e a “dama de caridade”, embora opostas, se aproximam, no que concerne às suas “experiências femininas”, que contribuem para uma maior intervenção na sociedade e cada uma, à sua maneira (no caso da “coquete”, através de sua liberdade pelo erotismo e pela sedução), “feminilizam a cultura”. CUNHA, Renata Thereza Fagundes. “A feminização da cultura: Curitiba, 1890-1930. Dissertação de mestrado defendida na Unicap, 2001.

¹⁶⁴ Cartas de Mulher, *Era Nova*, Parahyba, 1 de junho de 1922, Anno. II, nº 27.

transgressão mais temida pela maioria dos homens na sociedade paraibana.

A mensagem era clara: as moças até poderiam se dirigir à Rua Avelino Cunha e comprar seus vestidos na loja A Rainha da Moda, a mais cara da capital, desde que soubessem se vestir conforme os bons costumes da época, isto é, vestido no meio da perna - à época, o longo não era usual -, e os mais finos eram bordados em fios dourados, rebordados em pérolas e acompanhavam longas caudas de até cinco metros de comprimento. Esse foi, por exemplo, um dos modelitos usado por Luiza Targino, uma abastada jovem da sociedade pessoense¹⁶⁵.

Além dos intelectuais como Horácio de Almeida, José Lins do Rego, a propósito da moda, inscrevia-se, também, em meados da década de 20, como uma das mais afiadas penas, a do político moralista Adhemar Vidal. No artigo "Indústria Nova", ele declara que a "moda" atingia um espaço muito mais amplo no campo da moralidade, que incluía desde "os almofadinhas, o feminismo, o adultério até as cirurgias plásticas"¹⁶⁶.

A moda incomodava porque significava mudança social, porque significava mudança na própria natureza do masculino e do feminino. Enquanto signo da modernidade, ela incorporava a mulher moderna e significava a própria desfaçatez, o falseamento de suas condutas, a fragmentação dos sentimentos e o próprio fantasma da infidelidade. A moda aparecia, então, como a própria encarnação da infidelidade social, no sentido em que tanto o feminino como o masculino seriam transfigurados, traindo seu gênero biológico ou como na concepção de Horácio de Almeida, transformar-se-iam em "Hermafrodytas".

A própria moda dos cabelos curtos foi excessivamente combatida, principalmente pela Igreja. Padre Arthur faz um paralelo entre os cabelos curtos e a inteligência da mulher, no artigo:

¹⁶⁵ TARGINO, Maria Luiza de Moraes. *De senhora de Engenho a Primeira Dama: memórias*, op., cit., 48.

¹⁶⁶ Indústria Nova, *Era Nova*, Parahyba, op., cit.

à holandesa", uma questão de uniformidade ou symetria: pois se a mulher moderna tem saias, o pudor e o juízo curtos, que muito é tenha curtos também os cabellos?¹⁶⁷

O "corte dos cabelos" também inspirou artigos de muitos conservadores e, principalmente, padres que tentavam convencer as mulheres a mantê-los longos, mas também houve poucos, como o jovem Eudes Barros¹⁶⁸, colaborador da revista *Era Nova*, que chegou a defender o corte *la garçonete*. "É ridículo", dizia ele, *Mademoiselle*, aos quinze anos, já revela, com a gravidade do "coque", o grosso e nobre aspecto de uma dona de casa"¹⁶⁹. Mas, essa concessão seria permitida somente a jovens adolescentes, devendo as "donas de casa" conservar seus longos cabelos de seriedade? É o próprio Eudes Barros que indaga ainda a seguir: "que motivos contra a estética adduz o homem para combater a moda à *la garçonne* dos cabellos de sua *companheira de genero*?"

A indignação com essa falta de controle é observável, principalmente, em alguns representantes da Igreja Católica. Um artigo do jornal, *A Imprensa*, de 1930, fala da necessidade de impor limites à moralidade feminina, salientando que "se uma senhora da alta sociedade quer se vestir luxuosamente", ninguém lhe nega o desejo de se "parecer bonita", o que se nega é: "o suposto direito de aparentar-se no vestir ao meretrício impudico e mercanteador de sua honra!"¹⁷⁰.

A moda se tornava perigosa, ao possibilitar a mistura de imagens de "mulheres honestas" e mulheres impudicas, ao permitir, mesmo que na aparência, a possibilidade de "mercantear" a honra feminina.

Com esses trajés "impudicos" e com os saberes sobre a sedução, a mulher não poderia ser descrita se não como uma figura assustadora ou, no mínimo,

¹⁶⁷ Os Cabellos..., *Era Nova*, Paraíba, outubro de 1924, ano IV, nº 70

¹⁶⁸ Eudes Barros foi colunista do jornal *A União*, na década de 30, sob o pseudônimo TIL, fundou o jornal *A Rua* e foi colaborador da revista *Era Nova*. ARAÚJO, Fátima. Paraíba, Imprensa e Vida, op., cit., 277.

¹⁶⁹ Esthetica Feminina, *Era Nova*, Paraíba, dez/1924, ano IV, nº 71.

¹⁷⁰ J. C., Pro Modestia *A Imprensa*, 26 de abril de 1930, ano XXV, n 68.

"tentadora", uma vez que já não se aparentava mais com a criatura divina, criada por Deus para fazer-se companheira de Adão, mas antes, um "diabo de saia", esculpida pelo "Lucifer craneo"(sic) como bem coloca Aداuto Rocha, seduzido pelas "Evas modernas",

A mulher sempre foi, dentre as coisas vivas que o Velho Jeová esculpiu, um dia, em barro, um ser profundamente enigmático e astuto como satanaz, que emprega todos expedientes que se passam pelo lucifero craneo, além de levar, para o paiz das sombras, todos quantos lhe caírem nas diabólicas malhas. (...) esse animalzinho gracioso, arrancado das costellas do alegorico Adão não passava, na realidade, de um Diabo de saia, que não perde tempo, nem ensejo, para alucinar e tentar, com o seu fascínio infernal, esses bípedes (afora os de plantão) que se conhecem pela denominação de sexo forte.¹⁷¹

Ora, em que pese o discurso desse contemporâneo, até o criador divino foi diabolicamente superado pela mulher moderna, pois como ele insinua, nesse tempo em que Deus envelheceu ("o velho Jeová) e que Adão (antes senhor dos animais e da natureza) não passa de uma "alegoria", teria a mulher, "esse animalzinho gracioso" superado o criador, ou seja, traído o próprio Deus, ao fazer uso de seu "fascínio infernal".

De fato, Aداuto Rocha não se enganava quanto à astúcia feminina. Já em 1935, Edna Leite Gueiros, talvez tão "astuta como satanaz", desmontava o discurso conservador de época sobre a idéia do falseamento que associava a mulher e a moda, negando os valores dessa relação:

Compara-se muito a mulher com a moda porque esta varia, numa multiplicidade que delicia a vista e faz a fortuna das modistas e cabellereiros. É que se procura indical-a(modas) como typo da mulher, que também varia... Não é preciso dizer que a ironia da comparação pertence aos homens. Aos homens que três... variam, pelo menos...¹⁷²

Nesta escrita feminina, a infidelidade é dissociada da moda e passa a constituir a própria idéia de modernidade, mas dessa vez, no sentido positivo, no

¹⁷¹ Aداuto Rocha, *Diabo de Saia*, *Voz da Borborema*, Campina Grande, 20 de julho de 1938, ano II.

¹⁷² *A Mulher e a Moda*. *Ilustração*, João Pessoa, outubro de 1935, nº 13, ano I.

sentido de civilidade. Segundo sua escrita, sendo a moda associada a "cultura, progresso, civilização (...) o espírito da feminilidade" ela representaria o feminino, e a ausência dela representaria o tempo da estagnação e do atraso, significaria o próprio homem que quase não "varia". A mulher moderna não seria, então, um símbolo da falsidade e ou de natureza infiel no sentido negativo, mas ao contrário, ela representaria a própria ultrapassagem das "eras remotas" do atraso social. Ela representaria, o "espírito da feminilidade"(essência?), o próprio movimento/variação ou seja, a sobrevivência da sociedade. E talvez, para reforçar sua opinião sobre a importância da mudança socio-cultural, é que a autora fala em seu próprio nome e lembra que também ela constitui a própria "moda" de pensar modernamente, inteligentemente. Como mostra sua afirmativa citada anteriormente, "é moda também equiparar a mulher ao homem, sem aquela inferioridade que as eras mais remotas nos atribuíam, na inteligência e no lugar que nos destinavam no convívio social e até no próprio lar"¹⁷³.

Mas, nem sempre, era permitido que as mulheres expressassem tão ousadamente suas opiniões na imprensa, pois quase sempre a palavra ou a escrita feminina poderia representar um indício de uma atitude impudica ou até imoral. Aliás, as escritas das mulheres e suas leituras também se constituíam num outro motivo de debate dos intelectuais de época, pois também aqui, a fidelidade feminina era vigiada, cuidadosamente.

3 - leituras e escritas: texto do feminino e sobre o feminino.

Uma outra possibilidade da prática de infidelidade feminina visibilizada, principalmente, pelos discursos masculinos da imprensa eram as leituras femininas. Estas eram vistas, na imprensa, como um mecanismo de acesso aos saberes considerados perigosos tanto para moças, cuja "inocência" se desejava preservar, como para as senhoras casadas, cujo *conhecimento* somente era

¹⁷³Idem, idem.,

permitido como uma forma de preservação dos valores morais. A idéia do perigo das leituras femininas era reforçada pela criação e divulgação da imagem de mulher adúltera como sendo a mulher burguesa.

A leitura ocupava na imprensa um lugar paradoxal, pois enquanto exigia-se uma educação eficaz para o papel exercido pelas mães, por outro, os moralistas temiam que o acesso às leituras provocasse uma abertura no saber de maneira indisciplinada e, dessa forma, ameaçasse a moralidade das famílias. Em outras palavras, havia o temor de que as mulheres casadas – através de romances, revistas e outras leituras – se desviassem de suas obrigações de esposa fiel e das obrigações do lar para adentrar nos aprendizados da traição, seduzidas pelas histórias das personagens. Essa idéia perpassa a primeira metade do século, tanto que norteia artigos como "Os nossos costumes" de 1921, em que o autor alerta a sociedade para a influência dos "maos livros, dos pasquins" que provocaria "a fértil imaginação humana para seduzir, prender e avassalar"¹⁷⁴. E ainda está presente no artigo de 1935, que mostra, mais explicitamente, como a leitura estava infringindo a moral social da época:

A moral das famílias está sendo infringida de diversos modos: pelos maos livros, romances imorales, revistas suspeitas, publicações contra a fé e contra a própria família, os quaes penetram alli como intoxicantes mortíferos.¹⁷⁵

Nesse sentido, o artigo de Cônego Florentino, "Os direitos da família", publicado pela revista *Ilustração*, com críticas às mudanças de costumes e por sua vez, aos códigos morais, não recaiam somente sobre as novas figuras indesejadas que, a partir de novas estéticas, questionavam as relações amorosas, como foi visto no tópico anterior¹⁷⁶. Também estavam ligadas a todo um arsenal de novidades entendido pelos paraibanos como influências de "leituras pouco recomendadas" e que, como afirma o autor, atentavam "contra a própria família". Mas apesar desse

¹⁷⁴ *Era Nova*, Parahyba, Anno 1, nº 5, 1921.

¹⁷⁵ Lauro Montenegro, Os nossos costumes, *Era Nova*, Parahyba, 1 de janeiro de 1921, ano 5, nº 5.

¹⁷⁶ Os direitos da família, *Ilustração*, Parahyba, setembro de 1935, nº 10.

controle dos livros que chegavam até as mulheres, fossem elas casadouras ou senhoras casadas, não estava garantida a moral familiar. Não é sem propósito que o adultério feminino foi atribuído às influências dos maus romances, como alerta o conto do contemporâneo Armando Cursis, ainda nesse tópico, ao falar do adultério de sua personagem Kelly.

Antes de problematizar as leituras femininas como possibilidade para a prática de adultério, gostaria de discutir um pouco como se encontrava a educação na Paraíba, no período estudado. Apesar das leituras femininas serem vistas como perigosas, é pertinente considerar o limite dessas "fugas" pelas senhoras casadas, pois é claro que, no período, nem todos tinham acesso à imprensa. Embora seja visível um aumento considerável no número de jornais e revistas que entram em circulação nas cidades paraibanas, facilitadas pelas ferrovias, o próprio preço dos livros e revistas sugeria que as leituras eram, predominantemente, uma atividade das camadas mais abastadas. Ter, por exemplo, uma assinatura da *Era Nova*, revista de excelente qualidade, de circulação regional durante a década de 20, significava um *status*, tanto em termos econômicos quanto em termos culturais. O mesmo ocorria com as revistas *Ilustração* e *Manaíra* na década de 30, que conservavam a mesma qualidade de impressão e, ao que tudo indica, cativava o mesmo público. Dessa forma, muitas pessoas somente tinham acesso às informações a partir de leituras de cordéis, nas reuniões realizadas nas casas de pessoas alfabetizadas, ou mesmo nas feiras, isto sem contar que a leitura ficava circunscrita a certos grupos e ainda, considerando que a educação era uma prioridade masculina.

Além do Liceu Paraibano, responsável pela formação dos jovens de elite da cidade, também era comum as famílias que tinham maiores condições econômicas enviarem seus filhos para estudar em outros Estados como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Apenas em 1919, paralelo à Escola Alfredo Dantas, também foi fundado em Campina Grande, o Instituto Pedagógico, situado à rua Epitácio

Pessoa, destinado ao ensino primário e secundário de ambos os sexos¹⁷⁷.

Para as moças, existia a Escola Normal, indicando claramente o caminho profissional possível de ser trilhado.¹⁷⁸ A frequência feminina à escola explicitava o interesse das famílias abastadas pela educação refinada das moças casadouras, como forma de preparar a moralidade desejada para as suas filhas, pois, segundo José Octávio, existiam em 1930, 224 matrículas no Liceu Paraibano, e 241, na Escola Normal.¹⁷⁹

Além da educação formal algumas famílias mais abastadas levavam suas filhas para passear na Europa e aprender um idioma, como forma de uma educação refinada. Este é o exemplo de Epitácio Pessoa, que mesmo antes de se tornar presidente da República, levava suas três filhas (Laurita, Ângela e Helena) para passar as férias na Itália "preocupando-se que elas recebessem instrução em francês e inglês"¹⁸⁰

Dessa forma, as leituras femininas, na maioria das vezes, eram realizadas pelas moças de famílias mais abastadas e, mesmo assim, muitas delas ainda tinham as informações filtradas pelo crivo de suas mães. Esse controle no próprio âmbito familiar pressupõe um grande limite ao conhecimento na formação dessas mulheres. Ainda em 1940, um poema de nome "Um álbum de mulher", escrito para a revista *Manáfra*, pelo autor José Azevedo, tematiza a desconfiança sobre as escritas femininas¹⁸¹, inscrevendo-as no espaço dos segredos e das tramas:

¹⁷⁷ Ver, ALMEIDA, Elpído. *História de Campina Grande*. Campina Grande: EPGRAF, 1993, 381.

¹⁷⁸ No âmbito nacional, a educação para as mulheres tinha limites colocados pelas próprias leis relativas ao ensino. Jeni Vaitsman chama a atenção para a situação da desigualdade da educação da mulher pós-década de 30, em que o curso mais comum ainda era o "normal". Tal curso, de acordo com a legislação, "não equivalia ao curso secundário, única via de acesso ao ensino superior", o que dificultava o acesso das mulheres aos cargos mais "prestigiados socialmente", e que ajudava a manter uma hierarquia em relação aos homens, no campo profissional. Mesmo com o discurso "modernizante" do Estado Novo, a legislação "incentivou a estrutura patriarcal da família conjugal", à medida que propunha, a lei de 1943, uma educação diferenciada para ambos os sexos, cujos programas para a educação feminina seria dirigida para a "natureza feminina" que seria a "missão da mulher do lar". VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 56.

¹⁷⁹ OCTÁVIO, José. *João Pessoa perante a história: textos básicos e estudos críticos*. op. cit., 69.

¹⁸⁰ LEWIN, Linda. op. cit., 152.

¹⁸¹ Para Lombroso, "as mulheres estão associadas a uma oralidade abundante que exclui ademais a

Um album de mulher...às vezes dizem...
 Dois albuns de mulher...uma comédia...
 Três albuns de mulher...às vezes trama do que resulta, sempre, numa
 tragédia...¹⁸²

Na mesma revista, dessa vez ironizando o aprendizado feminino relativo às ciências lógicas, um outro artigo de Leomax Falcão, "A mulher e a matemática", mesmo citando algumas mulheres que brilharam no campo dessa ciência, faz sobressair o pouco desenvolvimento e o desinteresse feminino pela lógica matemática, marcando a diferença em relação aos homens. A falta de habilidade seria explicada, segundo o autor, por ser a Matemática uma ciência "racional", lógica" e que prima pela "verdade", incompatível, assim, com a facilidade natural que as mulheres teriam para falsear, para "iludir", pois, como afirma "matematicamente" Leomax, "de um para um milhão se encontra uma mulher que se diga a verdade, em questões de idade e amor..."¹⁸³

Mesmo sendo a educação norteadada pela inferioridade feminina, Anayde Beiriz, cujo pai era ligado à imprensa, extrapolou o conhecimento restrito às moças de sua idade e de sua condição social, chegando, inclusive, a escrever sobre "direitos das mulheres" nos jornais da cidade. Outras, como Violeta, que se apresentava como uma mulher casada, possuía uma coluna na revista *Era Nova*,

escrita, porque "seus centros gráficos são menos desenvolvidos". Se as mulheres precisarem escrever, recomenda-se que façam cartas, tidas como a forma escrita da conversação, o que "se ajusta ao caráter delas e, mais uma vez, satisfaz sua ansiedade de falar". BLOCH, R. Howard. op. cit., 37-38.

¹⁸² *Manaíra*, Parahyba, fevereiro de 1940, ano 1, nº 5, 23.

¹⁸³ *Manaíra*, João Pessoa, março de 1940, ano 1, nº5, 28.

direcionada às mulheres, discorrendo sobre diversos temas: casamento, moda, beleza, ciúmes, marido, etc.

O perigo das leituras pode ser melhor compreendido a partir das interdições de determinados livros, registrados pela imprensa. O periódico *O Jornal* em 1926, ao publicar títulos como *La gasonere*, *Mlle Cinema*, *Cabarel de Marguerithe*¹⁸⁴, considerando-os "literatura immoral", define os territórios morais da leitura. Mas, mesmo que a leitura feminina passasse pela censura da família e pela censura social, era difícil controlar o acesso a obras consideradas "livros de cultura"¹⁸⁵, a exemplo do romance de Machado de Assis, *Dom Casmurro*, cuja personagem central é *Capitu*, uma mulher possivelmente "adúltera" que não deve ter passado despercebida pelas leitoras paraibanas. Em 1936, um artigo publicado na revista *Ilustração*, apontando as preocupações da Paraíba com o investimento na "cultura", recomendava essa obra de Machado, citando-a como uma "boa leitura".

Apesar das mulheres terem um restrito acesso à imprensa no período analisado, muitas temáticas consideradas impróprias, mesmo que não fossem lidas, eram sutilmente discutidas no meio social, nas festas, nos locais de encontro. Como então controlar o saber, pois o que está em jogo não é somente *o que se lê*, mas *como se lê*? Nesse sentido, a leitura poderia significar acesso a um mundo em aberto, tanto pelo conteúdo apresentado, quanto pela "forma" de ler o texto; um conhecimento tão ameaçador quanto sair às ruas, ir ao cinema ou ao teatro, pois nele existia um pouco de cada coisa, que poderia despontar como um conhecimento perigoso, acessado e processado em segredo, e ainda ser transmitido de uma mulher para as outras.

Talvez por isso, Anayde Beiriz era olhada com desconfiança pela sociedade paraybana. Segundo José Joffily, ela era a única mulher que freqüentava reuniões dos jovens intelectuais da época, entre eles, o jornalista da *Era Nova*, Eudes Barros,

¹⁸⁴ *O Jornal*, Parhyba, Sexta, 18 de julho de 1924, ano II.

¹⁸⁵ *Ilustração*, *Era Nova*, 12 de junho de 1936.

na casa do médico José Maciel. Talvez, seu excesso de conhecimento a tornasse diferente, pois o fato de ser "amante" e não uma moça recatada, como regravam os costumes e, ainda, viver em meio aos homens, debatendo com eles, fazia com que muitas moças que prezavam por suas boas reputações se afastassem dela. Anayde Beiriz era "odiada pelas mulheres casadas", diz Joffily¹⁸⁶.

Numa época em que "virtude" e "pureza" eram as maiores qualidades de uma mulher casadoura, a preocupação com a forma de sua educação e os cuidados com suas leituras representavam uma garantia da preservação da sua "inocência". Isto mostra como, nesse período, o controle do saber estava diretamente ligado ao controle do saber sobre o sexo. Assim, era a garantia de uma "falta de saber" que propiciava aos futuros maridos a possibilidade de moldar a conduta moral da mulher, o que, por sua vez, garantiria sua "fidelidade conjugal". É a própria Anayde Beiriz que, numa das reuniões de intelectuais, problematiza em versos, a "inocência" feminina em relação ao casamento e sua própria insatisfação, face ao matrimônio:

Nasci
 Nasceu
 Cresceu
 Namorou
 Casou
 Noite de Núpcias
 As telhas viram tudo
 Se as moças fossem telhas não se casariam...¹⁸⁷

O segredo que girava em torno do sexo somente era (ou deveria ser) desvendado após o casamento, mas como explicita o poema, o casamento era uma caixinha de surpresas quase sempre desagradáveis para a mulher. Esta que deverá ter sempre um conhecimento limitado sobre o sexo, como se fosse uma prerrogativa para sua integridade moral.

Nas memórias de Maria Luíza Targino, *De Senhora de Engenho a Primeira*

¹⁸⁶ JOFFILY, José, op. cit., 22-28.

Dama, a autora relata, ainda em 1925, como ela, uma moça “encabulada” da alta sociedade da capital, é pedida em casamento através de um “bilhete”. Tendo conversado com seu futuro marido apenas “três vezes”, Maria Luíza Targino diz que “nunca houve um beijo, só uns apertos de mãos. Fui achando bom (...) pois nunca tivera intimidade com nenhum outro homem”¹⁸⁸. As mulheres tinham não só que se manter virgens e puras, mas construírem para si uma imagem de pureza, desempenhar seu papel de esposa dedicada e fiel ao marido e à família ou “anjo tutelar”. Essa idéia pode ser percebida na carta do pai de Luíza Targino, João Luiz Ribeiro, já depois do casamento, quando a filha continuava a chorar por ainda não ter se acostumado com a nova vida de casada:

(...) O que te peço, minha filha, que não continues a chorar para que ele(marido) não se desgoste, pensando talvez que não esteja satisfeita em sua companhia(...)é preciso que o teu digno marido nunca tenha o menor motivo de se arrepender de ter se casado contigo.

Toma sempre para exemplo tua boa e carinhosa mãe, nosso anjo tutelar, ela que até hoje nunca me deu o mais leve motivo de arrependimento;(...)Sê leal, amante e carinhosa para ele e para todos os seus parentes.¹⁸⁹

Alguns gestos como “chorar” ou “corar” de pejo eram maneiras de mostrar o desconforto diante de cenas ou palavras pouco afeitas aos bons modos do recato. Mas, como mostra a carta de João Luiz Ribeiro à sua filha, o choro teria que ser comedido, dosado para que suas atitudes não comprometessem o papel de “anjo tutelar”. A mulher casada deveria vigiar suas emoções para não comprometer o casamento e, por sua vez, a organização familiar.

O comedimento e o recato também podem ser vistos num outro diálogo, através do “bilhete” à Violeta, escrito por Guiomar¹⁹⁰, uma “recatada” senhorita da

¹⁸⁷ Citado por José Jofilly, op. cit., 12

¹⁸⁸TARGINO, Maria Luíza de Moraes, op. cit., 47.

¹⁸⁹ Trecho da carta de João Luiz Ribeiro Moraes, escrito a sua filha, Luíza Targino em 9 de julho de 1925 reproduzida no livro de memórias de Luíza Targino. Idem, ibidem., 210.

¹⁹⁰ “O bilhete” era o título do espaço criado no jornal que possibilitava diálogos entre Violeta e suas

cidade de Parayba do Norte da década de 20, que confessa ter “corado” ao ler um artigo escrito por um médico sobre “núpcias” e sobre “cirurgias plásticas”, considerando o teor do artigo apenas recomendado a homens.

A própria Luíza Targino, ainda falando sobre seu casamento, e sempre enfatizando sua “pouca experiência”, fala, com certo orgulho, que suas primeiras núpcias efetivaram-se depois de quatro dias de casada, em meio às lágrimas¹⁹¹, tamanha era sua “inocência”: ...“fiquei muito nervosa e chorei. E ele compreendeu minha inocência e foi muito compreensivo comigo”¹⁹².

Esse chorar e esse estado de nervosismo das moças na noite de núpcias, um sinal de “inocência”, de “recato”, de “pureza” era visto de forma muito entusiástica por parte dos noivos: sua noiva era virgem, não tinha “experiência”. Isso significava promessa de fidelidade. Mas, apenas depois de dois meses de casada quando da “visita de seus parentes” Luíza já se colocava como uma mulher amadorecida, como se o casamento fosse, por si só, um mecanismo que transformava a moça “inocente” em senhora de saber, como indica ela nessa fala: “já sentia grande diferença entre quando saí de casa e agora. Estava com outra mentalidade e com mais experiência.”¹⁹³

Ter “experiência”, normalmente, era ter ciência de algo ligado ao saber sexual. Mas, até mesmo para as mulheres casadas, o “saber” sobre o sexo era limitado, uma vez que se deveria ter apenas um conhecimento suficiente para ser aplicado ao parto, aos aconselhamentos das filhas; coisas que circunscritas às utilidades da vida doméstica, ajudavam na preservação da vida familiar, como aponta Luíza Targino, referindo-se à sua educação: “...sexo ninguém comentava, a não ser quando queria distinguir o masculino do feminino” e “minha mãe era

interlocutoras. Entretanto era um espaço irregular, dependia das cartas que chegavam à redação do jornal. Revista *Era Nova*, 1 de novembro de 1922, nº36, AnnoI.

¹⁹¹ Luíza diz que esse já não era um costume comum, mesmo em sua época e que o atraso das núpcias deu-se em decorrência das viagens e por estarem em presença de parentes, op.cit., 49 – 51.

¹⁹² Idem, ibdem.

¹⁹³ Idem, ibdem, 51.

muito cuidadosa com o que nós líamos".¹⁹⁴

Dessa forma, controlar as leituras, podia significar em alguns casos controlar a sexualidade das mulheres, controlar a moralidade das mesmas. Cabia às mães preservar a "inocência" das filhas para o futuro marido, vigiando seus gestos, filtrando as informações que chegavam até as moças. A "experiência", então, parecia ser sinônimo de um certo saber sobre o sexo, que deveria se restringir apenas ao casamento e, mesmo assim, com a finalidade de manutenção da família, porém nunca como um conhecimento que colocasse em risco a fidelidade.

Pensando em preservar a boa reputação de sua família e com medo de perder a autoridade sobre as filhas, muitos pais se preocupavam não só com que liam, mas também com o que escreviam, proibiam as moças de irem às escolas, para que elas "não escrevessem bilhetes aos namorados". E mesmo as moças que tinham acesso à escola, fora das aulas deveriam ficar "recolhidas em casa e as mães então, compenetradas de seu dever, impõem os trabalhos de *crochet* e coisas semelhantes"¹⁹⁵.

As trocas de bilhetes aconteciam principalmente durante as festas. Em João Pessoa, na Festa das Neves, padroeira da cidade, que ocorria na familiar Rua Nova, os rapazes e moças depois de "langorosos olhares", trocavam também os bilhetes de amor. O "comércio" amoroso ocorria principalmente em torno das nove horas da noite, no "horário da onça", como afirma o contemporâneo Alfio Ponsi:

Dizia-se até que nove era a hora em que soltavam a onça, porque os namorados trocavam os últimos e furtivos olhares, grupos de moças e rapazes passando bilhetinhos. Dando-se os braços as moças passeavam em torno do coreto e em sentido contrário giravam os rapazes, a cada encontro trocavam-se langorosos olhares, ponto inicial de incendiários romances que, muitas vezes terminava em casamento.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, 49.

¹⁹⁵ O artigo, assinado por um anônimo de iniciais J. B. é escrito à *Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1921, ano I, nº. 5.

¹⁹⁶ O depoimento de Alfi Ponsi, registrado no livro de AGUIAR, Wellington/OCTÁVIO, José. *Uma cidade de Quatro Séculos*, op. cit., 221.

As cartas serviam tanto para intermediar namoros, quanto relações ilícitas; tanto para efetivar casamentos quanto para destruí-los. E quando as escritas e as leituras compunham o cenário de transgressão feminina?

Um conto de Armando Cursio escrito para a *Era Nova*, em 1924, narra o episódio de uma triângulo amoroso na alta sociedade. O conto fala do adultério praticado por Kelly e o amigo de seu marido, ironicamente chamado de Franco. A traição quase é descoberta, quando o advogado bem conceituado flagra sua esposa com um bilhete do amante. Kelly, descrita pelo autor como dissimulada e astuta, safa-se rapidamente ao “gritar com voz tenebroza”:

Prohibo-te de suspeita. Prohibo-te que me enterrogues, que analyses minhas palavras, que duvides das minhas afirmações. Esta carta encontrei-a em um livro de minha irmã, sobre a mesinha de trabalho, na sala de jantar. O livro chama-se *A Turca de Montfort*¹⁹⁷.

Ao chamar a atenção dos leitores para o fato do marido ser um advogado, inclusive, não um advogado qualquer, mas um “agudo jurista que tinha clareza das coisas”, o autor valoriza ainda mais a perspicácia da personagem Kelly, ao afirmar que ela, através de uma riqueza de “detalhes”, cria uma “mentira” perfeita. Esse conto, que tem por título “A escola de amor”, problematiza o risco que representava a literatura, que fornecendo material perigoso às mulheres casadas, pois, nas palavras do cronista Armando, Kelly “improvisa uma dessas mentiras que os novellistas suggerem às mulheres adúlteras”¹⁹⁸.

Assim, as perigosas apropriações da literatura feitas por Kelly, podem ser entendidas quando observamos o procedimento da leitura¹⁹⁹ e da escrita de outras

¹⁹⁷ *Era Nova*, Parahyba, dezembro de 1924, nº 71, ano IV.

¹⁹⁸ Os anúncios fornecem uma lista de revistas que as mulheres tinham acesso nas primeiras décadas do século XX: *Saison Parisiense*, *La Belle parisiense*, *Paris Albem*, *Votre Goufte*, *Grande Revue das Modas*, *Recorde*, *Stella Vogue*, dentre outras revistas que circulavam no Estado, e outros títulos afins como *Vida doméstica*, *A noiva moderna*, *Moda e bordado*, *De casa*, etc.

¹⁹⁹ Tal como lembra Darnton, a leitura atingiu diferentes grupos sociais em diferentes épocas, e “as pessoas liam para salvar suas almas, refinar suas maneiras, conservar suas máquinas, seduzir seus namorados, informar-se sobre atualidades e simplesmente para se entreter”. DARNTON, Robert, *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 155.

personagens femininas. Num certo sentido, a própria Violeta²⁰⁰, cronista da *Era Nova*, deixa transparecer essa captura das leituras feitas pelas mulheres a partir dos romances e dos contos publicados nas revistas e jornais. Talvez, por isso Violeta apareça como uma figura enigmática e, por vezes, contraditória em suas escritas, pois, ao se apresentar como uma mulher casada, culta, apropriando-se de escritores clássicos, desde a Filosofia francesa aos textos médicos produzidos na Paraíba, consegue, a partir dos mesmos escritos, colocar-se, em dados momentos, como a mais fiel defensora dos princípios morais de época e, em outros, explicitar de forma irônica sua insatisfação com seu estatuto de mulher casada. Em alguns momentos, ela chega a brincar com suas leitoras, como por exemplo, nesse desabafo em relação ao lugar que a mulher ocupa na sociedade:

Quando meninas, mandam-nos brincar com bonecas; e, mais tarde, quando já mulheres, mandam-nos servir de bonecas para os homens²⁰¹

Se no texto, anteriormente citado, Violeta defende a atitude da mulher, como mãe que "molda" os filhos, em outro momento, ser mãe para ela era colocar em risco a beleza, que em sua opinião era a "arma da mulher":

Após dar à luz dois ou três filhos, as linhas fundamentais do seu sexo se lhe deformam. A sua estrutura anatômica soffre consideravelmente com a maternidade, e a epiderme se lhe empergaminha como uma folha de papyro egycio²⁰².

²⁰⁰ Tudo indica que Violeta é uma ficção, pois não encontrei outros resgistros. Ela não aparece em eventos sociais e nem é citada em outras colunas Para uma interessante leitura sobre as escritoras paraibanas, ver a dissertação de SILVA, Alômia Abrantes da. *As escritas femininas e os femininos escritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20*. Mestrado em História, Recife, UFPE, 2000, 56-93.

²⁰¹ *Era Nova*, Parahyba, 1 de março de 1925. Anno. V, nº 34.

²⁰² Idem, ibdem.

Que "influência" seu discurso causaria às mulheres de sua época? Ou ainda, que tipo de leitura fariam suas "leitoras" desses textos que pudessem ameaçar o equilíbrio entre as relações do masculino e do feminino? As respostas são difíceis, embora seja possível, através de alguns diálogos entre escritora e leitoras, publicados pela *Era Nova*, ter-se um parâmetro dessa relação e dessas complexas redes de poder que possibilitaram aos contemporâneos "vigiar" as leituras femininas e/ou que fizeram com que muitos homens temessem um sistema educacional que abriu, para elas, outros espaços de saber, para além das fronteiras do lar.

Algumas correspondências trocadas entre Violeta (mulher casada) e sua leitora Guiomar (solteira), podem dar visibilidade aos muitos diálogos que ocorriam nos bastidores da Imprensa. No caso de Guiomar, por exemplo, sua reação ao artigo de Violeta, comentando um artigo do médico Elpídio de Almeida sobre "núpcias", mostra como ela era uma leitora assídua de Violeta e parecia se guiar por seus conselhos:

Não foi sem susto que li a sua última carta. Deu-me a impressão bem triste de que você vae esgarçando-lhe um ar de pureza que era uma verdadeira fascinação. Pois não é que você, minha cara amiga, além de ler, foi se aproveitar para sua carta do assunto escabroso sobre que discorre longamente o Elpídio de Almeida?! Este moço devia sobre todos os seus trabalhos collocar, em letras bem visíveis, um aviso de que a sua leitura era só permitida para os homens. Inadvertidamente fui uma vez ler um artigo desse jovem médico sobre o problema nupcial e, aos primeiros períodos, tive de abandoná-lo horrorizada, com o rosto em fogo e a consciência escaldada²⁰³.

Algumas questões podem ser colocadas aqui: primeiro, Guiomar teria mesmo, lido "uma vez", somente, os artigos do médico que costumava escrever sobre temas considerados ousados? Teria, mesmo, interrompido a leitura do artigo do médico, "aos primeiros períodos" como afirma? E se não leu ou não costumava

²⁰³ O Bilhete, *Era Nova*, Parahyba, 1 de novembro de 1922, nº36, Anno I

ler os referidos artigos que ela considera uma "leitura para homens", leu por sua vez, "as cartas" escritas para mulheres - escrita na mesma revista -, que abordavam o mesmo assunto e talvez com a mesma curiosidade com que deveria ler tudo o que tinha acesso essa jovem e futura esposa, mesmo se inscrevendo num discurso conservador.

Como diz a própria Violeta, talvez, em resposta às insinuações da leitora Guiomar sobre sua "honestidade" de mulher casada, "a língua humana (...) na exteriorização de seus conceitos e de suas mais insígnias paixões, a sua maravilhosa plasticidade adquire todas a variedades e infinitas formas em que pompeia o ódio, a intriga e a traição"(...) "penetrando nos lares até aos seus Mais sagrados recessos. Desmanchamos casamentos".²⁰⁴

Uma "maravilhosa plasticidade da língua" também percebida na escrita de muitos contos publicados em revistas paraibanas, embora escritos em geral por homens, mostra que uma nova figura de mulher infiel estava ganhando visibilidade na sociedade paraibana. Estas revistas, quando tratam de adultério feminino constróem um modelo de adúltera pautado em alguns elementos: uma "mulher burguesa", de cerca de 30 anos, bem vestida e que usava perfume francês - a exemplo da personagem do conto citado no primeiro tópico deste capítulo, que o escritor Júlio Dantas fantasiou ser amante de amigo médico. Outro exemplo, a personagem Encarnação, uma adúltera, também descrita como mulher da alta sociedade, no conto de Miguel Sawa, "Arguria de mulher".²⁰⁵

O conto começa com a descrição do ambiente e das pessoas que escutam sua história: só havia homens em torno de uma mesa em que se sorvia café. Ao seu público masculino, ele começa dizendo de um bilhete misterioso que recebera, no qual era convidado a visitar uma senhora. Ele atende ao pedido, mesmo sem saber de quem se tratava, e é recepcionado, "às doze em ponto" por uma moça que o

²⁰⁴ Carta de Mulher, *Era Nova*, Parahyba, 24 de dezembro de 1922, anno II, nº 38.

²⁰⁵ *Era Nova*, Parahyba, 15 de maio de 1925, nº 75, ano V.

conduz a um dos quartos da casa. "A senhora o espera", diz a moça fazendo-o entrar no quarto da mulher. O narrador diz que ela fala de suas "histórias vulgares", de "amores não correspondidos, de engano e traições..."²⁰⁶. Durante o diálogo, o homem descobre que tivera com a mulher, Encarnação, uma relação anterior. Eles se conheciam e já tinham uma história no passado. A história é finalizada com um flagrante do marido no momento em que os dois começavam a tratar de antigas relações.

A narrativa mostra as astúcias de uma mulher infiel a partir da conveniência de seu *status* social: o bilhete, os locais de encontro; a própria convivência da empregada; a facilidade do trânsito masculino na casa de mulheres casadas em horários convenientes para possíveis encontros - "doze em ponto", diz o bilhete. Este seria um universo peculiar do adultério feminino, criado especificamente pelas (ou para) as mulheres aburguesadas. Essa adúltera descrita pela literatura é também aquela que tem acesso a todos os lugares de perigo bem como à própria literatura. A protagonista de Miguel Sawa, ironicamente, "encarnava" os medos sociais da infidelidade materializada na feminilização e na desmasculinização dessa sociedade, talvez por que era principalmente nas ricas burguesas que o adultério mais traria conseqüências morais e econômicas. Nesse sentido, se as leituras eram consideradas perigosas quando feitas por mulheres, as leituras masculinizadas sobre as mulheres também o eram.

O conto fala, ainda, da exemplaridade dos casos de adultério feminino, isto é, do flagrante do marido - neste caso, do marido de Encarnação - e de sua reação frente ao adultério da mulher. Mas, se a intenção era falar de uma exemplaridade tanto para a mulher casada quanto para o homem, como controlar a forma de leitura do conto? Como esse conto era lido pelo público feminino? E, ainda mais, seria esta "história" apenas uma criação literária, uma ficção?

Não é a toa que as imagens de mulheres como Encarnação e Kelly são criadas concomitantes à imagem de mãe, como "anjo tutelar", criado pelo ideal

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

burguês, entre as décadas de 20 e 30 na Paraíba. Um ideal em que todas as esperanças de uma sociedade sadia, disciplinada, e principalmente fiel/cívica, pleiteada pelos médicos, pedagogos e pela justiça, se voltava para a mulher burguesa com discursos divulgados, principalmente, na imprensa.

Dessa forma, a imprensa não é somente um lugar de denúncias, de propagandas de remédios milagrosos, de relatos de guerras, de discussões político-partidárias, de conselhos médicos, mas é, também, um lugar de difusão de modelos comportamentais. E a partir das próprias imagens institucionalizadas sobre a adúltera, ou mesmo sobre os modelos de mãe/esposa efetivados, a imprensa também abre possibilidades para a reelaboração de outras figuras de pai, de mãe, de filhos, de esposa.

4 - casamento: uma solução para a honra feminina.

Face aos "lugares de perigo" que ameaçavam a honra feminina, principalmente os higienistas e autoridades pedagógicas logo se dignaram ao labor de moralizar a sociedade paraibana, a partir da valorização do casamento "sadio".

Embora o casamento e as insatisfações amorosas estivessem presentes na primeira década na Paraíba, é principalmente na década de 20, momento em que, pelo menos, na imprensa o tema do casamento aparece como uma espécie de termômetro para medir a tensão das relações de gênero²⁰⁷. Tanto na *Era Nova* como em periódicos de pequena circulação, ou mesmo o jornal, *A Imprensa*, a crítica ao casamento era feita por homens de diversos setores da intelectualidade paraibana. Médicos, políticos ou colaboradores dos jornais, assim como as

²⁰⁷ Analisando a "modernização de gênero" no Brasil entre nas primeiras décadas do século XX, Susan Besse aponta para uma "crise" da família na década de 20, mostra como "progressistas" e "conservadores" convergiam no sentido de aceitar uma "intervenção estatal" como solução para a "crise da família". E, mesmo discordando das maneiras de organizar a família, esse investimento resultou em combinação de estratégias para amparar a instituição do matrimônio. Uma dessas estratégias foi a criação, em 1939, da Comissão Nacional para a Proteção da Família. BESSE, Susan K, op. cit., 70.

mulheres, principalmente as de famílias abastadas e quase sempre pertencentes a elite intelectual, se pronunciaram e dividiram opiniões quanto ao contrato conjugal²⁰⁸.

Muito embora a temática seja marcada por uma explícita insatisfação quanto à relação conjugal de ambos os sexos, é possível marcar uma diferença de posicionamento entre as opiniões masculinas e femininas que se inscreveram na imprensa. Enquanto muitas mulheres criticavam o casamento atribuindo o fracasso do mesmo à postura masculina, pois para elas os homens não tinham “sensibilidade” e nem amor, para os homens o desencantamento com o casamento era marcado pelo medo perante o novo comportamento feminino, mediante as suas insubordinações. O medo do adultério parecia, segundo os debates de época, combinar perfeitamente com as novas posturas das “mulheres modernas”. Essa era a opinião de um moço casadouro, Adhemar Vidal, que dizia ser o matrimônio para essas mulheres uma “imediate excitação” que atenderia aos seus “apetites carnis” contrariando, assim, os anseios do futuro esposo que desejava antes:

Não uma bacchante nua; elle quer é um ser modesto, decente, contido, é uma jovem bem educada, reservada, com cultura, que pense, que tenha espírito aberto aos interesses superiores, que seja laboriosa, séria, capaz de abnegação...²⁰⁹

Com todas estas exigências sobre a esposa ideal, o escritor da revista *Era Nova*, Adhemar Vidal, ainda era mais incisivo ao se referir à fidelidade, afirmando que o que mais esperava das mulheres era : “... que inspirem confiança, sobretudo confiança”.²¹⁰

Essa falta de confiança nas mulheres denunciada por muitos

²⁰⁸ Sobre a modernização do casamento no Brasil na primeira metade do século, ver. GOMES, Cleusa. “Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil moderno(1900-1940)”. Mestrado em História, Campinas, UNICAMP, 2001.

²⁰⁹ *Era Nova*, Prayba, 15 de fevereiro, 1922, ano II, nº 21.

contemporâneos era legitimada pela idéia de que elas "não amavam", "como antigamente" e apenas viam, no casamento, a possibilidade de aquisição econômica. Um bem humorado colaborador também da mesma revista, que assinava apenas como Gaspar, dizia, em 1924, que o casamento "deixou de obedecer às leis do coração para reger-se unicamente pelas do estômago"²¹¹, o que teria provocado uma diminuição do casamento. Ele tenta explicar esse fenômeno de forma bastante didática, utilizando, inclusive, a "economia política", principalmente, de Adam Smith, para afirmar que "o *stock* de mulheres no mercado", todas desejosas de casar, era maior do que o número de homens disponíveis e, além disso, a "carestia da vida e o excesso de luxo das mulheres seriam ainda as causas que afastariam os homens do matrimônio, pois, segundo o autor, o estômago do homem também estava "raciocinando"..."²¹²

A observação de Gaspar sobre a mudança na valoração do casamento está imbuída da concepção, reinante nas primeiras décadas, de que os costumes estivessem desmoronando. Ele se inscreve num período em que as mulheres já poderiam escolher seus maridos, em muitos casos, sem grandes interferências da família. Por outro lado, ainda nas páginas de papel *couchet* da revista *Era Nova*, essa tensão em relação ao casamento também era explicitada pelas mulheres, a partir de um outro elemento que era a falta de liberdade na relação. No artigo "O casamento", Violeta mostra a sua insatisfação em relação ao casamento, definindo-o "como as teias da aranha, em cuja trama finíssima de ouro a vida em comum é um martírio":

Eu e meu marido vivemos numa perpétua luta íntima, enredados ambos numa mesma meada de amarguras, meada imperceptível para ti, mas de que não podemos fugir, à semelhança desses insetos, ricos de cores e tons, arremessados, na vertigem do seu vôo, de encontro ao tecido luminoso das

²¹⁰ *Ibidem*, *ibidem*.

²¹¹ Esse artigo consta num quadro da *Era Nova*, intitulado "Banalidades elegantes". Anno VI, nº 80, 1925.

²¹² *Idem*, *ibidem*.

telas, que as aranhas urdem, traiçoeiramente à sua espreita.²¹³

A escrita metafórica de Violeta fala de uma relação tecida pelas amarguras da vida conjugal efetivados pelos laços indissociáveis do casamento. Um contrato social que mascara as relações conflituosas ou, em suas palavras, "meadas de amarguras" que são "imperceptíveis". Sua insatisfação com o casamento é reafirmada ao enunciar o desejo de livrar-se dessa relação que a aprisiona, e explicita o desejo de alcançar a liberdade para além do casamento, através da metáfora da "vertigem do seu vôo".

A idéia de prisão também é citada por muitos jovens que compunham a elite paraibana intelectual na década de 20, muitos deles escritores, advogados e políticos. Num questionário elaborado pela jovem Analice Caldas, publicado na mesma revista²¹⁴, ao indagar a um dos entrevistados sobre o que os homens pensavam do casamento, o mesmo responde que isso era para ele "um peso de chumbo dentro de um véo de fantasia"²¹⁵ ou, como define o político Celso Mariz, "um grande instituto em decadência"²¹⁶. O poeta Carlos D. Fernandes dizia ser o casamento "uma tolice imprescindível"²¹⁷.

Todavia, por mais que alguns homens da elite intelectual criticassem o casamento, tanto pelo temor da infidelidade como pela descrença na instituição do matrimônio, eles continuavam querendo casar. Isso pode ser percebido pela resposta dos homens entrevistados à pergunta seguinte do questionário de Analice Caldas, "O casamento deve ser a primeira ou a última aspiração?". Na maioria das vezes, a resposta é que "deveria ser a primeira", sendo por exemplo, a resposta de Celso Mariz que, na mesma entrevista, havia declarado sua descrença

²¹³ Do Album de Analice Caudas, *Era Nova*, Parahyba, julho de 1924, ano IV, n.36,.

²¹⁴ O álbum, como já informei no primeiro tópico desse capítulo, era uma espécie de questionário de moças dirigido aos rapazes. Abordava várias questões como: ciúme, amor, sobre o que pensavam de homens e de mulheres, casamento, etc.

²¹⁵ Resposta de Rodrigues Alves ao questionário de Analice Caldas. Op.cit., 15 de março de 1925, nº75, anoV.

²¹⁶ Do Album de Analice Caldas, *Era Nova*, Parahyba, fevereiro de 1924, ano IV, nº 57.

²¹⁷ Idem, ibidem, abril de de 1924, ano IV, nº61.

no matrimônio como instituição. Essas falas, aparentemente contraditórias, ganham coerência se comparadas com as caracterizações que eles formulam sobre o ideal de feminilidade: "a virgem *d'O Sposalizio de Rafael*"²¹⁸. O que mostra que mesmo em face aos descontentamentos referidos às relações conjugais, o casamento ainda era legitimado na sociedade, pois, talvez, ele fosse concebido ainda como espaço de autoridade masculina, desde que a figura feminina conservasse antigos modelos de comportamento e cumprisse, "decente" e "abnegada", seu papel de esposa, como deseja Adhemar Vidal.

Para muitos homens, o casamento somente era indesejado quando a esposa não correspondia aos seus anseios, quando fugia aos modelos de esposa do lar, quando ameaçava, por mais sutil que fosse, com a prática de adultério. Nesse sentido, portanto, o problema também consistia em não poder trocar de esposa facilmente, uma vez que com o casamento civil, "desfazer o nó" era quase impossível²¹⁹.

Em meio às insatisfações que homens e mulheres conferiam às suas relações conjugais, o divórcio também teve seu lugar de destaque. Principalmente a partir da década de 20, tanto na Paraíba quanto no restante do país, acirraram-se o debate sobre o divórcio como uma ameaça à dissolução das famílias ou como solução para suas crises. Enquanto alguns, principalmente os religiosos, colocavam-se contrários ao divórcio, outros como o cronista Durval de Albuquerque, em artigo "A Terra, O Amor e o Século Vinte", da revista *A Ilustração*, conta a história de um drama vivido por uma jovem impossibilitada de casar com um homem "desquitado", uma vez que seu sentimento é descrito

²¹⁸ Resposta do jornalista, Celso Mariz. Idem, *ibidem*.

²¹⁹ O desquite somente era permitido, em casos de adultério, de tentativa de homicídio, maus tratos ou ferimentos graves, abandono do lar voluntário por dois anos. ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro*. Rocco, 1993, 138.

como “amor ilegal”. O enredo problematiza a incompatibilidade entre o amor e a lei, a partir da questão colocada pela personagem Diana: “Aqui estou. Que deseja de mim a Lei?”²²⁰

Nos debates institucionais, o jurista Gerson Fonseca, ao discutir sobre o tema em “Manifestações favoráveis ao divórcio”²²¹, aponta para uma “formação de correntes de opinião” favoráveis e contrárias ao divórcio que resultaria, desde 1893, em várias propostas para a sua efetivação na lei. O principal argumento em relação ao divórcio era o de que se “a sucessão e legitimidade dos filhos não se provam mais pela certidão do pároco, mas pela certidão de registro civil, o casamento perdeu seu caráter místico de laço divino, para ser um ato jurídico, um ato humano, as convenções ou contratos (...) podem e devem ser dissolvidos quando umas das partes contratantes faltar ao cumprimento das obrigações que contraiu”²²². Dessa forma, o casamento passaria a ser um *contrato* como outro qualquer.

Segundo Gerson Fonseca, quando foi colocada a proposta da aprovação do divórcio, muitos pareceres foram favoráveis, entretanto ele não conseguiu ser aprovado. O autor afirma que o insucesso ocorreu pela reação religiosa “que mobilizou todas as forças de intimidação” para impedir a promulgação da lei. Uma “intimidação” que se manteve vencedora visto o divórcio somente ter sido aprovado no país em 1977²²³.

Levado a um nível mais geral do debate, entende-se que, se por um lado, o divórcio possibilitava ao casal contrair um novo matrimônio, por outro, colocava em xeque a própria idéia de Pátria, constituída, nesse momento, pelo discurso republicano, pois o casamento monogâmico e oficial permitia à sociedade se organizar sobre a égide da família no sentido da instituição provedora de cidadãos obedientes à Pátria. Entretanto, como afirma Susan Besse, ao situar esse debate no

²²⁰ *Era Nova*, Parahyba, julho de 1924, n.36, ano IV.

²²¹ FONSECA, Gerson. *Divórcio para não católicos*. Rio de Janeiro : José Bonifácio, 1958.

²²² *Idem*, *ibidem*, 76.

²²³ Embora o termo divórcio seja usado até 1916, somente havia separação judicial de pessoas e bens,

contexto da modernização do casamento, os defensores masculinos do divórcio tinham por alvo o fortalecimento da instituição matrimonial, uma vez que "a incompatibilidade e o adultério estavam destruindo os casamentos e por vezes, levando a virulentos crimes domésticos. Então o divórcio, ao legalizar e regular a dissolução dos matrimônios de mau augúrio, ajudaria a moralizar e legitimar a instituição", na medida que funcionaria como "válvula de escape"²²⁴.

Dessa forma, eleger o casamento civil - a partir do casamento higiênico que extinguiria a pluralidade das relações amorosas -, é afastar a sombra da prostituição para salvaguardar a família moderna e afastá-la da desonra social. Na Paraíba, estes são os argumentos de intelectuais como Horácio de Almeida, insistindo que a não efetivação do divórcio apenas impossibilitaria a mulher de ter um novo casamento nos moldes legais, pois a separação de corpos, como até então ocorria, ainda deixava o casal ligado pelo compromisso institucional, o que não impedia as mulheres de vivenciarem novas relações amorosas, comprometendo a honra familiar, pois continuavam ligadas juridicamente aos ex-maridos.²²⁵ Assim, para alguns homens que se posicionavam favoráveis ao divórcio, o casamento ainda era a única alternativa possível para a mulher viver respeitavelmente, visto que, mesmo com a efetivação do desquite, ela ainda permaneceria em adultério.

O casamento era, então, a maneira mais viável para que a mulher cumprisse seu dever social de maternidade, pois, mesmo tendo sido ele promovido na sociedade paraibana, pautada sob o desejo de modernização do Estado, era uma obrigação tanto para o homem como para a mulher. Principalmente no caso feminino, o casamento viria a ser uma condição que consumiria sua própria existência, uma vez que estava diretamente vinculado à possibilidade da maternidade. Com base nisso, um dos argumentos mais usados pelos discursos masculinos era que o casamento impediria, portanto, que a mulher se tornasse

no entanto, sem dissolução do vínculo matrimonial. Ver ARAÚJO, Rosa Barbosa. op. cit., 248.

²²⁴ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil(1914-1940)*, op. cit., 66.

²²⁵ Divórcio a Vínculo, *Jornal Reação*, João Pessoa, agosto de 1933, ano I, nº 3, 3-4.

"uma mulher falida na existência", como é dito mais especificamente em dois textos: Adhemar Vidal, num artigo sem título escrito à *Era Nova* em 1924, tematiza a mulher solteira sem encantos que, não despertando o desejo de nenhum homem, jamais se casará e Vicente Ragoneti, num conto intitulado "Para realizar um casamento tranqüilo", é ainda mais enfático ao afirmar que "na vida a finalidade única da mulher é o casamento", pois, através dele, conquistaria a "liberdade, o lar, a família, o amparo da velhice". A mulher que não casa, segundo o conto, seria uma "falida" na vida²²⁶: "ou torna-se uma solteirona, e é odiosa. Ou torna-se uma hetaira, e é odiosa"²²⁷.

Assim, a problematização do casamento se amplia quando também os médicos paraibanos começam a ocupar espaços nos jornais para falar da eugenia, a exemplo do que ocorre no resto do país, quando a concepção de nação é norteada pela idéia de "seleção da espécie humana" para impedir a "aquisição de caracteres degenerativos" e afastar o "abastardamento da raça"²²⁸. Intelectuais paraibanos, como os médicos João Dantas e Elpídio de Almeida, que tiveram formação no Rio de Janeiro e que estavam informados sobre os avanços nos debates da ciência médica, escrevem em favor desse "melhoramento da raça", defendendo a moralidade e higienização das relações amorosas e se colocando a favor do casamento higiênico.

Nesse sentido, as concepções sobre a eugenia também ajudam a estabelecer padrões de comportamento que irão interferir nas relações amorosas, pois, ela

²²⁶ Tentando mostrar a importância do casamento, do sentimento de família para a sociedade moderna do início do século XX, Augusto Forel analisou, entre outras personagens sociais, a psicologia do "celibatário" e da "solteirona" e assim os define: o celibatário "é, de ordinário, pessimista e triste, facilmente escravizável a hábitos e manias, egoístas"; a solteirona "não possui faculdade de criar algo original por meio de suas próprias combinações intelectuais, de sorte que, faltando-lhe o amor, toda a sua mentalidade se impertiga". FOREL Augusto. *A questão Sexual*. op. cit., 123-12

²²⁷ *Ilustração*, João Pessoa, junho de 1937, ano III, nº 35, 8.

²²⁸ Segundo Paulo Godoy, a nação é estruturada a partir da intervenção da eugenia, uma vez que a seleção da espécie humana "eliminará do seio da humanidade os indivíduos incapazes, degenerados, criminosos, cocoplásticos, enfim, todos os que trazem em seu sangue os estigmas da degeneração e do abastardamento da raça entretendo, assim, a senda do progresso material e espiritual dum país", GODOY, Paulo. *Eugenia e seleção: téze inaugural*. São Paulo: Editora Helios

definirá os "modos" do bem amar. Como afirma o próprio Elpídio de Almeida, através de "exames pré-nupciais" poderi-se-ia evitar "que moças sadias e puras" se casassem com indivíduos contaminados e, ao invés de gerar "crianças risonhas e felizes, viessem a gerar seres degenerados e inúteis"²²⁹: "Tornemos necessário o exame nupcial, como indispensável a effetação do matrimônio, e teremos concorrido, poderosamente para o aperfeiçoamento moral e phisico de nossa raça"²³⁰.

Segundo o autor, esse procedimento não só traria um "grande bem para os cônjuges como para a posteridade"²³¹. O casamento eugênico rejeitava os casamentos consangüíneos e todas as providências deveriam ser tomadas para evitá-lo em função da "afinidade" do casal moderno. Os médicos ditavam as novas regras desse "contrato liberal" que era o casamento: além dos exames pré-nupciais, que pretendiam detectar doenças sexuais, os médicos desaconselhavam casamentos em que houvesse uma grande diferença de idade, como ocorria com os casamentos endogâmicos, que eles consideravam arcaicos nesse período. Era o próprio Código Civil republicano, através do artigo 183, que proibia casamentos entre parentes próximos.²³²

Limitada, 1927, 24.

²²⁹Não somente Elpidio de Almeida, como João Dantas, nessa mesma edição da revista, também se pronuncia em favor do eugenismo, a partir de argumentos semelhantes. Ele também propõe exames antes do casamento para atestar a unidade dos noivos. *Era Nova*, Parahyba, anno I, 1 de maio de 1921, nº3.

²³⁰ *Era Nova*, Parahyba, 1 de maio de 1921, ano I, nº3

²³¹ Esse processo de valorização do corpo é semelhante ao tratado por Foucault quando da hegemonia da burguesia entre os fins XVI e princípios do século XIX. Segundo ele, "a valorização do corpo deve mesmo ser ligada ao processo de crescimento e de estabelecimento da hegemonia burguesa; mas não devido ao valor mercantil alcançado pela força de trabalho, e sim pelo que podia representar política, econômica e, também, historicamente, para o presente e para o futuro da burguesia, a cultura do seu próprio corpo". FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, op. cit., 118.

²³² Conta-se que "um desafortunado joven" foi obrigado a se casar com sua tia, a quem nunca havia conhecido antes. Durante a cerimônia, a noiva permaneceu coberta por um véu espesso e escuro e somente depois de realizado o casamento, o noivo descobriu que sua tia tinha uma deficiência facial e não conseguia falar normalmente. Outros exemplos destes casamentos "arranjados" eram os que se realizavam com meninas muito jovens, nesse caso o noivo- sempre mais velho - a devolvia para a família e esperava que ela completasse a idade de 12 anos para assumir o papel de esposa. LEWIN, Linda, op. cit., 165.

Vendo-se ameaçados pelas novas regras de laços familiares, alguns intelectuais representantes da elite "tradicional" lutaram pela permanência desses casamentos que permitiam a hegemonia das oligarquias. Em 1923, José Américo de Almeida ainda "defendia a prática do casamento consangüíneo" e "censurava os críticos que atacavam a endogamia por suas pretensas conseqüências genéticas deletérias"²³³. Mas, segundo Linda Lewin, "tipicamente, na década de 20, a noiva e o noivo não apenas não eram parentes por sangue, mas também, pertenciam a famílias de diferentes facções políticas"²³⁴

A crítica de José Américo de Almeida mostra como o casamento começava a perder o caráter de "acordo" entre famílias e favorecimentos políticos, para se tornar um contrato moderno, abençoado pelo novo Código republicano e efetivado pela livre escolha dos próprios cônjuges norteados pelos ditames do amor romântico. Por outro lado, o próprio amor romântico também sofre críticas das autoridades jurídicas e médicas, que o viam como um argumento dos maridos para justificar as práticas de violência conjugal²³⁵.

É intentando melhorar o corpo e moralizar a sociedade que a eugenia também se preocupou em modernizar o amor. Mas o amor é colocado em segundo plano, uma vez que era o resultado do exame pré-nupcial que definiria a possibilidade ou não do casamento. Tudo era, assim, cuidadosamente planejado para que o casamento se tornasse, antes de tudo, uma relação duradoura - de preferência, eterna -, em que o casal não tivesse nenhum motivo para a anulação

²³³ Idem, *ibidem.*, 161.

²³⁴ Idem, *ibidem.*, 157.

²³⁵ Nas primeiras décadas do século XX, juristas e médicos concordavam que o amor romântico era nocivo ao casamento sadio. O higienista e criminologista Afrâneo Peixoto argumentava que a idéia do crime passional estava "enraizada no romantismo do século XIX, que tinha exaltado a emotividade ao ponto de os assassinatos de esposas serem glorificados como crimes da paixão". Por esse motivo, ele condenava o "amor romântico" e elegia o "amor moderno", baseado no "autocontrole". BESSE, Susan K., *op. cit.*, 190.

futura. Porém, a “fidelidade” entre os cônjuges seria uma garantia institucional desse “aperfeiçoamento moral” e desse “aperfeiçoamento da raça”?

Era preciso mais do que um casamento biologicamente perfeito para que o casal permanecesse unido e para que fosse possível uma eficaz moralização social. Essa preocupação levou muitos médicos, nas primeiras décadas do século XX, à preocupação com o amor como estratégia para a conservação do casamento monogâmico. Alguns médicos atribuíam o adultério à “inabilidade de um esposo ou esposa de satisfazer as necessidades sexuais de seu ou sua cônjuge”²³⁶. Por isso, os médicos tentam transpor o “erotismo” para dentro do casamento, ou seja, se durante muito tempo o sexo fora do casamento era permitido ao homem – nas casas de recursos ou com as amantes – isso começa a ser criticado a partir de uma tentativa de mudar as relações de casamento, num movimento que se poderia chamar de modernização do amor. Ao destronar o amor romântico, os casais eram instruídos a “transformar a paixão em amor doméstico e amizade conjugal”, constituindo assim, o “amor” ideal, “útil”²³⁷.

Essa tentativa de tornar o “amor útil” não invalidava a delimitação das práticas morais, ele combina, perfeitamente, com a proposta do casamento higiênico. O erotismo deveria ser reservado ao âmbito do casamento, à medida em que se isolava e se demarcava cada vez mais o espaço da prostituição como espaço da “sujeira” que deveria ficar afastado dos espaços urbanos e longe das “famílias de bem”. O casamento se tornou o único lugar “sadio” para a prática do sexo, definido como um “prazer comedido – nem excessivo e nem ausente –, que garantia a reprodução da espécie e não ameaçaria a integridade do corpo”. É essa idéia de sexualidade que vai fundamentar a uma organização dos espaços nas

²³⁶ BESSE, Susan K. *RestruTURando o patriarcalismo: a modernização do gênero no Brasil, 1914-1940*. Op. cit., 1996, 78.

²³⁷ Margareth Rago, em artigo sobre os manuais de higiene do início do séc. XX, mostra um verdadeiro receituário para os atos sexuais, em favor da duração do casamento. ‘O prazer no casamento’. In: *Idéias*. Campinas: Revista do Instituto Histórico de Filosofia e Ciências Humanas, jul/dez/1995, 75.

idades brasileiras do séc. XX, como analisa Margareth Rago²³⁸, ao discutir os processos de urbanização e a geografia do prazer e de como as relações sexuais entre homens e mulheres, na sociedade brasileira aparecem, naquele momento, como um problema.²³⁹

Na Paraíba, a cisão entre o “amor” e o “sexo”, existente no casamento, também é problematizada, principalmente a partir da década de vinte. Em 1923, o artigo de Péricles Moraes, “Julio Dantas Charmeur: a propósito da chronica ‘arte de amar’”, alerta os homens paraibanos sobre os perigos da “infidelidade feminina” dentro do casamento que se constituiu sem uma base amorosa:

O marido, amado desde o primeiro instante, pode excluir de suas cogitações a possibilidade remota de uma intemperie na vida matrimonial (...) Ao contrário, o pendor affectivo inexistente, o marido é um condenado (...) não há lei capaz de impedir de falar uma mulher tagarela, ou de procurar amantes uma mulher lasciva. É inútil educal-a, ensinando-lhe os deveres da esposa.²⁴⁰

Mas, se para o autor, o amor no casamento é uma segurança da fidelidade dos parceiros, um outro pré-requisito apontado por ele, seria, também, o de “conhecer a mulher”, pois era difícil ter a certeza de que se havia escolhido a esposa certa, ou melhor, se ele estava sendo amado. Essa seria, então, uma necessidade para o homem que desejasse encaminhá-la para seus deveres de esposa, embora não fosse uma tarefa fácil. Como exemplo disso, o autor cita

²³⁸ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 15

²³⁹ A historiografia aponta para uma acirrada clivagem entre o amor e o sexo. Instituído nas relações de gênero, o assunto gerou tensões sociais que, pelo menos no Brasil, são problematizadas, no século XIX de forma mais direta, pela ação médica. Jurandir Freire referindo-se a essa questão, fala sobre a necessidade que o Estado sentia de assegurar o estatuto da família nesse período e fazer isso, era dar ao casamento um lugar central nas relações sociais, era tornar o casamento “higiênico”. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. O trabalho de Magali Engel, *Meretrizes e doutores* também discute a medicalização ainda em fins do século passado no Rio de Janeiro. Ao trabalhar a relação dos médicos com a prostituição, ela também acentua a importância do “casamento como espaço legítimo para o exercício do prazer”. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, 73. Outra autora que também se refere a essa questão é: VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 54.

alguns nomes de homens que, durante a história da humanidade, tentaram entender a "estrutura moral da mulher" e, apontando caminhos para a dominação dos desejos femininos, é com uma dúvida que Péricles conclui seu artigo: "Quem, afinal, já conheceu a mulher?"

Se para essa pergunta não se tinha uma resposta, ao menos tinha que controlar essa "mulher que não ama", pois, nessa condição de desamor, ela facilmente se tornaria uma "subversiva" que "nada compreende e nada quer, aceitando tudo com a obediência do animal bravo (...) colocando-se oposta a todas as situações, belicosas, deixando-se seduzir pela greve contra o patrão, pelo sindicato contra o indivíduo"²⁴¹. A fala de Péricles mostra como a infidelidade feminina agenciava outras zonas de perigo, pois, além de afrontar a hierarquia de gênero, também poderia desequilibrar outras hierarquias sociais e políticas.

A saber pelos artigos de jornais e revistas de época, cabia à mulher, nesse sentido, lutar pelo triunfo do casamento e a solidez da família e, com base nesse pensamento, alguns temas como educação, maternidade e infância são acionados como argumento em favor do "amor conjugal".

A intervenção dos médicos no seio familiar foi intencional, na medida que ocorreu quando uma aliança entre a Medicina e o Estado estava se solidificando. Dessa forma, a exemplo do que ocorre na Europa no século XIX²⁴², também na Paraíba as mulheres se tornam "enfermeiras domésticas" a partir das indicações médicas.

Certos desse papel de feminilidade, os médicos Elpídio de Almeida e João Dantas, os considerados avançados na época, escreviam aos jornais artigos que reforçavam a "sagrada" função educativa das mulheres; uma educação, é claro, limitada às utilidades do lar, possibilitando assim, uma redefinição das relações

²⁴⁰ *Era Nova*, 15 de janeiro de 1923, Ano III, nº 39.

²⁴¹ *Idem*, *ibidem*.

²⁴² DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro : Ed, Graal, 1980, 23.

entre marido e mulher, mas também, entre mães e filhos.

Essa postura médica deixa claro uma outra aliança efetivada entre a medicina e a política do Estado, da qual o próprio Elpídio de Almeida é um exemplo disso, pois ele comporá o Conselho dos Municípios no Governo de João Pessoa²⁴³. Dentro dessa política de moralização social, a criança passa a ter um lugar especial perante o Estado. A infância, os menores abandonados são temas de artigos nas revistas e jornais. Um elogioso artigo de 1921, sobre o Instituto de Proteção à Infância, na capital, mostra as preocupações com a maternidade e a infância como base para a moralização social. O Instituto, uma das muitas filiais existentes em vários Estados, era um órgão que se voltava para a “prevenção” e o “cuidado à infância” procurando evitar “o esphacelo moral da Pátria, a desgraça e a barbárie”²⁴⁴, como escreve S. Victor na revista *Era Nova*, no mesmo ano:

Só agora nos lembrou desobrigar-nos para com a criança, reconhecendo o seu valor eficiente no mundo, a sua função social no futuro, reabilitando-a á vida e integrando-a na sociedade como elemento consciente e força apta²⁴⁵.

A criação desse Instituto bem denota a preocupação com a criança como uma “força apta” para o futuro do país. O Instituto foi fundado em 1912, pelo médico Walfredo Guedes Pereira, formado no Rio de Janeiro²⁴⁶. A valorização do Instituto, bem como a ampliação efetivada na década de 20, representava a recorrente preocupação com a infância naquele período.²⁴⁷ A Instituição era dividida em três compartimentos: a polytecnic, a escola dos menores abandonados e a maternidade.

²⁴³ Mesmo sendo três anos (1929-1932) o período determinado para sua participação, Elpídio de Almeida não chegou a terminar o mandato por discordâncias políticas. OCTÁVIO, José. *João Pessoa perante a história: textos básicos e estudos críticos*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978, 61.

²⁴⁴ *Era Nova*, Parahyba, 1 de outubro de 1921, Anno 1, nº13.

²⁴⁵ *Idem*, *ibidem*.

²⁴⁶ AGUIAR, Wellington/OCTÁVIO, José. *Uma cidade de Quatro Séculos*. Op. cit., 141.

²⁴⁷ Sobre o Instituto da Infância, ver Margareth Rago em *Do cabaré ao lar*. Este livro registra a realização do “Primeiro Congresso Brasileiro de proteção à Infância”, em 1922, como iniciativa do Instituto, op. cit., 119-150.

A relação entre maternidade e infância implicaria numa nova postura a ser assumida pela mãe²⁴⁸, pois, a partir dos dispositivos disciplinadores, era exigido que ela estivesse preparada para desempenhar seu papel dentro da organização familiar, proposta pelo Estado, como mostra ainda o artigo de Victor:

... "os incontáveis serviços da obstetrícia, os preciosos ensinamentos da higiene, o aleitamento, vestes, etc., e ter-se-á uma idéia do alto e sublime papel da maternidade²⁴⁹

Inserido nessa expectativa do ideal de maternidade, o tema do "aleitamento" constitui um dos argumentos para compor o modelo de família moderna e começa a despertar a atenção dos médicos que defendiam pressupostos mais avançados para a medicina na época. O "uso" do leite materno, com função terapêutica, começa a ser intensamente divulgado pelos médicos, e mesmo pela população. Dr. Elpidio de Almeida, embora defensor de idéias avançadas para a época, escreveu um artigo, em 1923, no qual procurava esclarecer e desmistificar o que chama de "modismos" da terapia do leite.

Alguns relatórios das décadas de 30 e 40, demonstram que o modelo de mãe já estava mais cristalizado. Neles o discurso médico é sempre norteado pela preocupação com a moralidade social, girando em torno do controle das "afetividades", apresentadas ou não pelos pacientes. Como os relatórios consultados são conduzidos basicamente pelo mesmo modelo de questionário,

²⁴⁸ O trabalho de Phillippe Ariès sobre o sentimento da infância e o trabalho de Elizabeth Bandinter sobre a maternidade aproximam-se, no sentido de mostrar como ambos os temas consistem numa criação histórica. Ariès mostra o percurso do sentimento de infância no período moderno ocidental, a partir da arte, da pedagogia, através dos modos de vestir, de brincar, a preocupação com a própria amamentação que passaria a ser feita pela mãe e não mais por uma babá. ARIÈS, Phillippe. *História da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. Também Bandinter problematizará a própria idéia de "amor materno", apontando marcos históricos para esse sentimento que a sociedade moderna havia concebido como natural. BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²⁴⁹ *Era Nova*, Parahyba, 1 de outubro de 1921, Anno 1, nº13.

dois deles ajudam a entender como as vidas das pessoas eram analisadas pelo olhar médico.

Assim, o laudo médico acerca do caso de Severina Maria, 17 anos, "preta, solteira, doméstica" acusada de infanticídio, possibilita perceber como as autoridades médicas concebiam o ideal de feminilidade. Sua "afetividade diminuída" é traçada a partir do seu "meio social", sua "falta de educação e de instrução", explicando, assim, seu "estigma degenerativo"²⁵⁰. Um outro fato que pode ajudar a entender a idéia de afetividade desse período diz respeito à história de Estelita Gomes, um caso que contrapõe a "liberdade sexual" aos sentimentos de família e de maternidade. Em relatório médico, assinado por Dr. João Luciano Ribeiro, diretor do Hospital Juliano Moreira, a "saúde mental" dessa moça de 17 anos, estava sendo questionada, pelo fato da mesma não se enquadrar nos padrões de moralidade da época:

Freqüentou escolas quasi sem proveito porque era negligenciada e não queria "aprender". Sua idéa era vir a ser uma mulher livre, independente e tendo uma vida sexual isenta de embaraços tanto de ordem social como de ordem familiar²⁵¹.

Sendo assim, a questão que se colocava para o debate, naquele momento em que estava em jogo a formação de um modelo familiar, a partir de papéis bastante rígidos de mãe e de pai era: até que ponto a mulher estaria preparada moralmente para atender às expectativas desse projeto civilizador, até que ponto ela seria essa artesã que moldaria os filhos da futura sociedade, como exprimem as palavras de Violeta?

Não sem demora, a "educação da mulher" foi pensada e defendida por muitos que acreditavam na imagem da Paraíba, como Estado de "progresso" e de "civildade". O discurso pedagogo aparece como uma forma de domesticar principalmente a mulher. Tratava-se, portanto, de criar pedagogicamente novos

²⁵⁰ Relatório médico do Hospital - Colônia Juliano Moreira, assinado por Dr. Luciano R. de Moraes em 21 de novembro de 1940.

²⁵¹ Relatório do Hospital Colônia Juliano Moreira, João Pessoa, 30 de maio de 1940.

modelos de feminilidade e de masculinidade, tratava-se de “ensinar” aos paraibanos a serem pais. Mas, esse projeto não se efetivaria sem conflitos, visto que outras questões eram desdobradas. Por exemplo: quais seriam os limites dessa educação? Até que ponto “educar” a mulher não seria fornecer expedientes para que ela começasse a desautorizar as figuras masculinas, colocando em risco todo um projeto disciplinarizador das condutas morais, pois as mulheres, uma vez possuidoras de um saber, poderiam à revelia das figuras masculinas do pai, do irmão e do próprio marido, chegar a independência, se masculinizando e assumindo, então, posturas que contrariavam as hierarquias sociais. Como educar a mulher para o casamento, sem criar possibilidades para desvios de sua “função quase social”, que era a dedicação e fidelidade à família e ao marido?

A mulher, creatura dócil, nasceu unicamente para ser a companheira amorável e dedicada do homem.

O que faz necessário é dar-lhe uma educação útil à missão sublime que ella tem de cumprir no mundo, que é a de ser esposa e mãe, perpetuando a especie por meio do holocausto do amor²⁵².

Esse artigo intitulado “Educação feminina”, escrito por Rubião Alencar, na década de 20, ao enfatizar a “educação útil”, resume os conflitos de uma sociedade desejosa de colocar a mulher como uma figura central para a normatização da sociedade, delimitando as funções dessa educação. É assim, somente se enquadrando nos conceitos morais primados pelo respeito às hierarquias, aos desígnios do Estado, é que as mães poderiam também ensinar a fidelidade às suas filhas, preparando-as para o casamento, educando seus filhos a partir do civismo.

Com esse intuito, a Escola Doméstica viria atender às expectativas da educação feminina e é o próprio Rubião quem faz questão de diferenciar a “instrução” da “educação” feminina. Para ele, de nada adiantaria a mulher instruir-

²⁵² *Era Nova*, Paraíba, 15 de janeiro de 1922, Anno II, nº 19.

se, ou seja, adquirir conhecimento que não pudesse ter uma utilidade prática. Segundo Rubião, a educação feminina não poderia implicar numa "hipothese paradoxal do igualitarismo entre os dois sexos. O que pode ser de grande utilidade para um, para outro pode trazer pernicioso resultado".²⁵³

O debate sobre a educação feminina tem continuidade na década de trinta, quando as mulheres parecem se distanciar de suas antigas funções e também porque, nesse período, a tentativa de controle dos comportamentos femininos parecem se acirrar. Num outro artigo intitulado "Notas de observador", o autor expressa todo seu encantamento pela Escola Doméstica, Fundação Henrique Castriciano, que visitou na cidade de Natal (RN). Segundo ele, "uma escola modelo para a mulher moderna", onde se ensinam línguas, Medicina prática - anatomia, Matemática, Higiene, Filosofia. Essa seria então, uma educação que capacitaria a mulher para as "responsabilidades sociais que o Brasil está exigindo": uma "nova moral" ainda mais sólida que a educação pautada na religião.²⁵⁴

Em síntese, a educação feminina era defendida, mas não para que a mulher fosse para a rua, concorrer com o homem, vivendo promiscuamente nos mesmos locais de trabalho masculino, pondo em risco a sua moralidade e a da família. Tal educação deveria servir para moldá-la a seus "instintos naturais" de maternidade, e apenas desenvolveria suas naturais aptidões para o lar higiênico, livre dos perigos do exterior, das práticas de infidelidade. A própria estrutura da Escola Doméstica de Natal representava uma extensão do que seria um "doce lar" onde a mulher estaria protegida:

Tudo ali é simplicidade, adornada somente de asseio, de higiene. Parece uma gaiola muito branca cheia de canários muito louros. As salas são amplas, os jardins são lindos, o ambiente é suave como uma cascata em plena floresta.²⁵⁵

²⁵³ Idem, *ibidem*.

²⁵⁴ Jornal *O Povo*, João Pessoa, 20 de novembro de 1935, ano .

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

Por tudo isso, o casamento monogâmico e institucionalizado serve de argumento para promover a família moderna, pautada numa educação voltada para a moralização social. A partir dele, seria possível controlar os indivíduos, educá-los, torná-los pessoas sadias sexual e moralmente. Sendo concebido pelo Estado como um contrato moderno capaz de preservar a família, foi a partir dele, que se tentou expurgar a infidelidade, através de uma reorientação da maternidade e da infância, e da proposta de uma higiene do amor. Um casamento completamente higienizado, equilibrado, no qual a família moderna se apoiaria para afastar os perigos da "modernidade". Isso mostra que a problemática do adultério extrapolava os limites das relações marido-mulher. Ele é dito e pensado, também, a partir de estratégias políticas e institucionais.

Mas os discursos pedagógicos que problematizaram uma educação útil para a mulher, os discursos dos higienistas que propuseram o casamento sadio e a família higiênica, não foram eficazes o suficiente para evitar os desvios da conduta moral na Paraíba, pois, mesmo em face deles, a mulher casada, em muitos momentos, não honrou seu papel de "preservadora da moral pública", ou mesmo seu papel de "sustentáculo da família", como se pode perceber num processo que aborda o adultério feminino, em 1932.

Nesse processo, em que o próprio Juiz explicita sua insatisfação em relação à pena atribuída a um "marido traído" - pena que ele acha desnecessária -, é possível vislumbrar, além da explícita falta de "objetividade" do juiz, as peripécias discursivas de uma mulher pérfida, que consegue reverter as acusações sobre seu adultério. Mesmo indignado e visivelmente irritado com a mácula da honra masculina e com a condenação de Severino Baleado (marido), o juiz não consegue capturar, a partir da lei, a mulher infiel que fora flagrada "beijando" o vizinho. Ela consegue, através do *uso* do próprio conceito de honra legitimado pela sociedade, fazer valer a lei a seu favor, e a partir disso, é o marido quem acaba sendo punido.

A cena que dá origem ao processo de espancamento é reprisada inúmeras vezes: o “beijo” entre a mulher e o vizinho dá-se na ausência do marido, quando ele “estava na rua”, à noite, por volta das duas horas da madrugada. Uma despedida entre amantes? Talvez. Tudo parece óbvio para Severino Baleado, mas, apesar das “quedas que o marido deu-lhe”, como diz a própria Conceição²⁵⁶, é o argumento desta que põe em dúvida toda a cena de transgressão:

quando ouve os assobios e trompeios em direção de sua casa: que ella depoente, chamou pelo nome do marido que andava fora, pensando elle ser seu marido” (...) “abri a porta para lhe emprestar fósforos”²⁵⁷

As frases de Conceição, sobre seus atos perdidos no meio de uma madrugada, seriam mais uma versão sobre o ocorrido, mas ela deve tê-las enfatizado de tal forma a fazer com que o marido duvidasse de sua própria visão, caso contrário, não teria recorrido ao vizinho, o suposto amante para lhe indagar sobre o ocorrido. E ela só confessa ter “beijado”, após a confirmação do amante. Mas a argumentação da mulher, embora contraditória, apoia-se em “modelos” de comportamento reconhecidamente respeitáveis pela sociedade, ao dizer em juízo que havia sido só um beijo e “que não teve relações”. E que sempre “honrou” o marido: ...e a honra do marido, “ela sempre respeitou; que há nove annos que é casada com Severino Ramos Baleado, e viviam sempre direitos”²⁵⁸.

Mas, essa afirmação de Conceição de que “sempre respeitou o marido” e que sempre “viveram direito” é questionada pelos vizinhos que dizem ter presenciado brigas anteriores “pela mesma natureza”²⁵⁹. Certamente, houve muitos conflitos entre o casal, pois, Severino Baleado, diz que sua mulher “gostava de bailes”, o que fora confirmado pelos vizinhos. Afirmar que uma

²⁵⁶ Processo de 1932, fala de Conceição, 2.

²⁵⁷ Processo de 1932, fala de Maria da Conceição, 2.

²⁵⁸ Processo de 1932, fala de Conceição, 3

²⁵⁹ Idem, ibidem, falas de Manoel Ferreira, confirmado também por Ricarti.

mulher gostava de "bailes" era deslocá-la do lugar de mulher "honesta" (ou dona de casa) para o lugar das mulheres desviadas dos padrões aceitos pela sociedade; era inscrevê-la no território do desvio. Um conflito se instaura a partir das falas do casal. Talvez, atordoado diante da versão da mulher, tanto quanto desacreditado de sua fidelidade, Severino Baleado, tentando ainda salvar sua própria honra, afirma:

sou um homem para brigar até com o diabo; se eu soubesse da verdade, porque me acho desmoralizado, eu abria esta danada dos pés a cabeça²⁶⁰.

Apesar da disposição de Severino Baleado de brigar até com o Diabo, por se achar "desmoralizado", ele ainda tem dúvidas...E talvez, apoiando-se nisso, a mulher enfatiza seu argumento baseado no "uso" do conceito de honra: "que a honra do marido sempre respeitou"²⁶¹, repete. Ao se apropriar do conceito de honra, em meio ao conflito, ela garante o aparente "respeito" do marido para assegurar a sua própria honra e se safar da acusação. E assim, Severino, mais uma vez, "baleado" pela audácia de sua mulher, é condenado pelo espancamento.

Assim, se o casamento institucionalmente se constitui pela fidelidade conjugal, nem sempre serviu como um mecanismo de produção dessa prática, seja no sentido de preservar a honra feminina, seja no sentido de criar um senso de civismo de seus filhos. Reforçando essa idéia, basta perceber como o cotidiano dos casais envoltos pelo laço do matrimônio ou mesmo de mulheres que estavam fora do casamento, esteve muitas vezes marcado pelas práticas de infidelidade que abalavam insistentemente as estruturas da família higiênica, pois os jornais, processos-crime dentre outros denunciavam casos de delinquência moral na sociedade paraibana, a partir de atitudes "desrespeitosas" às hierarquias institucionais, como mostra o próximo capítulo.

²⁶⁰Idem, ibidem, fala da testemunha Francisco Alves, 12.

²⁶¹ Idem, ibidem, fala da mulher, 3.

III - *As várias infidelidades femininas.*

Tragédia brasileira.

...Tôda vez que Maria Elvira arranjava namorado, Misael mudava de casa.

Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete, Rua General Pedra, Olária, Ramos, Bonsucesso, vila Isabel, rua Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavradio, Bôca do Mato, Inválidos...

Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros, e a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul.

(Manuel Bandeira. Meus poemas preferidos:1989)

Tentarei entender como mulheres casadas, separadas, concubinas, viúvas, ou mesmo solteiras se constituem como figuras infiéis no discurso masculino, a partir de um cenário de mudanças das antigas relações coronelísticas e de modernas sociabilidades paraibana. Uma sociedade, cujas relações começam a se fortalecer a partir da valorização do trabalho e da civilidade dos costumes, intensificadas pela lógica capitalista, acentuando o discurso em relação à infidelidade feminina - inclusive o alargamento "científico" do conceito - e à violência contra as mulheres adúlteras. Para tanto, melhor começar evidenciando, neste primeiro tópico, um dos tipos de infidelidade: a infidelidade da mulher casada. Esta será escrita a partir de um episódio que ocorrera ainda na primeira década do século vinte, numa fazenda de Campina Grande.

1 - *A inscrição da infidelidade: de "honesta" a "adúltera"*.

Em 1909, na fazenda Juá, no município de Campina Grande, Minervina Alves Viana Agra, 37 anos, rica, foi assassinada pelo então juiz da Comarca de Campina Grande, Dr. José Honorato da Costa Agra, seu marido. Motivo do crime: adultério.

O conflito é instaurado quando Vigarinho, um empregado da fazenda do casal, revela para o Dr. Agra que flagrara um homem embaixo da cama de sua esposa. Herculano, um amigo da família, estava hospedado na sede da fazenda, enquanto Dr. Agra se encontrava viajando. A versão de Vigarinho fora confirmada pela tia e madrinha de Minervina que, na ocasião, dormia no mesmo quarto com mais duas outras moças, Josefa e Isabel.

Vigarinho "entrara no quarto de arma em punho, gritando para que o homem que estava em baixo da cama saísse", diz D. Hermínia, tia de Minervinda, em seu depoimento²⁶². E para surpresa de todos, realmente sai de debaixo da

²⁶² Processo de assassinato, José Honorato da Costa Agra 5 de dezembro de 1909, depoimento de Hermínia, 9.

cama²⁶³, Herculano que, imediatamente, põe-se a expressar pedidos de desculpas e a contar que apenas “entrara no quarto, por estar com sede e não encontrando elle a caneca” e “como temesse ser visto por Vigarinho escondeu-se naquele quarto”²⁶⁴.

Somente cinco dias depois, o Dr. Agra, informado por Vigarinho do ocorrido, mata sua mulher a tiros. Assim, ela foi encontrada morta no “terreiro”. E é o próprio marido quem manda chamar o sogro (Idelfonso) e o delegado Afonso Souto, antes de fugir. O corpo é trazido para dentro de casa e dá-se o início de apuração do inquérito policial.

No processo, eis a escritura dos peritos Dr. Chateaubriand e João Quirino que “dão fé do assassinato de Minervina Alves Viana Agra” por seu marido, Dr. Agra, que a acusara de ter-lhe sido infiel:

D. Minervina, trinta e sete anos de idade, morena, cabelos abundantes, estatura regular, corpo cheio, victima de facto delituoso: o cadáver jazia em decubito dorsal, vestido de cretone, casaco aberto deixando vêr alva camisa rendada, meias pretas, botinas de pelica de mesma côr, vestes diversas a que recebera os ferimentos de arma de fogo...²⁶⁵

Por ser uma mulher que representava o nome da família, ela estava sempre cercada e vigiada por pessoas da fazenda. A fazenda, onde morava o casal Agra, era uma das nove propriedades distribuídas pelo Estado entre os membros dessa família (de Dr. Agra), uma riqueza herdada de antepassados do século XVIII.

Segundo manuscritos da família²⁶⁶, esta teria vindo de Portugal e aqui se

²⁶³ Nos depoimentos das mulheres que estavam no quarto, apenas Josepha, amiga da família, diz ter percebido que havia alguém no quarto.

²⁶⁴ Fala da testemunha, Hermínia Borges sobre a conversa com Dr. Agra. Processo de assassinato, José Honorato da Costa Agra, op. cit., 10.

²⁶⁵ Processo de assassinato, José Honorato da Costa Agra. Exame de corpo de delito de Minervina Agra. Idem ibdem., 3.

²⁶⁶ As informações sobre a árvore genealógica da família Agra é baseada em depoimentos de uma das matriarcas da família, D. Passinha Agra, que conta a história da família em manuscritos constantes no Arquivo da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

estabeleceu fazendo fortuna. Tudo indica que a família procurou manter a sua unidade a partir de laços de consangüinidade, através de casamentos entre primos até mesmo no início do século XX. Neste período, as relações familiares pouco se diferenciaram de seus antepassados: caracterizava-se por extensas proles - com exceção de Dr. Agra e Minervina, de cujo matrimônio não houve filhos -, residindo em fazendas que, geralmente, tinham à frente os homens da família personificados em coronéis, cercados de sua parentela e aderentes que moravam em suas terras.

Já em fins do século XIX, alguns membros da família aparecem como juristas ou mesmo como políticos, o que só ampliaria a esfera de influência da família Agra na cidade de Campina Grande e em cidades vizinhas. O próprio Dr. Agra era bacharel em Direito, juiz e político, o que sem dúvidas facilitou sua impunidade em relação ao crime contra sua mulher, explicitando, então, como as interferências coronelísticas na Justiça eram comuns. Isso permite que as vinganças privadas coexistam, impunemente, com a Instituição jurídica mesmo depois da República e que as práticas coronelísticas se infiltrem nos setores públicos através de acordos políticos estabelecidos pela troca de favores²⁶⁷.

Nesse sentido, talvez o caso de Minervina seja, também, um dos exemplos de coexistência de modelos familiares tradicionais que permitiam o marido matar a esposa infiel, num período em que se criticavam as mudanças dos costumes, como sendo resultados dos "tempos modernos".

²⁶⁷ Segundo Eliete Gurjão, a família Agra, pertencia a uma das oligarquias que compunha o cenário político desde o Império, e participa da reorganização partidária com a chegada da República. O pai de Dr. Agra, Honorato da Costa Agra pertenceu ao partido liberal (no caso de Campina Grande, era composto por ricos proprietários de terra) e seu filho, o próprio José Honorato da Costa Agra (ou Dr. Agra como era conhecido) foi um político que chegou a ser presidente do Conselho Municipal. Mesmo com a República, as oligarquias poderiam "exerciam poder local, estadual e às vezes, até Federal". Segundo a autora, as oligarquias que conseguissem cargos políticos tornavam-se tão influentes que "controlavam a polícia, a Câmara Municipal, o Executivo e o Judiciário". GURJÃO, Eliete de Queiroz. "Para onde o poder vai, a Feira Vai Atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à república Nova". In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2000, 44.

Depois do assassinato, o Dr. Agra foge. Vigarinho, homem de confiança do patrão, é chamado a depor e nada disse sobre o acontecido, afastando-se de qualquer envolvimento²⁶⁸. Mas, com o desenrolar do processo, Vigarinho, pressionado pelo fato de também ser considerado um suspeito, retifica seu depoimento, afirmando ser seu patrão o autor do crime: "que elle respondente perguntando as pessoas se tinha sido Doutor Agra (...) as pessoas lhe disseram que tinha sido o mesmo Doutor Agra que assassinou sua mulher"²⁶⁹

A possibilidade de Vigarinho ser considerado um suspeito, advém de depoimentos como o de Manuel Malthus, também morador da fazenda, que havia descrito uma cena, na qual Vigarinho teria insistido em ter "relações ilícitas" com a mulher de Dr. Agra. Acrescentando outros detalhes, Malthus disse que Minervina o tinha impelido, fazendo uso de um "garfinho", afastando de si o "sedutor"²⁷⁰. Ainda explicita uma situação de hostilidade constante que parecia existir entre Vigarinho e sua patroa: "D. Minervina não gostava de Vigarinho porque vivia sempre intrigando-a com o marido de modo a viverem arengando de vez por outra".²⁷¹

Herculano mesmo tendo sido um dos personagens centrais desse enredo, posto que havia sido encontrado embaixo da cama, não é chamado a depor, pois, formalmente, o "crime" era relativo ao assassinato de Minervina e ao seu adultério. Por outro lado, a aparente tranqüilidade de Herculano parece afastar de si as suspeitas. Os depoentes não o acusam no processo, ao contrário, acabam por inocentá-lo: " ...o senhor Herculano é muito amigo do Doutor Agra e até compadre, é um homem idoso, de sessenta anos acima".²⁷² À medida em que as testemunhas são chamadas a depor, a imagem da família aparentemente harmônica, regida pela autoridade masculina, é desmontada: sobressaem-se as

²⁶⁸ Depoimento de Vigarinho, processo de assassinato, José Honorato da Costa Agra, op. cit., 3.

²⁶⁹ Depoimento de Vigarinho, Idem, ibdem., 6.

²⁷⁰ fala de Manoel Malths. Idem, ibdem., 17.

²⁷¹ Depoimento de Manoel Malthus. Idem, ibdem., 17.

²⁷² Depoimento do morador Manoel Ronaldo. Idem, ibdem., 16.

intrigas ou, como eles diziam, as “arengas”, os conflitos latentes entre os vários personagens envolvidos.

Essas redes de intrigas, explicitadas nesse processo, ajudam na constituição da imagem de Minervina como adúltera. Aos poucos, também questionam a autoridade do próprio Dr. Agra. Seus subordinados, ou seja, os trabalhadores e até sua mulher, criam outras redes de autoridade que põem em risco não só o seu papel de chefe, como também o nome da própria família. Estudos recentes sobre a família como os de Linda Lewin, vêm apontando os exageros sobre a “submissão” feminina e a exacerbada “supremacia” masculina na chamada família patriarcal. Essa autora mostra vários exemplos de mulheres paraibanas, tanto no período colonial como nas primeiras décadas do século XX, que assumiram “as rédeas” dos negócios da família, afrontando, algumas vezes, até o governo do Estado²⁷³.

Em dados momentos da história de Minervina, flagramos muitas de suas atitudes que desmontam uma lógica da submissão feminina e este parece também ser o caso de mulheres das famílias de fazendas, em Pernambuco, no início desse século, apontado pelo estudo de Gisélia Pontengy, “Família, relações de gênero e habitatus de classe na casa grande”, pois, segundo ela:

As mulheres não herdavam o engenho e via de regra não o administravam, embora isso pudesse acontecer quando da morte de seu marido, ou mesmo quando o homem responsável – marido, irmão, genro – se mostrasse incapaz de gerenciar, assumindo então uma postura masculinizada ou então, havia aquelas também que conseguiam dominar pela exacerbação do feminino, utilizando no estilo do mando as qualidades consideradas femininas de doçura, sensibilidade e intuição²⁷⁴

Certamente, Minervina também criava astúcias dentro dessa relação em que a figura masculina de seu marido era tão marcante. No entanto, não se trata aqui de promover uma história de insubordinação feminina, posto que a

²⁷³ LEWIN, Linda, op., cit., 170

²⁷⁴POTENGY, Gisélia Franco. *Família, relações de gênero e habitatus de classe na casa grande*. Texto mimeografado, p25-26.

historiografia recente tem feito uma crítica acirrada quanto às relações polarizadas a partir da vítima/rebelde, apontando, em contrapartida, para uma história das "relações de gênero", inscritas a partir das relações de poder. Também não gostaria de acionar a polêmica sobre o conceito de "Família patriarcal"²⁷⁵ no sentido de verificar a validade desse conceito para a história em questão. Sobre o tema da "família patriarcal", Mariza Corrêa escreveu, ainda na década de oitenta, que não se deve homogeneizar a família no Brasil em seus diversos períodos, a partir da leitura do conceito de "família patriarcal", pois, segundo ela, isso seria simplificar a complexidade das práticas familiares.²⁷⁶

Entretanto, não se pode também negligenciar que, na primeira metade do século XX, a importância do "nome" da família, como um investimento simbólico, está ligado à fidelidade feminina. Ainda no início desse século, o "nome" da família parecia ser a garantia da perpetuidade do sangue de seus membros e, por isso, ao se casar, a mulher conservava seu nome paterno, o que significava que a participação efetiva da mulher, fosse ela esposa, filha ou irmã nos negócios de sua família, era bastante restrita.

A família Agra ainda parecia se enquadrar no chamado *dispositivo de aliança*²⁷⁷, não se diferenciaria também quanto aos procedimentos assumidos frente ao adultério feminino, pois tudo indica que o assassinato, embora tenha sido levado ao conhecimento da polícia -uma vez que é o próprio Dr. Agra quem manda buscar o delegado Affonso Souto-, não teve maiores conseqüências jurídicas para o mesmo. Nesse sentido, a prática do adultério feminino não significava menos desonra para um homem dessa família do que para as famílias das décadas posteriores. A questão era que, no primeiro caso, as práticas de

²⁷⁵ Como indiquei em nota do primeiro capítulo, uma vasta bibliografia discute ou, pelo menos, tem como referencial para o estudo do tema da família, o conceito de *família patriarcal* criado por Gilberto Freire. Discutindo esse tema, além do artigo de Antonio Cândido, "The Brazilian Family" escrito na década de 50, ver alguns trabalhos considerados clássicos nessa literatura.

²⁷⁶ CORREA, Mariza., op cit., 13-38..

²⁷⁷ Segundo Foucault, as relações de sexo deram lugar, em toda a sociedade, a um "*dispositivo da aliança*: sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens" que antecedeu ao *sistema da sexualidade*. FOUCAULT, Michel, op. cit. 100.

infidelidade não tinham a mesma visibilidade e o próprio marido acabava por resolver, em casa, o desvio de sua mulher. O caso de Dr. Agra é particular, porque ele próprio é a justiça privada e a justiça institucional: ele escuta a denúncia de Vigarinho, ele averigua com a tia de Minervina; ele julga, e a ela dá a sentença final, matando-a.

Enquanto senhor da fazenda²⁷⁸, homem responsável pelo zelo da família, D. Agra enquadrava-se nos padrões de masculinidade comum, no início do século, na Paraíba. Era um homem acostumado com o “mando”, na relação estabelecida com os empregados da fazenda, sem contar que sua profissão somente lhe delegaria maior autoridade, visto que o juiz era a maior autoridade na cidade²⁷⁹.

Dr. Agra se insere, então, num contexto em que a ação masculina era de silenciar o adultério feminino com a lavagem de sangue, uma prática que coexistia no início do século com a instituição jurídica do Estado republicano que já condenava as vinganças privadas. Entretanto, a sociedade paraibana, desse período, ainda é o Estado inserido em relações políticas e jurídicas dominadas pelas relações coronelísticas, contexto político contrário a condenação de um homem como ele. Nesse sentido, o caso de Minervina marca um período em que os conflitos de marido e mulher ainda são resolvidos no âmbito privado, no sentido de silenciar o adultério feminino e de esconder a desonra masculina. Mas, até que ponto, esse esforço em silenciar o suposto adultério de Minervina foi eficaz?

²⁷⁸Sua formação fora no município de Campina Grande. Era comum, principalmente, nesse período da crise dos engenhos, as famílias abastadas enviarem seus filhos para estudarem na cidade do Recife, Rio de Janeiro ou mesmo na Europa, mas isso não implicaria em excluir a possibilidade do homem assumir a gerência das fazendas, ao contrário, essas profissões consideradas “menos nobres” - direito, engenharia, medicina - apenas se somariam às qualidades de um bom “senhor de engenho”.

²⁷⁹O estudo de Potengy sobre Júlio Belo Nunes, aponta esteticização dos senhores de engenho, do final do séc. XIX e início do séc. XX, entre outras qualidades, além de ter escravos - nesse caso, um atributo exclusivo para o séc. XIX e propriedade de terras - ele deveria também possuir outras atribuições: “a fina educação, proporcionada pelo nascimento e criação em família de estirpe, a elegância impecável do porte e as maneiras na sociedade, defesa da honra, cumprimento da palavra e a personalidade forte”. PONTENGY, Gisélia Franco. Texto mimeografado, op. cit., 22.

O processo está incompleto²⁸⁰, mas até quase o final de sua leitura, quando a intimação é efetivada, mesmo que as “evidências” do adultério pareçam claras, não existe um consenso sobre o fato de que Minervina havia cometido ou não o adultério. Mas essa história ainda não é finalizada no Arquivo da Primeira Vara, e apesar do tempo em que ocorreu o caso de Minervina, alguns dados são acrescentados a essa história. Sabe-se, por exemplo, que Dr. Agra não foi condenado, ou pelos menos não cumpriu nenhuma pena. Em memória escrita por D. Passinha Agra, uma matriarca da família da terceira geração - viva ainda hoje - na árvore genealógica da família, Dr. Agra aparece ao lado de sua segunda esposa. Ele morre em 1946. Neste mesmo relato, os principais casais da família aparecem os maridos ao lado de suas esposas; aparecem ainda vários retratos de mulheres da família das várias gerações consecutivas, acompanhadas de curtas referências, mas Minervina não aparece. Nada é dito sobre ela. Seu nome somente é citado apenas para dizer da viuvez de Dr. Agra: “Foi casado em primeiras núpcias com Minervina Alves Viana Agra.”²⁸¹

A (re)construção da história da família Agra, a partir da exclusão do nome de Minervina feita por D. Passinha Agra, é uma história de glórias, de riquezas, uma contabilidade dos bens da família e de seu patrimônio moral. Uma glória que se pretendia alva, límpida como imagina ela ter sido seus descendentes vindos da Europa no século XVIII, legitimada pelo *brasão* da família a estampar o início de seu texto. A história é contada sem menção ao ato que pôs fim a vida de Minervina²⁸² e, ao fazer isso, ainda que a intenção tenha sido outra, essa mulher é

²⁸⁰Nesse processo-crime, não constava seu resultado final, mas, a título de fechamento do caso, foram consultados os manuscritos de D. Passinha que relatam a história da família e, discrimina episódios, bens, parentesco das várias gerações da família Agra, desde a chegada dos primeiros descendentes, vindos da Europa para o Brasil, mais especificamente para Pernambuco, em 1750. Entretanto, só no início do século XIX, um dos filhos, Capitão Francisco de Alencar da Costa Agra se estabelece em Campina Grande, casando-se com D. Rita Maria da Conceição, da família Viana.

²⁸¹ Fala de Passinha Agra registrada em seus manuscritos.

²⁸² Um parente dessa família afirma que outras exclusões foram feitas. Na pesquisa que D. Passinha faz sobre a família Agra, tentando construir uma árvore genealógica, duas ramificações da família, que vieram da Europa para o Brasil, são encontradas. Sendo que uma delas descendia de um europeu, de nacionalidade Lusa, que não tinha posses e nem brasão, na verdade ele era um homem

escrita na memória das gerações da família a partir de sua história de desvio. Ela é escrita a partir do silêncio, mas o que é o silêncio se não a produção de sentidos?²⁸³

A intenção de silenciar e de excluir a mácula da família sobre o adultério de Minervina *significa* uma continuidade do temor do adultério feminino e da desonra masculina no seio da família. Isso mostra como as relações de gênero pautadas nas concepções de família, mesmo em fins do século XX - período em que escreve Passinha -, são ainda, consideravelmente norteadas pelo valor da fidelidade, pois escrever Minervina na memória da família era publicizar a história de uma família de homens fracos, pouco viris. Diante disso, silenciar a história de adultério, no presente, é necessário para que o "clã" tenha perpetuidade.

Talvez o caso de Minervina seja um bom exemplo para se entender a família constituída a partir da consangüinidade. Os casamentos dessa família, até o início do século, eram realizados entre parentes próximos como forma de manter intacto o patrimônio da família. O adultério feminino, nesse caso, só poderia ser excessivamente castigado, pois não poderia haver mal maior do que um bastardo que maculasse o sangue da família, dividindo seus bens.

Mas, embora a história de Minervina seja pautada ainda em laços de consangüinidade, na primeira metade do século XX, também outras mulheres de famílias sem nome e sem fortuna inscrevem-se nessa narrativa sobre a infidelidade, como mostram os tópicos seguintes.

comum com práticas "escusas". Este possível descendente foi eliminado da árvore genealógica, e D. Passinha restringiu-se apenas a segunda hipótese, mais recomendada ao "bom nome" da família.

²⁸³ Segundo Eni Orlandi, o silêncio é descrito como um gesto não verbal, ele não fala, ele significa. ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Editora da

2 - fidelidade vigiada: mulheres sós

Maria do Amor Divino, moradora do Bairro de Bodocongó na cidade de Campina Grande, era uma mulher simples, analfabeta, como tantas outras do seu bairro. Separada do marido, ela teve que prover o seu sustento e o de seu filho e, a exemplo das mulheres de sua condição social, saía para lavar roupas no açude mais próximo, que ainda estava em construção - como parte de um projeto de "Obras contra Seca" solicitado ao governo Federal para atender a cidade, que havia passado por sérias privações de água decorrentes da última seca. Nessa empreitada, que durou dois anos, no governo de Cristiano Lauritzen²⁸⁴, trabalhava o ex-marido de Maria, Possidônio de Melo.

Foi nessa paisagem ainda em construção, em setembro de 1917, que Possidônio "trocou (com ela) algumas palavras e puxou uma faca que conduzia e aplicou diversos golpes contra ella".²⁸⁵ O crime é presenciado por diversas testemunhas dentre elas, Josepha Maria, Manoel Galdino e Raimunda Maria. Esta última, diz ter visto toda a cena: depois do assassinato, viu Possidônio "sahindo em seguida com a faca na mão"²⁸⁶ para entregar-se à polícia. O acusado não se preocupa em esconder o crime, tanto que o ato é realizado, às três horas da tarde em local público, sob olhares de pessoas conhecidas do casal, como Raimunda e Manuel Galdino. Este testemunhou "que ela depois de separada do denunciado, estava procedendo mal" ²⁸⁷.

Tem-se, aqui, mais um *crime da paixão*. Mais uma vez, um crime em que o marido traído parece não se preocupar muito em esconder o assassinato, porém mesmo não se tratando mais de um crime ocorrido com uma família abastada, como no caso da família Agra, tudo indica que havia pouca diferença no

Unicamp, 1997, 33.

²⁸⁴ ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande : EPGRAF, 1993, 355

²⁸⁵Essa narração é do próprio Possidônio, em seu depoimento na Delegacia. Processo de assassinato, Possidônio de Melo, 1917, 3.

²⁸⁶ Fala da testemunha Raimunda Maria, Idem, ibdem., 6

²⁸⁷ Fala da testemunha Raimunda, Maria, Idem, ibdem., 4.

procedimento dos maridos que cometiam violência contra suas mulheres. A diferença está em que Possidônio não gozava das mesmas prerrogativas que Dr. Agra e, portanto, ele é conduzido à delegacia.

Como se pode ver, o cotidiano coletivo estava povoado pelo fantasma do adultério e poderia se transfigurar, seja para as mulheres abastadas ou pobres, seja para as casadas, separadas, sós, concubinas e viúvas.

Embora Maria do Amor Divino fosse uma mulher simples, sem nome de família e sem dinheiro e ainda, "separada", não estava livre do dever da fidelidade ao marido, assim como Minervina. Entretanto, a diferença na vigilância à mulher sem recursos econômicos talvez fosse a de que, uma vez que ela precisasse se expor constantemente, ao sair para o trabalho, os parentes não podiam estar tão atentos, embora não menos vigilantes de sua honra. Por outro lado, a oportunidade de trabalhar fora de casa, também ampliava as possibilidades de contatos com outros homens, e isso motivava uma desconfiança em relação ao trabalho feminino que era quase sempre associado à prática do adultério.

Quando da separação do marido, uma "mulher sozinha" teria que cuidar de sua aparência, ou melhor, cuidar de sua moralidade, para não ser vista como uma mulher de "mal comportamento" ou "desonesta". Era difícil para uma mulher, sem dinheiro e sem instrução, manter-se economicamente sozinha nesse período, no qual, o trabalho feminino se restringia às atividades domésticas. Mesmo as moças de família mais abastadas tinham poucas opções, pois as profissões, consideradas aptas ou socialmente permitidas a elas eram as de professora, de enfermeira ou raramente, de médica. Ainda em 1936, nos anúncios publicados pela *Ilustração*, constava entre os endereços de consultórios médicos, apenas o de uma mulher cuja especialidade era a de obstetra.

No caso das mulheres que não tinham condição financeira, restava-lhes vender guloseimas: saquinhos de amendoins, de doces nas praças; lavar roupas, fazer bordados, costuras, trabalhos que restavam a mulheres que, como Maria do Amor Divino, precisavam sobreviver. Tais atividades mostram que, apesar de

quase sempre as atividades femininas se restringirem às habilidades domésticas ou a elas ligadas, isso não inviabilizava o trabalho fora de suas casas, mas ao contrário, muitas mulheres casadas, principalmente entre as décadas de 20 e 30, conseguiam sua sobrevivência, desempenhando atividades na rua, seja pelo desemprego do marido, seja pelo abandono do marido ou amásio, viuvez, ou mesmo para ajudar no orçamento da família.²⁸⁸

Um exemplo disso é o caso de Dona Santa, uma jovem de 24 anos, que foi morar em Campina Grande na década de vinte, ficando na casa de "duas amigas pobres", "que engomavam, costuravam, e faziam outros serviços", como ela própria afirma, em seu depoimento, em *Memórias de Campina Grande* ²⁸⁹. Ela "veio para arrumar um emprego", mas diante do insucesso, trabalhou ajudando as amigas, até conhecer um rapaz por quem se apaixonou e "passou a morar junto"²⁹⁰, tendo, entretanto, continuado a "bordar para fora". O exemplo de D. Santa não era uma exceção, mas provavelmente, seu apelido, embora remetesse à imagem de pureza, não deve ter-lhe poupado comentários maldosos sobre sua reputação, tanto que ao conhecer o motorista Antonio Procópio, do Departamento de Estradas de Rodagens da Paraíba, com quem "viveu junto vinte e cinco anos"²⁹¹, deixou de trabalhar "fora de casa" à pedido dele.

A costura, por exemplo, era um trabalho que abria à mulher possibilidades de manter relações diversas, não somente com a clientela, como também com o mundo das fábricas - no caso da fábrica têxtil²⁹². Existia também, como opção de

²⁸⁸ Sobre os trabalhos das donas de casa na primeira década do século XX em Campina Grande, na Paraíba, ver o trabalho SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. "Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande - 1920 - 1945. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001, 132-134.

²⁸⁹ DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. vol. II. Campina Grande: Copyright & Ronaldo Dinoá, 1993, 500.

²⁹⁰ Idem, *ibidem.*, 500

²⁹¹ Idem, *ibidem.*

²⁹² Um exemplo disso, pode ser apontado por Eliete Gurjão, em seu artigo "A Paraíba Republicana", pois, segundo esta autora, entre as dez greves ocorridas em 1917, uma era a "greve das costureiras". Essa greve, assim, como a greve das demais categorias, foi dirigida pelo Sindicato Geral dos Trabalhadores que intermediou as negociações entre trabalhadores e patrões, mostrando que a participação das mulheres, no mercado de trabalho, ainda era pequena e circunscrita a atividades tidas como femininas, mesmo porque, nesse período, a indústria no Estado paraibano ainda tinha

sobrevivência para as mulheres separadas, o trabalho de “empregadas domésticas”, uma profissão bastante desvalorizada na sociedade dessa época, principalmente, no decorrer da década de 30, na Paraíba. Ser empregada doméstica era exercer um serviço quase escravo, pois a empregada chegava a ser espancada pela própria patroa, como consta em vários autos dos processos criminais.²⁹³

Assim, o que era praticar o adultério nessas primeiras décadas do século XX? Era trabalhar fora de casa, ou em casa, mas numa atividade em que a mulher estivesse sempre em contato com a figura masculina, como por exemplo, a “costureira”? Era ser vista em horários impróprios ou na companhia de mulheres de fama suspeita? Era, mesmo estando separada, não poder conversar com outros homens que não seu ex-marido? Ou era não querer mais “viver” com o marido e “largá-lo”, como farão outras mulheres?

O cotidiano das mulheres, incluindo as mais pobres, se por um lado, possibilitava uma maior liberdade - andar pela cidade, ir ao médico, ir à feira, usar e ousar na moda, etc -, por outro, fornecia elementos que alargavam a visibilidade do adultério. O simples ato de uma mulher casada estar na janela poderia significar um indício de infidelidade. O historiador Fábio Gutemberg Ramos, ao analisar o processo de urbanização da cidade de Campina Grande - décadas 30 e 45 -, percebe como as donas de casa eram constatemente vigiadas pelos vizinhos

caráter artesanal e era reduzido o número de fábricas existentes. As categorias em greve foram: cigarreiros, jornaleiros da Great Western, operários da Casa Kronde & Cia, Tecelões da Fábrica Tibiri, operários da Casa Lona & Cia, carroceiros, alfaiates e estivadores. GURJÃO, Eliete de Queiroz, op. cit., 65.

²⁹³ As crianças também estavam inseridas na violência do mundo doméstico, pois eram muitas as que trabalhavam como empregadas domésticas nesse período. Este é o caso da menor, Irene Soares, 10 anos que em fevereiro de 1933, foi espancada pelos patrões com “correntes”, “cabo de vassoura e sapatos e, afinal, com que pegava”, diz a menina em depoimento. Ou, ainda, um outro caso, em que uma menina, Rita, de apenas 7 anos é morta por sua patroa, Guilhermina, em 1937. Processo de assassinato, Guilhermina Venâncio, Campina Grande 4 de fevereiro de 1937, 3. Um interessante trabalho que envolve violência e infância, ver NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros. Retalhos de um corpo Santo: a construção da cruz da menina(1923-1995). Mestrado em história, Campinas, UNICAMP, 2000.

que, espreitando todos os seus passos, seus gestos e seus olhares, faziam mexericos aos maridos, quando estes retornavam de seus trabalhos²⁹⁴.

Mostrando, ainda, como nesse período, "o quintal, a calçada ou o terreiro, a cozinha, a sala de frente, a portas e a janelas eram lugares onde podia-se estabelecer um diálogo com a rua, com os vizinhos, com os passantes, ele cita casos como o de Júlia (1934), que fora acusada por um vizinho de "se enamorar com uns homens que passavam na rua" e como o de Maria Rosa da Conceição que, por causa de uma briga, motivada por ciúmes, havia ido para a casa de uma amiga e "naquele mesmo dia, estava debruçada em uma janela, conversando com um homem, quando Crispiniano chegou e a agrediu²⁹⁵.

Inserida nessas relações da infidelidade cotidiana, se era difícil para Maria do Amor Divino manter sua reputação ílesa em vida, certamente mais fácil seria para Possidônio conseguir argumentos contra o comportamento da ex-mulher, depois de morta. Enquanto algumas testemunhas afirmam nunca terem "ouvido dizer" que ela "procedesse mal", mas que, ao contrário, "andava com seu filhinho", outras como Josefa Maria, confirmam as acusações do denunciado e "dizem ter ouvido dizer", depois do assassinato que ela mantinha relações com um outro:

...que ouviu depois do que a mulher do denunciado não procedia bem (...)e que a vítima segundo demais dizem, depois de separada do denunciado, tinha relação com um outro trabalhador do açude.²⁹⁶

A fidelidade feminina teria que ser mantida mesmo depois de rompido o casamento e essa regra da moral era reconhecida pela comunidade, como aponta a fala da testemunha. Na sociedade paraibana das primeiras décadas do século XX, uma mulher desvirginada, ou separada, que morasse sozinha, tinha sua imagem investida de uma ação de libertinagem, posto que à mercê de vários "perigos":

²⁹⁴ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de, op. cit., 140-41.

²⁹⁵ Idem, ibidem.

²⁹⁶ Fala da testemunha Josefa Maria. Processo de assassinato, Possidônio de Melo, op. cit., 9

espancamentos, tentativas de estupros, assassinatos, arrombamentos de suas casas.

Apesar dos riscos a que as mulheres estavam submetidas, ao viverem sozinhas, muitas delas se recusavam a voltar para o marido. Este é o caso de Júlia Alves (1935)²⁹⁷, uma vez separada do marido, e apesar da insistência do mesmo pela reconciliação, ela não só se recusou a voltar para ele, como também, a receber o “dinheiro da feira”. Uma afronta que foi respondida com uma violenta “surra” dada por Antonio Alves à ex-mulher.

Há, ainda, o caso das mulheres separadas, que rejeitavam propostas de outros homens para “pernoitar”, como fez Clotilde Araújo(1931)²⁹⁸, a despeito dos pedidos de Antonio Justo. Segundo ela, ao se encontrar com o mesmo, quando voltava da casa de João Peixoto, e se dirigia para sua casa, ele teria lhe proposto ter “relações sexuais”, ao que ela respondeu:

Que absolutamente não atenderia , porque achava-se em casa de seus pais, ambos aqui residentes, mesmo assim, não estava procedendo da forma que elle estava pensando (...) este indignando-se, deu-lhe quatro bordoadas com uma bengala.²⁹⁹

Uma vez separadas, que procedimentos morais aquelas mulheres deveriam tomar diante da sedução masculina? A recusa aos convites de sedução dos homens, numa tentativa de permanecerem “honestas”, nem sempre era uma saída para as mulheres separadas ou “largadas do marido”, como se costumava dizer nesse período, pois seu corpo se tornaria livre aos olhares masculinos. A questão tornava-se ainda pior, quando a iniciativa da separação era tomada por ela, a

²⁹⁷ Processo de espancamento, Antonio Alves, Campina Grande, 22 de setembro de 1935.

²⁹⁸ Processo de espancamento, Antonio Justo, Campina Grande, 1931.

²⁹⁹ Fala de Clotilde. Idem.,ibdem., 2

mulher que “largou o marido”. Negar-se a ter relações sexuais com seus pretendentes e tentar escapar aos “falatórios” da vizinhança, ou mesmo ficar sob a proteção de um homem casado ou em relações de “amancebo”, também não eram situações confortáveis para essas mulheres, perante uma moralidade que colocava o casamento civil como única possibilidade para as relações amorosas e determinava a fidelidade feminina como inviolável.

Não resistir aos convites de sedução ou se relacionar com vários homens, a exemplo da doméstica Maria de Moraes(1939)? Esta, enquanto transitava pelo bairro da Prata e à “noite”, foi interpelada por José Antonio, já amasiado com outra, e aceitou seu convite para “pernoitar” com ele, sendo conduzida para o mato, onde sofreu vários “golpes de peixeira”, numa tentativa de assassinato. A julgar pelos autos, ceder à sedução era em parte, tornar-se uma “mulher da vida”. A testemunha, José Justino, não poupa esforços para marcar essa linha valorativa entre uma mulher “honesta” e uma “meretriz” no seu depoimento: ... “Maria de Moraes é uma mulher meretriz”³⁰⁰

A palavra “escandalosa” é mencionada no decorrer do interrogatório da testemunha, mas, para sorte de Maria Moraes, ele diz nada saber sobre isso. Sorte dela, pois ser tachada de escandalosa, de arruaceira, que eram expressões codificadas como perturbação da “ordem pública” e da “boa moral”, só contaria contra ela.

Ainda durante a primeira metade do século 20, as mulheres “separadas” eram impelidas a se manterem “fiéis” aos seus ex-maridos e, além desse anseio moral da sociedade, no sentido de controle da moralidade feminina, a lei não permitia o divórcio e assim, a fidelidade era uma prática sociocultural também legitimada pelo Estado. Vale lembrar que na Revolta de Princesa, em fins da década de vinte, para que as viúvas dos maridos (mortos em combate),

³⁰⁰ Fala da testemunha José Justino. Processo de tentativa de assassinato, João Peixoto, Campina Grande, 24 de setembro de 1939, 6

recebessem benefícios do Estado paraibano, elas tinham que se manterem "castas", "dignas", "honestas". Como nem sempre elas conseguiam cumprir esse pressuposto e acabavam engravidando de seus amantes, muitas viúvas chegavam mesmo a matar seus filhos recém-nascidos para continuarem recebendo a ajuda do governo, como ocorreu em 1937, quando uma viúva "deu cabo de seu filho" com "agulhas na cabeça, o estrangula e depois o enterra no quintal".³⁰¹ A testemunha, Severino, diz que:

Conhece a denunciada desde 1930, tendo a dizer que não pode atestar o seu bom comportamento porque já não é o primeiro infanticídio que se atribui a sumariada³⁰² (grifo meu)

O infanticídio foi uma dessas tentativas de camuflagem da transgressão, muito usada por mulheres "adúlteras"³⁰³. Em nome da "honra", muitos bebês foram assassinados por mulheres separadas, viúvas "tristes", ou mesmo por solteiras que tentavam esconder uma gravidez considerada vergonhosa, tentavam disfarçar, durante meses, a barriga, usando faixas apertadas no tórax, ou alegando doenças.

Em 1925, em Queimadas, distrito de Campina Grande, um processo-crime descreve um caso de infanticídio, cometido por uma mulher casada de nome Rita Francisca:

No princípio de fevereiro do corrente, no lugar Queimadas, deste termo, a desnaturada mulher Rita Francisca, momentos depois de ter dado a luz assassinou o recenasacido(sic), com golpes de faca na cabeça e enterrou no próprio quarto onde dormia³⁰⁴

³⁰¹ Processo de Infanticídio, Maria da Conceição, 7 de julho de 1937, 6.

³⁰² Processo de Infanticídio, Op. cit., 6.

³⁰³ Discutindo a possibilidade de transgressões femininas, Teresita de Barbieri mostra como muitas dessas ações são sutis, mas que permitem uma mobilidade face às disciplinas; ela diz que as mulheres "pueden dejar de trabajar em el hogar e impedir la sobrevivencia de los integrantes de la familia, incluíndos los bebés/ los recién nacidos". BARBIERI, Teresita de. *Sobre la categoria género. Una introducción teórico-metodológica*. In: Direitos Reprodutivos. Madrid: Cátedra, p. 38

Em 1935, outra mulher, Maria Minervina da Conceição, casada e separada, dá a luz a uma criança do sexo feminino, no banheiro da casa onde trabalhava e depois de asfixiar a criança, enterra-a no quintal da casa. Mas, curiosamente, tanto Rita Maria, quanto Minervina são absolvidas. Sobre a primeira, paira a dúvida do assassinato: já a segunda; é absolvida a partir do discurso da mulher "trabalhadora", "bem comportada", que gozava da estima dos patrões. Seu advogado apela para a imaginação do júri e cria um cenário a partir dos próprios medos que compõem o cotidiano dos paraibanos. Num arremate discursivo, ele lança a questão: como estaria o "estado psicológico de uma mulher"...

... preocupada com sua situação moral, prestes a ser provado o seu adultério, na eminência de perder seu emprego e a confiança do seus patrões...³⁰⁵

Então como julgar e condenar a mulher por sua (des)razão? Como cobrar dela, alguma coerência de seu procedimento, se ela é toda "emoção" e "irracionalidade", segundo as palavras de seu advogado?

Os jornais de época que se colocam favoráveis a uma política de civilidade, antecipando em texto um tempo do futuro e do progresso, também denunciam estes atos de "barbarismos", nesse momento em que a infância passava a ser uma preocupação social. Já os cordelistas, como Cipriano Baraúna, para quem o tempo é chegado ao fim, explicam sua percepção do "infanticídio" ao compará-lo aos atos de uma "galinha ruim" que "depois que põe, bebe o ovo"³⁰⁶.

Dessa forma, o sentimento da maternidade poderia ser destroçado diante de crimes cometidos por uma mulher contra seu próprio filho: a mãe poderia se

³⁰⁴ Processo de Infanticídio, Rita Francisca, Campina Grande, 09.02.1925, 2

³⁰⁵ Processo de Infanticídio, Maria Minervina da Conceição Campina Grande, 2 de dezembro de 1935, 60.

³⁰⁶ Baraúna, Cipriano. Mãe sem amor ou voz dos abortos, 8, S/D

transformar num “monstro”, como escrevia a imprensa de época³⁰⁷. Assassinatos que, muitas vezes, nem eram explicados, ou talvez nem pudessem ser, como o de Maria Pereira, que matou, a golpes de foice, suas duas filhas e uma vizinha que tentou interferir no crime. Esse crime, ocorrido em Alagoa Grande, foi noticiado pelo *Correio da Manhã*, sob o título “crime monstruoso”³⁰⁸.

Em alguns momentos também, a imagem da adúltera foi relacionada à imagem da bruxa. Um exemplo disso, foi um conflito em 1934 entre marido e mulher, em que a referência à bruxaria aparece ligada ao adultério. Neste caso, Sebastião Pereira justifica o espancamento de sua ex-mulher, Júlia Francisca, por ela estar “adulterando com seu próprio amigo”. Mas não somente! Ele afirma, seguramente, em dois momentos do depoimento, que casou-se com a moça porque ela lhe fizera “catimbó”³⁰⁹, e que a bruxaria teria sido feita com a ajuda da avó de Júlia, tendo sido só por esse motivo que “ele casou-se com ela que, já não era virgem”³¹⁰.

Essa concepção de um poder sobrenatural que ameaça a masculinidade também pode ser percebida em outras regiões do país. Sônia Maluf, ao tematizar práticas de bruxarias, através de narrativas realizadas em Lagoa de Conceição, em Santa Catarina, no artigo intitulado “Gênero, poder feminino e narrativas de bruxarias”, discute como para os homens a bruxa representava uma ameaça de identidade masculina pois, sendo ela “associada à figura de uma mulher forte e poderosa, pode ser interpretada como uma ameaça à própria potência sexual”³¹¹.

³⁰⁷ Para Elizabeth Badinter, a mulher não se trata de uma figura “una”, definida por uma idéia de essência da maternidade natural. Em *O mito do amor materno*, desnaturalizou esse sentimento considerado, por muito tempo, como inerente à própria natureza da mulher, mostrando como a própria afetividade, tantas vezes atribuída à “essência” feminina, e, entendida pela historiografia atual como sendo também uma construção histórica, ou seja, o *sentir* tem uma fundação temporal e, especialmente, possível de ser historicizada, op. cit.

³⁰⁸ Em Cruz das armas. *Correio da Manhã*, Parahyba, 18 de julho de 1929.

³⁰⁹ Processo da primeira Vara Criminal de Campina Grande, 20.07.1934, 8

³¹⁰ Idem, ibidem.

³¹¹ MALUF, Sônia Weidner. « Gênero, poder feminino e narrativa de bruxaria ». IN : __Entre a virtude e o pecado. Org. Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos : São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1992, 207.

Nessa perspectiva, o enfraquecimento da força masculina era tão temido por Sebastião Pereira que ele acredita ter sido "encantado" pelos poderes de Júlia Francisco. A bruxa e seus encantos se assemelhavam à transfiguração da mulher adúltera, ambas igualmente causadoras do enfraquecimento da masculinidade.

Interessante perceber que, apesar das novas relações capitalistas estarem se institucionalizando nas primeiras décadas do século XX, na Paraíba, essas novas relações não implicaram numa ruptura com práticas tradicionais. No trecho da novela "Feitiço", escrita em 1935, por um contemporâneo Ascentido Leite em que, mais uma vez, o cenário é composto por uma história de adultério feminino e as práticas de bruxaria, a tradição pautada na "crendice" na época vivida, principalmente no cotidiano das camadas populares, era considerada por este autor, uma "hereditariedade do velho Sertão"³¹².

Essas várias práticas aqui abordadas, demarcam a convivência tanto de tradições antigas, como as crenças nas bruxas, quanto a emergência de modernas relações sociais, referentes à preocupação com a infância e com a feminilização do mundo do trabalho.

Mas, ao olhar dos letrados de época, que clamavam por civilizar a sociedade, era preciso acabar com costumes considerados anti-civilizados. Como aponteí no primeiro capítulo, a partir, principalmente, de fins da década de 20, no período de João Pessoa, há um interesse, por parte de grupos abastados, em eliminar as violências praticadas pelas camadas populares e nesse sentido, também a violência contra as mulheres ganham visibilidade.

Essa preocupação não se extingue com o fim do governo de João Pessoa, mas é acirrada na década seguinte, na medida que se intensifica uma campanha em favor de uma "civilização" dos costumes e valorização da família, num período em que o trabalho deveria se tornar o principal interesse da sociedade. Afinal, atitudes violentas e "bárbaras" não condiziam com o trabalho, com o progresso, não condiziam com a moderna feição que se queria dar ao estado, e

tornavam-se anacrônicas, face aos comportamentos de novos indivíduos comedidos, controladores de seus impulsos animais.

Mesmo assim, ainda em 1935, a ação governamental não era satisfatória a muitos, como aparece num artigo de um jornal de oposição ao governo, de nome, *O Povo*, e que criticava o assassinato de uma mulher, por seu marido, que a acusava de "prevaricação". O autor elaborou um discurso contra essa violência que agredia o "povo civilizado":

É lamentável que a Paraíba ainda venha de assistir factos dessa natureza(...) Não é possível que o povo ainda bata palmas por mais dias a situação que tem por fim denegrir o nosso conceito de povo civilizado

Não é possível que o Sr. Governador continue a ver na opposição paraibana o espirito do "combate systematico", não é possível que o povo paraybano continui, senhores, apoiando uma situação que nem sequer pode mais garantir à vida e a liberdade do indivíduo.³¹³

"Um crime bárbaro: uma terrível scena de sangue, ontem no bairro do Rogger" é o título desse artigo que além de ter merecido um longo texto, tratando minuciosamente dos detalhes dos conflitos entre o casal e, até, do procedimento da polícia, ainda volta a ser tematizado por diversas vezes, nesse jornal. O episódio trata do assassinato de Marina de Miranda, 18 anos, professora, por seu ex-marido, "o chauffer Ascentino Paulo da Silva que trabalhava no carro particular da Cia. De Tecidos Parahyba". Desconfiado de que sua mulher estivesse sendo infiel, Ascentino a abordara separando-se dela "oficialmente por uma acção de desquite". No entanto, dias depois, após constante vigilância do cotidiano de sua mulher, ele vai à casa da mãe de Mariana, onde esta se encontrava, e mata a mulher, com tiros de revólver³¹⁴.

³¹² Pantin...*Ilustração*, João Pessoa, ano 1, nº4, agosto de 1935, 15.

³¹³ Sobre o artigo, "Um crime bárbaro", do jornal *O Povo*, Paraíba, 24 de outubro de 1935, nº42, anno 1.

³¹⁴ *O Povo*, op. cit.

Esta história, narrada com extrema indignação pelo jornalista ao ato do marido Ascentino, se expressa por adjetivações pejorativas tais como “bárbaro criminoso”, “desalmado”, “bandido”, “perverso”, “frio assassino”. Palavras que marcam uma diferença entre a moralidade do casal: enquanto Ascentino aparecia como o destruidor da família, Maria Miranda Henrique era descrita a partir das qualidades de “honestíssima”, possuidora de um comportamento ao qual “jamais foi atribuído qualquer facto que desabone a sua moral”³¹⁵. Durante as narrativas que se sucederam, o jornal reivindicava a eficácia da “justiça”, no sentido de preservar a “inviolabilidade do lar”.

O próprio Horácio de Almeida, ao problematizar os debates sobre o divórcio, em 1933, pelo jornal *A Reação*, da capital, também critica os crimes de paixão e denunciava a indulgência com que os maridos que matavam suas esposas eram tratados:

Tem-se adoptado como regra entre nós, que o marido deva lavar em sangue o ultraje soffrido na sua honra pelo desvario de um mulher que não soube resistir á exaltação dos seus desejos sexuais despertados por outro homem. A sociedade toda parece ter interesse naquella violenta consummação (...) até hoje, ao se saiba, nunca um desses maridos soffreu a punição...³¹⁶(grifo meu)

Para além da indignação deste autor e de outros que se pronunciavam contra a recorrência dos crimes dessa natureza, uma cena emerge paralelamente à cena do assassinato Mariana: ação dos dois soldados que, mesmo tendo presenciado o crime, nada fizeram para evitar o episódio e nem tão pouco prenderam Ascentino, sob a alegação de que “o indivíduo que mata um, mata dez”³¹⁷. A reação dos soldados, também explicita que, ainda nesse período, os *crimes da paixão*,

³¹⁵ *O Povo*, op. cit.

³¹⁶ « boletim mensal da Liga Parahibana. *A Reação*, João Pessoa, agosto de 1933, nº 3, p. 3-4.

³¹⁷ *Idem*, *ibidem*.

sugeriam uma briga resolvida entre casais.³¹⁸ Outra questão é que a violência ainda era uma prática naturalizada na sociedade paraibana.

3 - fidelidade na vida e na morte: o véu negro.

As regras sociais exigidas para a fidelidade feminina não diziam respeito apenas às práticas das mulheres casadas ou separadas. As viúvas também corriam o risco de serem tomadas como “adúlteras”, mas do defunto.

Vestida de preto, no cabelo, um coque, no rosto, um ar sombrio de quem já morreu e, nos dedos inquietos, um terço, essa era a imagem de “viúva triste”, merecedora do respeito dos parentes, dos vizinhos e da igreja. Mas, essa mulher incorporaria de bom grado sua fantasia?

Essa imagem de “viúva triste”, mesmo no início do século XX, aparece nos antigos álbuns fotográficos de família e está presente também na literatura. Escrito em 1860, *A viúvinha*³¹⁹, de José de Alencar, é um clássico no sentido de perpetuar essa imagem de viúva triste e pura. A imagem criada para a viúva era uma espécie de alquimia de fidelidade da mulher casada e pureza da moça virginal. Essa criatura não tinha sexualidade e, caso viesse a se casar, justificaria seu ato pela necessidade de um homem que a protegesse. Carregaria por toda a vida o “nome” do marido morto.

Cuidadosa com os desvirtuamentos das viúvas, uma Cartilha da Igreja Católica, circulava por entre os dedos dos féis. A lista dos filhos com os respectivos anos de nascimento presentes nesta cartilha, encarregava-se de marcar

³¹⁸ Segundo Susan Besse, existem dois momentos de ruptura em que o assassinato de mulheres é discutido pelos juristas - 1910-1930 e depois 1970 -, e que, apesar das “estatísticas” apontarem uma diminuição dos crimes após a década de 70, talvez isto não tenha ocorrido por conta da reforma no Código Penal proposta pelos juristas para solucionar a problemática. Mesmo assim, somente volta-se a falar desses crimes a partir da década de 70, com a abertura política e o movimento feminista. Idem, idem., 197.

³¹⁹ O exemplo mais comum dessa imagem é a jovem viúva descrita por José de Alencar, em seu romance, *A viúvinha*. Neste, a viúva, embora jovem, só volta a ser feliz quando reencontra o marido que acreditava estar morto. ALENCAR, José de. *A Viúvinha*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1978.

o movimento desse documento pelas primeiras décadas desse século. Nela era oferecido uma espécie de receituário para todos os personagens da sociedade: marido, mulher, viúva, moça, rapaz, patrão e empregado. Para que a viúva se mantivesse “honrada”, a tal cartilha prescrevia as seguintes recomendações:

1. Viver pura como as virgens
2. Vigilante como as casadas
3. Dar exemplos de virtudes a umas e a outras
4. Ser amiga do retiro
5. Inimiga dos divertimentos
6. Aplicada à oração
7. Cuidadosa pelo seu bom nome
8. Amante da mortificação
9. Zelosa pela glória de Deus.³²⁰

Esses nove mandamentos dirigidos às viúvas, poderiam se resumir no penúltimo conselho: ser “Amante da mortificação”. Ou seja, uma vez morto o marido, a viúva deveria enterrar-se simbolicamente com ele, numa idéia que incluía a própria viúva na lista dos pertences do defunto.

Era comum nos jornais, por ocasião da morte de uma boa viúva “honesta”, os parentes escreverem “homenagens” aos seus bons procedimentos, como no caso da “Ilustre Dama”, D. Raquel Joffily, “inteiramente voltada aos princípios católicos que, nortearam a sua família e fluido de consideração e respeito do largo circulo de amizade, dados os seus excelentes dotes de espírito e de coração”³²¹. Seu nome era citado mais para enaltecer o “nome” de seu marido, seus feitos e seu prestígio, do que para falar de seu próprio nome. A viúva “honrada” legitimava sua autoridade, à medida que impunha respeito.

³²⁰ Cartilha da Igreja Católica, p. 208 e 209. S/R

³²¹ Ainda em 1939, o artigo do jornal comunica a morte da viúva da seguinte forma: ... “A ilustre dama, que acaba de falecer em idade provecta, residia há anos em João Pessoa em companhia dos filhos e netos - segue-se a lista de nomes - natural do Distrito de Pocinhos, a exma. Sra D. Raquel Joffily filha do capitão *João Torres Brasil* (...) inteiramente voltada aos princípios católicos”. Jornal, Voz da Borborema, Campina Grande, 15 de fevereiro, 1939, ano II, 3.

Mas, a viúva estava inserida numa relação de forças na sociedade, podendo ter seus atos desmontados, se não estivessem em comum acordo com as expectativas sociais, referentes à sua figura de viúva.

Num processo de 1940, em Campina Grande, a viúva D. Severina trama, com sua filha Clotilde, o assassinato do genro. À noite, Clotilde, como o combinado, atraiu seu marido para os fundos da casa, quando “repentinamente”, D. Severina aparece vestida numa “capa escura” e o “ataca por traz com um punhal”. Francisco sobreviveu. O “ódio”, alimentado pela viúva em relação ao genro, seria por “desentendimentos domésticos” e também por ter Francisco, antes de casar, “deflorado” Clotilde.

Apesar do argumento da viúva sobre o mal comportamento de Francisco, alegando que ele espancava a ela e sua filha e também era “dado a bebidas”, a viúva foi condenada pela “pena mínima” de 3 meses e 15 dias de prisão. Venceu o argumento de que ela era “arruaceira” e gostava de brigas, ou seja, era uma viúva atípica, fugia dos estereótipos estabelecidos para a “boa viúva”, como se explicita no depoimento de Antonio José, um vizinho da família que, ao defender Francisco e Clotilde como “bons vizinhos”, diz que “sabe por ouvir dizer”:... “que Severina (sogra), é mulher malcreada, arruaceira e perversa, tendo genio do mau”.³²²

Ainda no início do século, o revés da viúva “triste” era a “viúva alegre”, o que implicava dizer que o revés da viúva fiel era a viúva adúltera. Essa imagem de mulher poderia sair da própria viúva triste, pois o momento de ruptura era o ato do desvio. A “viúva desviada” e/ou a “viúva alegre”, era mal vista socialmente, por ser considerada *adúltera*. Uma adúltera, que se encarnando o nome do marido, alimentar-se-ia, durante toda sua vida, da “desonra” do morto.

O limiar entre as imagens de *adúltera*, *viúva alegre* e *prostituta* era tão fluido que, muitas vezes, poderiam ser confundidas. Este parece ser o caso da famosa Zefa Tributino. Ela se casou aos 12 anos de idade com o “Coronel

³²² Processo de tentativa de assassinato, Campina Grande, 5 de fevereiro de 1940, 11

Tributino, patenteado em terras e gados no município de Cabaceiras³²³(Paraíba). Ela já estava morando em Campina Grande, em 1924, quando ficou viúva. Dessa época em diante, sua vida mudou de forma tão radical, que em entrevista concedida ao jornal da Paraíba, quando o entrevistador R. Dinoá insistiu para que falasse o nome completo de seu marido, respondeu: ... "deixa pra lá ! A memória só registra "Tributino" Talvez porque o "nome" e "alguns trocados foi a única herança que ele deixou o que me impeliu para negócios de amor"³²⁴.

De posse do nome do primeiro marido, ela torna-se muito mais do que uma "viúva alegre"; ela torna-se dona do maior Cassino da Paraíba, o *Eldorado*. Situado à rua Manuel Pereira de Araújo, no centro da cidade de Campina Grande, ao lado de outros cabarés - onde hoje fica a Feira Central -, o Cassino Eldorado era uma requintada casa de diversão. Ao estilo das maiores casas dos grandes centros do país, era freqüentado na década de 30, no período áureo do algodão, pelos homens de posses da cidade: os coronéis, os grandes comerciantes e os políticos. Neste "ambiente de respeito", como diz Zefa Tributino, onde os homens só entravam se estivessem vestidos a rigor e as mulheres da casa sempre "bem vestidas", "mulheres para todos gostos", muito dinheiro ganho com o comércio do algodão foi gasto, segundo as palavras de um contemporâneo.

As festas do Eldorado eram regadas à champanhe francesa, ao som de cantores como Orlando Silva, Vicente Celestino, Carlos Galhardo e muitas companhias de balé e artistas de cinema nacional, que faziam das noites campinenses um mundo de diversões e de prazeres. Neste mundo de diversão, a viúva Tributino soube muito bem desfrutar do nome respeitado do seu marido, um nome caro que seu corpo, "este corpo gasto, que já foi lindo e requisitado, tremeu muito sob o peso das emoções várias",³²⁵ diz a "Deusa do Cassino".

Zefa Tributino se torna uma personagem bastante peculiar, para entender um pouco da complexidade da sociedade paraibana, principalmente dos anos 30,

³²³ DINOÁ, Ronaldo, op. cit., 552.

³²⁴ Idem *Ibidem*, 553.

marcada por rígidas fronteiras morais, ao mesmo tempo tão fluidas, em determinados momentos, uma vez que ela transitava por várias imagens de mulheres nessa sociedade: mulher casada, viúva, prostituta, cafetina. Ser vista como prostituta, numa sociedade cujos códigos de honra se regem a partir da fidelidade, do recato e da pureza feminina, deixa inexoravelmente às demais mulheres que não se enquadram nesse lugar, a “desonra”. Mas, ser uma “desonrada” significava viver à margem?³²⁶

Zefa Tributino, embora habitante dessa sociedade reguladora da infidelidade, não deixava de se fazer “respeitável”. E respeitável não somente dentro de seu *cabaret*, mas diante mesmo de autoridades como o delegado e o próprio governador, a exemplo de um processo de espancamento aberto contra ela, em 1932.

Quando ainda era proprietária da Pensão Moderna, um conflito é registrado na Primeira Vara Criminal de Campina Grande por questões de intrigas entre ela e a dona da Pensão Nice, ambas no bairro do baixo meretrício denominado Manchúria. O conflito é instaurado entre as “meninas” das duas pensões, por questões de rivalidade, e por Zefa desconfiar que sua rival estaria fazendo “catimbó” para ela. De acordo com os depoimentos, Zefa seria mandante do espancamento das “meninas” que trabalhavam na pensão concorrente. Diante da insatisfação das “ofendidas”, Zefa fez novas ameaças, segundo narrativa de Amélia, empregada da Pensão Nice: “se quisesse, prestasse queixa a polícia, mas ela Zefa não tinha medo, pois tinha garantias do chefe da polícia” e mais “que

³²⁵ Fala de Zefa Tributino. DINOÁ, Ronaldo, op. cit., 554.

³²⁶ Natalie Zemon Davis, ao voltar-se para a Europa do século XVII, mostra em seu livro *Nas margens*, como três mulheres conseguiram, a partir das sociabilidades, estabelecerem relações de poder com os seus contemporâneos dentro da política. DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens : três mulheres do século XVII*. São Paulo : Companhia das Letras, 19.

apareça o bom para ela prender"³²⁷ .

Entretanto, ao ser intimada, Zefa não somente desafiou às autoridades, negando-se a comparecer à delegacia, como também investiu contra o próprio delegado que, pressionado pelas evidências do delito, insistiu em intimá-la. Zefa exigiu o afastamento do delegado, em pedido que ela fez diretamente ao próprio governador, segundo a ofendida Maria Alves, repetindo as palavras e a forma como Zefa diz que ela “em voz arrogante (...) que havia arranjado a exoneração do então tenente João de Souza, do cargo da polícia desta cidade”³²⁸. Esta afirmação é colocada pela própria Zefa Tributino, em seu depoimento, quando de sua vinda da capital:... ‘fui à capital, e lá, falando com o doutor Severino, este lhe entregou um cartão para o delegado desta cidade (...) , no dia seguinte, não sabendo se o tenente João de Souza, ainda continuava sendo delegado”³²⁹

O delegado foi, realmente, afastado do caso e Zefa nenhuma punição sofreu. Essa imagem de cafetina entrelaçada às malhas das autoridades não é somente um privilégio de Tributino. Em cidades como São Paulo, as relações entre donas de prostíbulos e delegados também eram estreitas no início do século³³⁰.

Se a viúva para manter-se *fiel* ao marido morto deveria encarná-lo, honrando seu nome, ninguém melhor do que Zefa parece ter conseguido fazer isso. Ao se apropriar do nome do marido, *Coronel Tributino*, ela reelabora o nome *Tributino*, criando um outro conceito de respeitabilidade para o mesmo, entretanto, ao seu próprio favor. Ironicamente, Zefa Tributino se mantém *fiel* ao nome do marido até sua morte em 1997. Zefa Tributino, a “Deusa do Cassino”, referida pelo seu amante e então cantor do Cassino, Emílio Silva, em entrevista à *Memória de Campina Grande*, revela não ter sido o único amor de Zefa, pois

³²⁷ Fala de Amélia, Processo espancamento de Zefa Tributino, Campina Grande, 24 de novembro de 1933,16.

³²⁸ Fala de Maria Alves, op. cit., 19

³²⁹ Fala de Zefa, Idem, ibdem., 39.

³³⁰ RAGO, Margareth. op. cit.

havia, “dois amores que era eu e o falecido Monteiro da Farmácia Azevedo. Era, assim, uma espécie de “Dona Flor e Seus dois Maridos”³³¹.

À medida que a mulher tida como “honesta” - casada, separada ou mesmo viúva -, rompia o pacto social da fidelidade, nem sempre isso transparecia. No romance *A Viúvina*, ao qual já nos reportamos, de José de Alencar, uma senhora acreditando que o marido havia morrido, constrói para si uma imagem de viúva triste, combinando a sobriedade de suas roupas à suas atitudes austeras, mantendo-se fiel ao marido até quando ele, anos depois, retorna com outro nome, se fazendo passar por outra pessoa. Só ao saber que essa “outra pessoa”, era o seu próprio marido, volta a ter relações com ele. Em outra obra literária escrito por Machado de Assis, a viúva contrapõe-se a essa imagem. Em “D. Paula”, o autor fala de uma mulher viúva e respeitável dentro de sua comunidade que rememora seu passado - em pensamento -, enquanto conversa com sua sobrinha.

Certo dia, enquanto aconselhava sua sobrinha para que ela não cometesse adultério, as lembranças de D. Paula vagueiam por seu passado de jovem “senhora casada”. E nessas lembranças, também ela teria “bebido a taça das paixões”, também ela teria sido infiel ao seu marido. Mas, o tempo quase apagara sua infidelidade e sua transgressão ficara em segredo, possibilitando que a mesma conseguisse manter sua imagem de senhora respeitável e conselheira e, como diz Machado de Assis, “cheia de prestígio e consideração”³³².

Em outra obra, *A viúva Barros*³³³, escrita no início do século 20, por Elisa Teixeira Leite, a inscrição da viúva na sociedade paulista é tematizada por uma personagem que, para conseguir o amor de um homem, marido de sua amiga, utiliza-se de vários subterfúgios, muitas vezes maquiavélicos. Mesmo que, no fim do romance, a viúva Barros termine sozinha e arrependida de seus atos de mulher inconstante e apaixonada, o romance mostra os muitos caminhos que uma

³³¹ DINOÁ, Ronaldo, op. cit., 556.

³³² ASSIS, Machado de. *Seus Trinta Melhores Contos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 10 edição, 2000, 230

³³³ ABREU, Elisa Teixeira Leite. *A viúva Barros*. São Paulo: Typo a vapor M. L. Bühnoeds &

mulher de seu tempo, vivendo a condição da viuvez, poderia criar para lidar com os códigos morais da época.

Viúvas tristes, viúvas alegres ou viúvas que tentavam assassinar seus genros. Seriam estas as únicas imagens existentes? Quantas mulheres vivendo sua viuvez encobriram suas experiências de fidelidade e guardaram segredos?

4 - uma nova forma de falar sobre o adultério.

Este pequeno tópico pode explicar melhor a constante reelaboração da idéia de infidelidade feminina no cotidiano. Falar, então, da vivência cotidiana de mulheres casadas, separadas ou viúvas, inscritas a partir do conceitos de adultério, é colocá-las no lugar comum do desvio moral da infidelidade. Mas é também atentar para o fato de que este lugar não é um conceito natural, mas, sim, normatizado cotidianamente, a partir de novos termos que são constantemente incorporados, e que funcionam como uma indumentária para descrever as mulheres que ultrapassam os limites circunscritos para a fidelidade.

A palavra adultério no período estudado na Paraíba, portanto, está carregada por signos próprios a esse recorte histórico. Ela é metafórica, como já disse em outro lugar do texto e assim, é passível de inúmeras descrições; é um conceito construído a partir de uma intertextualidade fundada na moralidade vivenciada na sociedade paraibana. Na década de 20, com as preocupações das autoridades com o controle da sexualidade, surgem novas formas de falar sobre o adultério e um dos termos usados, pelo discurso médico que acaba se inserindo na linguagem do cotidiano, é o termo "relações sexuais".

A história da personagem, Luíza Maria da Conceição, mais uma das tantas mulheres nomeadas como adúltera, se inscreve aqui, nessa narrativa sobre "traições" e "assassinatos", para entendermos como a própria linguagem médica, ao se inserir no cotidiano dos paraibanos, possibilita um alargamento da conceitualização da prática do adultério. Esse caso marca uma diferença em

relação aos processos de 1909 -Minervina- e 1917 - M. do Amor Divino -, pois invoca uma *nova maneira de dizer* o tema do adultério: nesse processo aparece o termo "relações sexuais" que, por sua vez, representa uma ruptura na linguagem que, até então, nomeava a prática das relações de infidelidade, somente a partir de conceitualizações morais.

Antes da década de 20, os processos consultados na Comarca de Campina Grande e, mesmo os artigos nos jornais da Paraíba, os termos "relações ilícitas", ou atos libidinosos" eram recorrentes, quando se queria enfatizar as práticas sexuais consideradas "imorais", ou seja, quando se tratava de mencionar desvios, socialmente interditados, no campo sexual. Por exemplo, a descrição do adultério que aparece num processo de 1901, quando Sebastião, amante de uma mulher casada mata o marido desta, aparece da seguinte forma no texto do depoimento do acusado:

...travou relações ilícitas com a mulher da victima que se julgava ameaçado pelo mesmo marido por desconfiar dessas suas relações amorosas(grifo meu).³³⁴

Esse processo que, no depoimento de Sebastião, nomeia a relação extraconjugal a partir dos termos "relações ilícitas", ou, em outro momento de sua fala, como "relações libidinosas", ainda inscreve outros termos comuns como "desonestidade" e mesmo "infidelidade". E nesse sentido, a prática do adultério é diluída num amplo campo moral. Aliás, o próprio termo "relações amorosas" é flexionado, uma vez que remete tanto a uma prática de adultério quanto a uma relação de concubinato. Por exemplo, um outro processo de 1919 fala de um caso de tentativa de assassinato de uma certa Joanna Ramos por Manuel Mattias, em que a testemunha, diz que:

³³⁴ Processo de assassinato. Primeira Vara Criminal de Campina Grande, 25 de julho de 1901, 5

... denunciado e a ofendida haviam tido relações amorosas, mas que a vítima já havia deixado.³³⁵(grifo meu)

Os termos anteriores à década de vinte, também continuam sendo usados no discurso jurídico, entretanto, a inserção do termo "relações sexuais" se apresenta como uma ruptura na linguagem dos processos-crime, em Campina Grande, e cria um novo *dizer* para o desvio da prática de adultério. De acordo, então, com essa pesquisa, em 1922, o termo é escrito num processo-crime que trata do "estupro" de uma adolescente pelo seu próprio cunhado³³⁶. Depois, como explicita o processo de assassinato de Luíza Maria Luíza da Conceição, em 1929, o termo é escrito para melhor designar, definindo com "precisão", a prática de adultério feminino.

O casal, José Antonio, de 29 anos, e Luiza Maria da Conceição, de 30 anos, muda-se de Pernambuco para Campina Grande, com suas duas filhas pequenas - Lídia, de cinco anos e Maria, de seis -, e como normalmente ocorria com as famílias pobres, enquanto resolviam seus problemas financeiros, durante dois meses, ficam morando na casa de um amigo, João Belo, no lugar ainda hoje conhecido por nome Marinho, na rua João Tavares.

Desconfiado que estava sendo "enganado" por sua mulher, José Antonio da Silva, o acusado, resolveu sair com sua família da casa de João Bello, para morar na Rua das Piabas - próximo ao bairro do Marinho. Mas, "antes de sair de casa de João Bello, José Antonio viu sua mulher conversando com aquele e desconfiando da intimidade de ambos, no mesmo dia, interrogou sua mulher a respeito daquela

³³⁵ Processo da primeira Vara Criminal de Campina Grande, tentativa de assassinato em 1919.

³³⁶ Em 1922, um processo de estupro também registra o termo "relações sexuais". É a história de uma adolescente que fora passar uns dias na casa da irmã doente. E como dormia no mesmo quarto do casal, o cunhado levanta à noite vai até sua cama, e fechando sua boca com as mãos para que ela não gritasse, a estupra. E isso se repete pela segunda vez, até o irmão da moça descobrir. Segundo os depoimentos, a irmã doente não percebe o acontecido, em seu próprio quarto.

intimidade" ³³⁷ ao que, segundo ele, ella teria lhe respondido: ..."ser exacto já ter tido relações sexuais com o alludido João Bello" ³³⁸ (grifo meu).

A partir da "confirmação" de Luíza Maria, intensificam-se os conflitos entre o casal que culmina no assassinato da mesma. Coincidência a menção ao termo "relações sexuais", nos dois processos da década de 20? Talvez não, pois é justamente nessa década que os médicos passam a interferir na vida cotidiana dos paraibanos. Talvez, porque, nesse momento, a preocupação com doenças como a *sífilis*, que assusta os tempos modernos, e preocupações com a "saúde higiênica", fazem com que médicos, como Elpídio de Almeida, Dr. Chateaubriand, Dr. Francisco Pinto, Dr. Inácio Mayer e outros se esforcem por "informar" à comunidade paraibana, através de artigos em jornais, sobre os cuidados higiênicos, familiarizando-os, assim, com sua linguagem técnica.

Alguns destes médicos, formados na Faculdade do Rio de Janeiro, trouxeram para o Estado da Paraíba, modelos de práticas médicas aprendidas na escola de Medicina carioca. Embora a maioria deles não tivesse especialização, "faziam de tudo", como diz o Dr. João Tavares ³³⁹ dermatologista e sifiligrafista, que começou a clinicar em Campina Grande, em 1925 ³⁴⁰. Aos poucos, estes médicos foram ganhando confiança pública, ao mesmo tempo que iam inserindo seu saber médico, nas práticas cotidianas dos paraibanos. ³⁴¹

³³⁷ Processo de assassinato. Primeira Vara Criminal de Campina Grande, 28 de dezembro de 1929, fala de José Antonio da Silva, 4.

³³⁸ Processo de assassinato de 1929, fala de Antonio José, 4

³³⁹ Depoimento de Dr. João Tavares, no livro: *Memórias de Campina Grande*, op. Cit. p.242

³⁴⁰ Lílian Schraiber, analisando as entrevistas de oito médicos e uma médica, que atuaram em São Paulo a partir da primeira metade do século XX, mostra como a medicina nesse período ("medicina liberal") dependia não somente de uma formação, mas de um "fazer-se médico" a partir da proximidade com o paciente e a confiança adquirida na comunidade, ou nas próprias palavras de Dr. Antonio, um dos entrevistados, "o médico estava muito mais "ligado ao paciente", ele "convivia", ele "sentia todos os problemas do paciente". Segundo a autora, essa ação médica que antecede a "medicina tecnológica" é praticada até a década de 60, quando marcará o deslocamento definitivo do modelo liberal de prática. SCHRAIBER, Lílian Blima. *O médico e seu trabalho: limites da liberdade*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993, 77

³⁴¹ Jurandir Freire mostrou como durante todo o século XIX, os médicos lutaram para se imporem diante dos curandeiros, parteiras, homeopatas no sentido de "monopolizar" o saber e o direito de assistir as doentes. FREIRE op. cit., 76.

Essa ampliação do saber médico na Paraíba pôde ser percebida, no capítulo anterior, quando apontamos o discurso médico-higiênico na sociedade, principalmente relativos à organização da família. Mas também se expressam através do número dos processos abertos contra os “charlatões”, ou “farmacêuticos” que indicavam remédios inadequados aos pacientes, numa clara indicação das tensões estabelecidas, no período de afirmação de um saber médico e “científico”, em detrimento do conhecimento popular³⁴².

Em meio a essas interferências mais diretas dos médicos na vida dos paraibanos, a inserção do termo “relações sexuais”, na escrita dos processos, pode ser explicada também pelo fato do discurso jurídico sofrer uma influência da medicina moderna e passar a criar termos que ultrapassam as fronteiras da moralidade, instituindo-se como espaço da racionalidade. Uma racionalidade que fabrica um “novo dizer” sobre o comportamento sexual, na área do Direito, na tentativa de controlar o corpo³⁴³.

Esse investimento lingüístico instrumentalizado no cotidiano não só daria materialidade ao adultério, como também, instituiria uma moral permissiva quanto ao uso da violência em geral à mulher. Num contexto europeu, Vigarello³⁴⁴, ao estudar o estupro, afirma que a inserção de *novas palavras* que hierarquizam a violência, como por exemplo, o “atentado ao pudor” servem “para melhor escalonar os fatos e qualificar um ato julgado menos grave do que o estupro”.

³⁴² Analisando os conflitos entre os médicos e os praticantes da medicina popular, Fábio Gutemberg cita o processo contra José Cassimiro Barbosa, conhecido como “Lingua de Aço” pelo médico João Arlindo Correa. No processo, é visível não somente a ousadia de Lingua de Aço ao enfrentar o delegado e o juiz, mas também o prestígio que ele gozava junto às pessoas comuns. SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de, op. cit., 150-151.

³⁴³ A autora Magali Engel afirma existir no Brasil, já na segunda metade do séc. XIX, a construção de um discurso sobre o sexo pelos médicos brasileiros. Estes desenvolvem um *saber* sobre o sexo, e investigam “sobre o comportamento em várias áreas de conhecimento, entre as quais destacam-se particularmente, a medicina, a demografia, o direito, a psiquiatria e, mais recentemente, a sexologia”. In: *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1889)*, op. cit., 13.

³⁴⁴ VIGARELO, op. cit, 111

Assim, ao se nomearem as relações consideradas "ilícitas", a partir das práticas sexuais, define-se, a partir de imagens contrapostas, o lugar maculado do amor e do casamento *versus* o adultério, como seu oposto, destruidor do casamento e da família. O "uso" da linguagem sobre a prática do adultério, sendo reatualizada no processo-crime, implica numa vontade de dizer mais e melhor sobre os desvios do casamento, o que somente aumentaria a gravidade da transgressão feminina. A década de 20 na Paraíba é, portanto, o período de instauração do dispositivo da sexualidade, um período em que as práticas sexuais são rastreadas, codificadas.³⁴⁵

O campo discursivo para a prática do adultério parece, então, se ampliar no sentido de tentar criar uma visibilidade social. A partir da multiplicidade de falas sobre as mulheres adúlteras, cotidianamente, cria-se constantemente um tecido linguístico que dá forma à *mulher adúltera*. Mas, não será uma criação de falas soltas e desordenadas na sociedade, fora do tempo e espaço, pois como um intertexto é acionado, ao mesmo tempo, um lugar discursivo já existente no social, carregado de (pre)conceito. Assim, entre outras tantas, as histórias das mulheres Minervina, Maria do Amor Divino, Luíza Maria da Conceição também foram fabricadas, como adúlteras, a partir do cruzamento da linguagem comum com outras linguagens "científicas".

³⁴⁵ Sobre o "dispositivo da sexualidade", ver página 23.

IV - *Considerações Finais:*

Ao longo desse trabalho, percebi como a prática do adultério ganhou visibilidade na Paraíba da primeira metade do século XX, e como isso pressupunha, ironicamente, dois movimentos análogos e contrários ao mesmo tempo. Pois o movimento em que se tenta isolar a mulher adúltera da sociedade, inscrevendo em seu corpo as marcas da traição, fazendo-a sair da sombra para amortecê-la é o mesmo que a torna visível. Visível, porque o corpo da "mulher falsa ao marido" passa a ser um ponto de confluência para onde se dirigem todas as preocupações: a adúltera repele e atrai a sociedade simultaneamente e todos os olhares a tornam um corpo estranho, passível de ser habitado por noções que redefinem seu antigo corpo - corpo de mulher casada "honesta" -, estabelecendo para ela uma outra historicidade que ressignifica seu passado. E é essa criação de um campo de visibilidade que faz do corpo da adúltera um "corpo erotizado"³⁴⁶, no sentido apontado por Michel de Certeau, isto é, um corpo visado pelas disciplinas, simultaneamente investido por imagens do desejo, criando uma relação extremamente ambígua entre a sociedade e a "desviada".

Essa ambígua relação pode ser percebida a partir de um episódio ocorrido em 1916, quando um caixeiro viajante sobe "escala a casa" de uma mulher da alta sociedade paraibana. O caixeiro certamente sabia dos riscos que estava correndo. Principalmente numa época em que os códigos de honra eram tão rígidos, no qual o espaço feminino, o lar, era tão vigiado. Mas, ele corre os riscos e vai ao quarto dela, no "meio da noite", talvez encantado pelas seduções de uma "mulher experiente"³⁴⁷, ou encantado pela mulher do outro para ter com ela um "lovelace". Os dois são flagrados pelos parentes do marido ausente. O espancamento do

³⁴⁶Parto do conceito trabalhado por Michel de Certeau, em seu livro *A escrita da História*, no qual analisa a visão do índio pelo europeu, percebendo como este construiu sobre aquele, uma imagem de afastamento e de atração, ao mesmo tempo, op. cit., 226-28.

³⁴⁷ Maria Luiza fala de sua mudança após o camaneto, de "como ela havia mudado e como o casamento lhe trouxera experiência », « tinha experiência", op. cit., 35.

caixeiro é um sinal da violação dessa fronteira do território do marido, pois mesmo na ausência deste – assim, como no caso de Minervina –, os tutores da mulher se encarregariam de castigar o invasor.

A mulher é flagrada pelos parentes e pela polícia que já tinha sido chamada ao local. A notícia é estampada nos jornais. Esse é o momento de *invenção da mulher adúltera*, esse é o momento de fazê-la sair da sombra e é também o momento de constituição do “corpo erotizado”, do corpo que atrai todos os olhares. E é desses olhares que se constróem outras possibilidades de vida.

O momento da “descoberta” do adultério é também o instante em que a imagem de mulher “honesta” é desmontada: a quebra do espelho. Transformada em cacos, a senhora da “alta sociedade”, como é inscrita no jornal, transforma-se em todo um dizer de gestos de pecado, gestos de delito. Ela é toda uma poética de escritas “obscenas”.

A mulher que se encontrava na “invisibilidade social”, agora torna-se “falada”. “Somos dos que pensam que esses *lovelaces* devem ser tratados com o máximo rigor para o alevantamento moral e desagravo da honra das famílias”³⁴⁸, diz o escritor do jornal, achando que fora um exagero o espancamento do rapaz. Assim como acontecia com outras mulheres anteriormente citadas nesse texto, é desses cacos do espelho quebrado que o corpo e todo o passado da mulher é recomposto: a partir de seu ato de desvio, ela se torna uma “adúltera”.

O fato de, em 1931, João Peixoto propor à Clotilde Araújo ter relações sexuais, ou de Antonio José propor “pernoitar” com Maria de Moraes (1939) explicita o tipo de moralidade na qual as mulheres separadas estavam inseridas. Ao se separarem dos maridos, abre-se para elas um espaço de permissividade e funda-se potencialmente, em seus corpos, a imagem de mulher de “vida livre” e nesta era impressa sua marca infame.

É claro que a construção da imagem de adúltera dava-se em meio a conflitos, dos quais, muitas vezes, as mulheres acusadas de terem traído

conseguiram se safar, através de manobras astuciosas. Este é o exemplo de Maria Pereira (D. Moça), acusada de adultério pelo sobrinho do marido (1940), que reafirma sua integridade a partir de sua cidadania e de sua responsabilidade materna abrindo um processo contra seu "caluniador".

Esse processo é um dos exemplos da apropriação positiva da lei pela mulher, não só porque ela consegue a condenação de seu "difamador", mas também porque aponta para a ação feminina face a uma jurisdição que ainda não reconhecia a autonomia plena da mulher. D. Maria, que vivia na cidade de Queimadas, teve seu nome exposto por toda a vizinhança pelo sobrinho de seu marido, Heronides. Este, um jovem de vinte anos, de posse de uma viola, cantou e decantou pela vizinhança que teria tido com sua cunhada "relações sexuais na Sexta Feira da Paixão"³⁴⁹.

A notícia chegou aos ouvidos do marido. Ele se desespera: sua esposa que, até então, lhe fora "fiel", estaria "traíndo-o" com seu sobrinho? "Estava não", dissera a mãe da mulher e "nem em pensamento fora falsa a este"³⁵⁰. "Estava não", disseram alguns vizinhos, pois ela sempre fora "boa senhora, mãe de sete filhos"³⁵¹.

Porém, as palavras de Heronides haviam maculado por demais a honra da mulher. Uma testemunha repetia as palavras do jovem enamorado: "se tinha como honesta e leal ao marido dela, no entanto Heronides tivera com ela, relações sexuais em sua própria residência"³⁵². Assim, o marido de D. Maria, "homem de vergonha" nas palavras da própria esposa, prefere deixá-la em casa de sua sogra.

Embora se tratando de uma mulher acusada de adultério, sua imagem é revertida no decorrer do processo de difamação que abre contra Heronides,

³⁴⁸ O Jornal, itabaiana, 2 de Julho, Anno 2, n°24.

³⁴⁹ Processo de difamação. *Primeira Vara Criminal*, Queimadas, 1940, trecho que consta da apresentação do processo, 2

³⁵⁰ Processo de difamação, 1940, 6.

³⁵¹ Idem, ibdem., 8.

³⁵² Idem, ibdem., 7.

através de um "tutor". E não por coincidência, o discurso da mulher honrada prevalece: primeiro, porque ela própria insiste em abrir um processo contra ele, e esta atitude é lembrada pelo juiz que, em seu parecer, afirma se ela fosse culpada não teria insistido em abrir o processo, se o fazia era porque tinha "a consciência limpa"; segundo, porque durante o processo ela cria um discurso da respeitabilidade, apropriando-se de conceitos como "digna mãe de família", "boa dona de casa", "honestas", "mulher honrada" e "mãe de sete filhos".

Se no início dessa história, sua imagem é questionada, no decorrer do processo, as imagens da mulher e de Heronides se movem e tomam formas opostas. Enquanto o nome de D. Maria se distancia cada vez mais da imagem de "adúltera", a partir do campo simbólico da esposa honesta e, portanto perfeitamente enquadrada no padrões sociais de época, o nome de Heronides é pintado como um :... "tipo desqualificado, farrista e sambista"³⁵³ e portanto, uma exemplo degradante de masculinidade, indesejado pelas autoridades que primavam pela moralização dos costumes.

O arremate final é dado pelo advogado de D. Maria, que une a honra e a religião, para dizer como o adultério é a maior infâmia de uma mulher e de seu lar, na seguinte fala:

Esta infâmia, a maior que se poderia proferir contra a honra e os sentimentos religiosos da ofendida (...) seu lar pobre e honrado sofreu o transtorno máximo³⁵⁴

Um outro caso é o de Ottila que, ao negar ser uma mulher "falsa", reforça sua argumentação a partir de mulher "que cumpre seu dever de dona de casa"³⁵⁵, ou seja, apropriando-se dos próprios conceitos de esposa divulgados pelas autoridades governamentais que, servem às mulheres para justificar seus "delitos". Essas falas, embora pronunciadas por diferentes mulheres, na singularidade de suas vidas, criaram uma abertura no campo da prática de infidelidade e

³⁵³ Idem, *ibidem*, 22

³⁵⁴ Idem, *ibidem*, 41

³⁵⁵ Processo de 1935, tentativa de assassinato, fala de Ottila, 7.

permitiram uma retomada de suas antigas imagens de “mulher honesta”, mesmo que de forma inteiramente nova. Pois, mesmo conseguindo provar sua “inocência”, para a mulher tinha-se construído, agora, um dispositivo que poderia ser acionado em qualquer gesto duvidoso: construíram-se, à sua volta, novas vigilâncias.

Assim, dentro do mesmo campo de produção dessa subjetividade moral, no qual se atribuíam lugares de interdição para as mulheres casadas a partir do conceito de fidelidade desejado, também criam-se desdobramentos, *linhas de fuga* que, nesse caso, partem do próprio corpo do adultério. Tais imagens são criadas a partir de lugares de oposição, tais como: mulheres “honestas”/cidadãs *versus* mulheres “adúlteras”, o que na maioria das vezes significava, mulheres “puras” *versus* mulheres “prostitutas”, “falsa” à Pátria, ou ainda, mulheres “desnaturadas” *versus* “mães de família. Nesse sentido, a infidelidade feminina se transfigura em figuras femininas que se inscrevem a partir do medo e da sedução, como é explicitado no caso de Zefinha, uma personagem que inquieta as memórias do romancista José Lins do Rego.

Em seu livro de memórias intitulado *Meus Verdes Anos*, ao falar de sua infância numa pequena cidade, o autor se lembra de uma certa “Zefinha”, uma mulher casada que a tia Laninha chamava de “Tipa” e a desprezava por haver traído o marido. A raiva dela aumentava na medida que seu marido olhava com desejo para Zefinha.

O escritor também fala da “atração” que sentia por aquela mulher alegre, debruçada na janela, cujo corpo “incitava os olhos” de tantos homens, pois até os “presos a viam de suas grades e falavam daquela aparição com palavras que chocavam”: “Dava cinco”, dizia um. “Morria em cima dela, dizia outro.”³⁵⁶

Zefinha era o “estranho”, dizia Lins do Rego, mas que nunca lhe saiu dos sentidos... Ela era o proibido, o abominável, mas também o desejável.

³⁵⁶ REGO, Lins do. *Meus Verdes Anos*. Rio de Janeiro. Edições Ouro, 1987, 218-19.

Diferentes modos de subjetivação para as “maneiras de amar” são criados a partir do desejo. E, a partir desse desejo, outras éticas são instituídas. Dessa forma, a tentativa de isolar a prática da infidelidade através do conceito de perigo para a sociedade não implica numa construção passiva pelas práticas femininas. Não significa que elas não construam saídas para escaparem das redes de poder que tentam capturá-las. Ao inscrever-se fora do lugar institucionalizado para as “mulheres casadas”, ou seja, o da fidelidade e o da honradez, a adúltera cria um outro lugar de sobrevivência. Ela circunscreve, no instante de sua desventura, outra visibilidade e um novo *espaço* no lugar do outro, constituindo outra “maneira de amar”, que não é necessariamente melhor, mas é possível de existir. Pois se o desvio a torna uma “mal afamada”, uma “mal-dita”, também lhe abre espaços outros de liberdade, de permissividade; produz um outro “olhar”, e a partir de suas astúcias e *táticas* cotidianas ela caminha por entre as ruas estreitas e as brechas das regras morais.

Dessa forma, a *erotização* do corpo adúltero é um manancial simbólico que coloca em pauta os devires de todos que para ele se dirigem. Possibilita a criação de lugares de raiva, de vontades, de medos... abre, a partir dos “exemplos de transgressão”, outros caminhos a serem seguidos. A proibição dessa prática produz efeitos: quer silenciar, mas também ilumina os lugares de interdito, a proibição faz barulhos, chama a atenção. Desse “barulho” aparecem outras configurações a exemplo da “mulher burguesa” como estereótipo da adúltera, ou a “mulher macho” como personagem assexuada, comprometida com a fidelidade ao estado paraibano e mesmo, como as antigas relações de fidelidade no trabalho, na família que, ao serem substituídas por outras relações de sociabilidades, passam a ser vistas como rupturas nas primeiras décadas do século XX.

Foi também ao longo desse estudo que percebi o quanto a prática do adultério feminino estava constituída por um discurso muito mais amplo sobre a infidelidade. Aliás, não poderia pensar o adultério feminino senão como sendo constituído por representações da fidelidade que, entre as décadas de 20 e 30,

eram cada vez mais problematizadas face às rupturas das antigas hierarquias políticas. A infidelidade, nesse sentido, pode ser percebida como uma produção histórica, constituída a partir tanto de um discurso sobre a modernidade, quanto das especificidades do contexto da Paraíba. Por isso, já não era suficiente acionar modelos explicativos para a prática do adultério baseados apenas na idéia de transgressão do casamento, e daí o alargamento da concepção sobre a infidelidade para além do núcleo familiar, o que implica problematizar a moda, a leitura, as hierarquias sociais e até abordar a própria política.

A infidelidade foi posta então, num campo de forças, que ultrapassa os limites do corpo da mulher do desvio e extrapola, também, os da intimidade da família. O adultério foi composto constantemente, não só pelas adjetivações do marido “traído”, dos parentes, dos vizinhos, mas a partir de um campo gramatical que se amplia no social, ao acionar e anexar múltiplas maneiras de falar sobre o adultério. Práticas discursivas que conferem legitimidade ao ato de violência cometido pelo marido e que também alarga o conceito de infidelidade para as relações políticas do Estado paraibano.

Daí, não se colocarem, nessa dissertação, definições conceituais sobre a infidelidade, a partir da condenação ou de uma valoração dessa prática, pois não se trata de discutir a história a partir de um exame moral. A questão que se coloca para a história é em termos de desconstrução: conceber a história da infidelidade, pensando na multiplicidade de sua inscrição nos modos de ser desejantes.

Nesse sentido, a que veio tudo isso? A quem serviu a implantação do adultério? Serviu para “domesticar” a mulher, legitimar a violência doméstica, garantir o respeito às hierarquias masculinas, representadas aqui, pela figura do pai, do padre, do médico, do Estado. Esta análise aponta a história da infidelidade como construção histórica instituída a partir de conceitos morais cristalizados na sociedade moderna.

O trabalho também quer mostrar a possibilidade de pensar outras relações de gênero pautadas numa moralidade menos excludente. Como lembra John

Rajchman, a propósito do pensamento de Foucault, a “tentativa de questionamento constante da verdade dos nossos pensamentos e de nós mesmos, requer a invenção dos novos modos de pensamento e de ação”³⁵⁷. Uma afirmativa que possibilita conceber as relações de afetividade como sendo constituintes, decididas, vividas, consensualizadas e não necessariamente a partir dos códigos penais e códigos morais há muito cristalizados, culturalmente, mas em seu lugar de criação: nas próprias relações amorosas e a partir de outras relações de gênero. Enquanto estas foram regidas tendo a figura do feminino como convergência da noção de honra/sexo, enquanto tais relações estiveram enredadas na mesma moralidade, também as práticas de violência foram sempre justificadas pela cobrança da fidelidade feminina. Tanto é assim que, em 1998, houve uma proposta efetiva de retirar o adultério do código criminal, ou seja, a lei que penalizava o adultério tornou-se “lei morta”³⁵⁸ e isso mostra como as reformas penais, que começaram na década de 40, tiveram que acompanhar as mudanças da segunda metade do século XX, face ao novo contexto sócio-cultural ou face às relações ditas pós-modernas.

³⁵⁷ RAJCHMAN, John. Foucault : *A liberdade da Filosofia*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1987, 10.

³⁵⁸ *Jornal do Conselho Federal OAB.* “A polêmica Penal”. N, 61/1998, 4.

V - Levantamento Documental:

1 - Arquivos pesquisados:

- IHGP - Instituto Histórico Geográfico da Paraíba (de Campina Grande)
- IHGP - Instituto Histórico Geográfico Paraibano (de João Pessoa)
- LAELL - Laboratórios de Estudos Literários - Universidade da Paraíba - Campina Grande
- CDHI - da Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande.
- Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa.
- Primeira Vara do Tribunal de Júri de Campina Grande
- Fundação Casa de José Américo - João Pessoa
- Arquivo da Cúria Metropolitana - João Pessoa

2 - Fontes Primárias:

2.1 - Processos e relatórios médicos:

- Processos-crime da Primeira Vara Criminal do Júri de Campina Grande, no período de 1900 a 1940.
- Relatório médico sobre os pareceres dos internos do Hospital Juliano Moreira da década de 30 a 40, do arquivo particular do professor Fábio Gutemberg, da UFPB/Campus II - Departamento de História e Geografia.

2.2 - Jornais do Estado da Paraíba:

- 1 - O 15 de novembro-1909
- 2 - O Echo-1909
- 3 - O Jornal - de João Pessoa, 1922
- 4 - Jornal do Sertão - 1916
- 5 - A Notícia 1916
- 6 - O Campina Grande - 1909
- 7 - Voz da Borborema - 1937 - 1939.
- 8 - A União- 28, 29, 30, 31, 32
- 9 - O Povo- 1935
- 10 - A Reacção-1933
- 11 - A Imprensa - 1928-1930

2.3 – Revistas de João Pessoa:

Era Nova (1921-1926)

Manaíra (1939-1940)

Ilustração (1935-1937)

2.4 - Livros de memórias:

AGRA, Passinha. Manuscritos sobre a família Agra estabelecida na Paraíba.

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande : EPGRAF, 1993.

DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Vol. I. e II. Campina Grande. Editora Eletrônica, 1993.

MARIZ, Celso. *Cidades e homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.
Memorial Urbano de Campina Grande. Paraíba: Prefeitura Municipal de Campina Grande. Ed. União, 1996.

REGO, José Lins do. *Meus verdes anos*. Rio de Janeiro: Edições Ouro, 1987.

RIBEIRO, Hortêncio de Souza. *Vultos e Fatos*. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Impresso no Brasil, 1979.

TARGINO, Maria luíza de Moraes. *De senhora de Engenho a Primeira Dama: memórias*. João Pessoa: Editora A União, 1995.

2.5 - Literatura:

ABREU, Elisa Teixeira Leite. *A viúva Barros*. São Paulo : Typo a vapor M. L. Bühnoeds & Co., 1900.

ALENCAR, José de. *A Viúvinha*. Rio de janeiro: edições Ouro, 1978.

ASSIS, Machado de. "Dom Casmurro". In: *Seus Trinta Melhores Contos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 10 edição, 2000.

_____ "D. Paula". In: *Seus Trinta Melhores Contos*. Rio de Janeiro: Editora Nova

Fronteira, 10 edição, 2000.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, 1986.

2.6 - Discurso jurídico e discurso médico:

CASTROS, Viveiros de. "Ainda o adultério". In: __Os delitos *contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Bolsos, 1922.

CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA de 1890, Título VIII, cap. IV.

CÓDIGO PENAL DO IMPÉRIO de 1831, art. 250, parte III.

FONSECA, Gerson. *Divórcio para não católicos*. Rio de Janeiro : José Bonifácio, 1958.

FOREL Augusto. *A questão Sexual*. SD. C&A Editora Nacional, 1929.

GODOY, Paulo. *Eugenia e seleção : téze inaugural*. São Paulo : Editora Helios Limitada, 1927.

LEMOS, Brito, José Gabriel. *Psicologia do adultério*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921.

VI - *Bibliografia:*

1 - Teses, dissertações e artigos mimeografados:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do "falo": uma história de gênero masculino no Brasil*. Mimeografado.

_____. "Cabra Macho, sim senhor ! : identidade regional e identidade de gênero no Nordeste". texto mimeografado.

ARANHA, Gervásio Batista. "Trem, Vida Urbana, Modernidade: Campina Grande na Primeira Metade do Século XX". Campina Grande agosto/1999, texto mimeografado.

CAVALCANTE, Silêde L. O. "Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes em Campina Grande (1930 - 1950)".

Mestrado em História, Recife, UFPE, 2000.

CUNHA, Renata Thereza Fagundes. "A feminização da cultura: Curitiba, 1890-1930. Mestrado em História, Campinas, UNICAMP, 2001.

GOMES, Cleusa. "Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil moderno(1900-1940)". Mestrado em História, Campinas, UNICAMP, 2001.

NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros. "Retalhos de um corpo Santo: a construção da cruz da menina(1923-1995)". Mestrado em história, Campinas, UNICAMP, 2000.

POTENGY, Gisélia Franco. "Família, relações de gênero e habitatus de classe na casa grande". Texto mimeografado.

SILVA, Alômia Abrantes da. "As escritas femininas e os femininos escritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20". Mestrado em História, Recife, UFPE, 2000.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. "Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande - 1920 - 1945. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

SOUZA, Noélia Alves. "A liberdade é Vermelha ? um estudo da Violência contra mulheres em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do séc. XX". Mestrado em História, São Paulo, PUC, 1997.

2 - Livros:

AGNÈS, Chauveau/TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, S.P: EDUSP, 1999.

AGUIAR, Welington. *Uma Cidade de Quatro Séculos*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978.

ALGRANTI, Leila M. *Honradas e devotas: mulheres na colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, Imprensa e Vida*. João Pessoa: A União, 1983

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara KOOGA S.A, 1978.

BADINTER, Elisabeth. *XY la identidad masculina*. Madrid: Cátedra, 1977.

_____. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBIERI, Teresita. "Sobre la categoría gênero. Una introducción Teórico- Metodológica". In: *Direitos Reprodutivos*. Fundação Carlos Chagas,

BATAILLE, G. *O erotismo*. Porto Alegre: L& PM, 1987.

BESSE, Susan K. "Crimes Passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. In: *A mulher no espaço público*. Revista brasileira de história. ANPUH/Marco Zero. V. 09, n. 18 ago/set de 1998.

_____. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil(1914-1940)*. São Paulo: Edusp, 1999.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1991.

BEZERRA, Benilton Jr. "Corpo, Metáfora e Construção da Experiência Subjetiva Notas Introdutórias". In: *Cadernos de Subjetividade: Núcleo de pesquisa da subjetividade, programa de pós-graduação em Psicologia clínica da PUC-SP, v.2, n.5, set/1997, p.285-295*

BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval e a invenção do Amor Romântico Ocidental*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

BOLOGNE, Jean-Claude. *História do Pudor*. Rio de Janeiro : Elfos Ed., Lisboa, Portugal : Teorema, 1990.

CARONUTO, Aldo. *Amar, trair: quase uma apologia da traição*. São Paulo: Paulus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhias das Letras, 1990

CASCUDO, Câmara Luiz. *História de nossos gestos : uma pesquisa na mímica do*

Brasil. São Paulo : Melhoramentos. 1976.

CARDOSO, Sérgio. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. V.1. Petrópolis: Vozes, 1994

_____, *A invenção do cotidiano: morar e cozinhar*. V.2. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____, *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural: entre práticas e representações* . Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____, *Sem Fraude nem Favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

CORBIN, Alain. "A fascinação do adultério". In DUBY, Georges (org.) *Amor e sexualidade no ocidente. Porto alegre* .Ed. LPM.

CORREA, Marisa. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. 'Repensando a família patriarcal'. In.: *Colcha de Retalhos : Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo : Brsiliense, 1982

COULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro(1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette : Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990, p155.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens : três mulheres do século XVII*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

DELEUZE, Gilles. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.3. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1996.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro : Ed, Graal, 1980.

DÓRIA, Carlos Alberto, A tradição honra. In : *Cadernos do Pagú*. IFCH, Unicamp. N.02. 1994.

DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos Homens : do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico, prostituição no Rio de Janeiro(1840-1890)*. São Paulo: edições Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, 1989.

EUCLIDES, José. *Ensaíos e conferências*. Paraíba, 1922.

EWALD, François. *Foucault: a norma e o direito*. Lisboa: Comunicação e Linguagem, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____, *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996

_____, *A história da sexualidade*. V. I, II, III. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____, *O pensamento do exterior*. São Paulo: Princípios, 1990.

_____, *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

_____, *O que é o autor ?Veja :Passagens*, 1992

GRIECO, Sara F. Matthews. "O corpo, a aparência e sexualidade". In : DUBY. Georges/PERROT, Michelle (orgs.) *História das mulheres*. V. III, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GUATARI, Felix. *Micropolítica: uma cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. "A Paraíba Republicana: 1889-1845". In: *__Estrutura de*

poder na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

_____. "Pàrea onde o poder vai, a Feira Vai Atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à república Nova". In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2000, p. 44.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e sua lutas sociais e políticas(1850-1937)*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1980.

HOLANDA, Heloísa Buarque. *Tendências e Impasses : o feminismo como crítica da cultura*. Rio de janeiro : Rocco, 1994.

JOFFILY, José. *Anayde Beiriz: paixão e morte na revolução de 30*. Rio de Janeiro: CBAG Editora, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LE RIDER, Jacques. *A modernidade Vienense e as crises de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LE MOS, Brito, José Gabriel. *Psicologia do adultério*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da Oligarquia de base familiar*. Tradução André Villalobos. Rio de janeiro: Record, 1993

LINS, Daniel. *Cultura e Subjetividade*. Campinas, SP : Papyrus, 1997.

LIRA, Bertrand de Souza. *Fotografia na Paraíba : um inventário dos fotógrafos através do retrato(1858-1950)*. João Pessoa : Editora Universitária, 1997.

LORAUX, Nicole. *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher: imaginário da Grécia Antiga*. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MALUF, Mariana/MOTT, Maria Lúcia "Recônditos do mundo feminino". In: NOVAES, Fernando A. (org.) *História da vida privada no Brasil : República da Belle Époque á Era do Rádio*. São Paulo : Companhia da Letras, 1998, p. 367-421.

MALUF, Sônia Weidner. « Gênero, poder feminino e narrativa de bruxaria ». IN: *Entre a virtude e o pecado*. Org. Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos : São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 207.

MATOS, Maria Izilda S. de. "*Outras histórias: as mulheres e o estudo de gênero – premissas e possibilidades*". SOIHET, Raquel/SAMARA, Eni Mesquita de. (orgs.) *Gênero em debate - trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

MEAD, Margaret. Ciúme : primitivo e civilizado. In : *Anatomia do Amor*. Org. A. M. Krich. Rio de Janeiro : Editorial Eb Bruguera, 1993.

MELO, Fernando. *João Pessoa, uma biografia*. João Pessoa: 2º ed., : Idéia, 2000.

MILAN, Betty. *O que é o amor?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

NOVAES, Fernando *A História da Vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAES, Adauto. *O desejo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

_____. *Libertinos libertários*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

OCTÁVIO, José. *João Pessoa perante a história : textos básicos e estudos críticos*. João Pessoa : A União Cia. Editora, 1978

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis; RJ: Vozes, 1996.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: editora da Unicamp, 1997

ORTEGA, Francisco. *A Intensidade: para uma história herética da Filosofia*. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Maria Joana. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____, e DUBY, George. *História das mulheres*. V. III, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PHILLIPS, Roderick. *Desfazer o nó: breve história do divórcio*. Lisboa: Terramar, 1991.

PRATT, Mary Louise. "Mulher, Literatura e irmandade nacional", in *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

PRIORE, Mary Del. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____, *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____, *Do cabaré ao lar: a utopia disciplinar - Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____, "O prazer no casamento". In: __ *Idéias*. São Paulo, Unicamp. Ano, 2n.2 jul/dez/1995.

_____, "E se Nietzsche Tivesse Razão? A categoria do gênero no Pós-Estruturalismo". In: Lucila Scavone. *Tecnologias reprodutivas: Gênero e Ciência*. São Paulo: Unesp, 1996, 31-45.

RAJCHMAN, John. Foucault: *A liberdade da Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *As ciências sociais e a construção do estudo sobre as mulheres: apontamento para uma abordagem historiográfica*. In: __, *Cadernos espaço feminino*. Uberlândia: UFU, jan/jun. 1994, n. 1

ROLNIK, Suely. 'Uma isólitica Viagem à Subjetividade'. In: __ *Cultura e Subjetividade: saberes nômades*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SANT'ANNA, Denise. 'O corpo entre antigas referências e novos desafios'. In: __ *Cadernos de Subjetividade: Núcleo de pesquisa da subjetividade, programa de pós-graduação em psicologia clínica da PUC-SP, v.2, n.5, set/1997, p.285-295*

SAMARA, Eni Mesquita. *Mistérios da "fragilidade feminina": o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In:____, *Revista Brasileira de História*. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Editora Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SCOTT, Joan. 'Gênero : uma categoria útil de análise histórica'. In :__*Educação e Realidade : mulher e educação*. Vol. 15, n.2 jun/dez, 1990.

SCHMITT, Jean-Claude. "A moral dos gestos". In :__*Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação liberdade, 1995.

SCHRAIBER, Lilian Blima. *O médico e seu trabalho: limites da liberdade*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SHORTER, Edward. *A formação da família Moderna*. Lisboa: Terramar, 1995.

SHOWALTER, Eliane. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fim do século*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. *A condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistemas de casamentos no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SOARES, Carmen Lucia. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas : Autores Associados, 1998.

SOIHET, Raquel. 'Mulheres Ousadas e Apaixonadas : uma investigação em processos criminais cariocas(1890-1930)'. In :__*Mulheres e o Espaço Público*. ANPUH, Editora Marco Zero, v.9, n.18 ago.89/set/89.

SOUZA-Lobo, Elizabeth. *A classe operária tem dois sesos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. *A condenação do adultério*. In____, *Mulheres, adúlteros e padres: história imoral da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.

VAZ, Paulo. *Um pensamento infame*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

VIGARELLO, Georges. *A História do Estupro: Violência Sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*: São Paulo, 1994.